



Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Mestrado em Ensino de História

FERNANDO VASCONCELOS BENEVIDES

**O Farol do Mucuripe iluminando o Ensino de História  
no caminho para a prática da cidadania em Fortaleza:  
projeto de Educação Patrimonial**

NATAL – 2018

FERNANDO VASCONCELOS BENEVIDES

**O Farol do Mucuripe iluminando o Ensino de História no  
caminho para a prática da cidadania em Fortaleza:  
projeto de Educação Patrimonial**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, sob a orientação do Prof. Dr. José Evangelista Fagundes.

NATAL – 2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Benevides, Fernando Vasconcelos.

O Farol do Mucuripe iluminando o ensino de História no caminho para a prática da cidadania em Fortaleza: projeto de Educação Patrimonial / Fernando Vasconcelos Benevides. - Natal, 2018.

158f.: il. color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Natal, 2018.

Orientador: Prof. Dr. José Evangelista Fagundes.

1. Ensino de História - Dissertação. 2. Consciência histórica - Dissertação. 3. Educação Patrimonial - Dissertação. 4. Cidadania - Dissertação. I. Fagundes, José Evangelista. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94:37

Bibliotecário Heverton Thiago Luiz da Silva - CRB-15/710

FERNANDO VASCONCELOS BENEVIDES

## **O Farol do Mucuripe iluminando o Ensino de História no caminho para a prática da cidadania em Fortaleza: projeto de Educação Patrimonial**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Evangelista Fagundes (orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. Roberto Airon Silva (membro)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos (membro)  
Universidade Regional do Cariri

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Guilherme Coelho (suplente)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

NATAL – 2018

Dedico este trabalho ao esquecido  
patrimônio histórico de Fortaleza,  
que agoniza diante de habitantes  
indiferentes à própria memória.

# AGRADECIMENTOS

Ao meu estimado primo Hermes Neto por todo o auxílio e pela inestimável hospedagem em Natal, onde pude descansar das longas viagens procedentes de Fortaleza, estudar e trabalhar na elaboração desta dissertação. Boa parte dela foi escrita lá no apartamento da Praia de Ponta Negra.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte pelo apoio em muitos momentos, especialmente à Alessandra Andrade pelas vezes em que foi me buscar ou deixar no aeroporto e rodoviária e pelos livros emprestados para a realização deste trabalho.

Ao corpo docente deste Mestrado pelas disciplinas de excelente qualidade ministradas ao longo do curso, especialmente ao professor Evangelista Fagundes pela paciência e assistência à realização desta dissertação, inclusive, às vezes em que prestou orientação nos finais de semana e até mesmo em feriado.

Aos moradores do Serviluz por estarem, mesmo diante das adversidades, cuidando e dando vida ao nosso bem patrimonial, o velho Farol do Mucuripe. Especialmente, ao Gleison Sousa por ter me recepcionado na comunidade e possibilitado a execução do projeto de intervenção proposto neste trabalho.

Ao professor Silvio Mota por sempre ter acreditado e apostado na minha carreira docente. À minha mãe Vanda que, para um mestrado em que precisei estar dedicado, estivesse eu no Ceará ou no Rio Grande do Norte, dispôs de toda a atenção para que eu pudesse realizar mais esta conquista em minha vida.

Muito Obrigado!

*O Farol Velho e o Novo são os  
olhos do mar... O Velho que  
apagado, o Novo que espantado...*  
(Ednardo)

## RESUMO

Esta dissertação trata-se do embasamento teórico-metodológico da cartilha, anexa a este trabalho, intitulada *A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano - projeto de intervenção em Educação Patrimonial*. Ela é um produto pedagógico exigido pelo Mestrado Profissional em Ensino de História como trabalho final de conclusão do curso. O formato de cartilha foi escolhido por ser mais acessível e ter linguagem de fácil compreensão. O trabalho foi desenvolvido dentro da linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória e tem o objetivo de contribuir com o Ensino de História tendo como referência o conceito de consciência histórica, do historiador alemão Jörn Rüsen (2007). De acordo com ele, a finalidade do Ensino de História é formar indivíduos conscientes que são sujeitos históricos, ou seja, que possuem papel social. A teoria corrobora com os documentos que legislam a educação básica no Brasil, a qual a História está inserida enquanto disciplina escolar, que apontam a formação do cidadão como objetivo da mesma. Seguindo esses preceitos, a cartilha constitui um projeto possível de ser aplicado em turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental de escolas de Fortaleza, podendo ser desenvolvido pelo professor de História com o apoio da instituição de ensino em que leciona. A proposta, experienciada em uma escola particular da capital cearense, tem como objeto de reflexão o antigo Farol do Mucuripe, que foi empregado como recurso didático para a aprendizagem da História e o exercício da cidadania. O projeto estimula a problematização, por parte dos alunos, do atual estado de abandono e deterioração do prédio localizado na comunidade Serviluz, bairro Cais do Porto, levando-os a analisarem a importância histórica do Farol e a proporem soluções para a situação da edificação. Ao longo da execução, os estudantes respondem a perguntas como: Por que o prédio deve ser preservado? Que utilização deve ser dada a ele? A aplicação do projeto se dá utilizando os preceitos da Educação Patrimonial enquanto metodologia didática, ou seja, identificação, registro e valorização do patrimônio histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História; consciência histórica; Educação Patrimonial; Cidadania.

## ABSTRACT

This dissertation comes from the theoretical-methodological basis of the booklet entitled *A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano - projeto de intervenção em Educação Patrimonial*, which is attached to this work. This is a pedagogical work required by the Professional Master Program in Teaching of History as the final project for completing the degree requirements. The booklet format was chosen because it is more accessible, besides having an easy-to-understand language. The work was developed within the line of research called *Historical Knowledge in Different Spaces of Memory*, and aims to contribute to the Teaching of History based on the concept of historical consciousness by the German historian Jörn Rüsen (2007). According to Rüsen, the purpose of the Teaching of History is to form conscious individuals who are historical subjects, that is, they have a social role. The theory corroborates with documents that legislate Brazil's basic education system, in which History is inserted as a school discipline, which states that the formation of the citizen as its main objective of History Teaching. Following these precepts, this booklet is an applicable project for eighth grade classes in Fortaleza's Middle Schools, and can be developed by history professors with the support of the teaching institutions in which they work for. The proposed project, which was applied in a private school in Fortaleza, has the old Mucuripe Lighthouse (Farol do Mucuripe) as its central didactic resource for the learning of History and the exercise of citizenship. It encourages the students to question the current state of abandonment and deterioration of this historical building located in the Serviluz community, at the Cais do Porto neighborhood, leading them to analyze the historical importance of the Mucuripe Lighthouse and to propose solutions to the building's current situation. Throughout the execution of the project, students answer questions such as: "why should the building be preserved?", and "what use should be given to it?". The application of this project is done using the principles of Heritage Education as a didactic methodology, meaning, identification, registration and valuation of historical heritage.

**KEYWORDS:** Teaching History; historical consciousness; Heritage Education; Citizenship.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IME	Instituto Militar de Engenharia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

# SUMÁRIO

Resumo.....	06
<b>Introdução.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 – Ensino de História: aprendizado do tempo, da consciência histórica, e não do passado.....</b>	<b>21</b>
1.1 Formação cidadã.....	21
1.2 Por que aprender/ensinar História.....	32
1.3 Consciência Histórica.....	39
<b>Capítulo 2 – A aliança Educação Patrimonial e Ensino de História diante de uma cidade com memória depredada.....</b>	<b>45</b>
2.1 O patrimônio histórico.....	45
2.2 A relação Ensino de História e Educação Patrimonial.....	51
2.3 Fortaleza, cidade sem memória.....	58
<b>Capítulo 3 – A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano – projeto de intervenção.....</b>	<b>66</b>
3.1 O Farol do Mucuripe.....	67
3.2 Primeira etapa: Identificação.....	75
3.3 Segunda etapa: Registro e exploração.....	79
3.4 Terceira etapa: Valorização.....	85
<b>Conclusão.....</b>	<b>93</b>
Referências.....	95
Anexos.....	103

# INTRODUÇÃO

Comecei a minha carreira de professor de História numa, ainda que particular, modesta escola de bairro no José Walter, periferia de Fortaleza, em 2010, lecionando para poucas turmas de oitavo e nono ano do Ensino Fundamental e primeiro ano do Ensino Médio. Na época, não era formado mas já passava pelos estágios de docência cobrados pela Universidade. Comecei a trabalhar com o ano letivo já em curso, a partir do início do segundo semestre. A vaga havia ficado ociosa e resolvi, de repente, aproveitar a oportunidade que apareceu.

Apesar de um tanto apreensivo, estava entusiasmado para começar a lecionar. A ideia de ser professor de História já havia me ocorrido, mas o interessante é que eu não tinha isso como meta de vida profissional. Entrei para o curso de História pelo simples motivo de que gostava de estudar História. Não como segunda opção, mas por vaidade intelectual ou, até mesmo, por hobby. Então, em 2007, quando comecei o primeiro semestre, na Universidade Estadual do Ceará, não tinha o objetivo de viver, ganhar o sustento, através disso. Por isso, não tinha ambições futuras de entrar nesse mercado de trabalho.

De qualquer forma, foi assim que tive a primeira experiência profissional na área específica do Ensino de História. Na época, eu era bolsista da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e, através dela, estava desenvolvendo uma pesquisa sobre a utilização das Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) em escolas da rede pública. O trabalho resultou na minha monografia do curso de Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Federal do Ceará, defendida em fevereiro de 2013. Sim, além da História, tenho uma carreira como jornalista, atualmente, com cerca de cinco anos de experiência no mercado, principalmente na área de telejornalismo, com passagem pelas principais emissoras de televisão do estado.

Era essa profissão que, no meu Ensino Médio, havia escolhido para seguir. Contudo, como iniciei primeiro o curso de História, as oportunidades profissionais foram aparecendo primeiro nessa área. Apesar de a bolsa na Prefeitura ter resultado na minha monografia de Comunicação, eu fui escolhido para desenvolver esse trabalho através de um processo seletivo, em 2009, para graduandos em História. As atividades tiveram início no ano seguinte, quando surgiu, meses depois, a oportunidade de ser professor do Colégio Henrique Jorge.

Como já mencionei, não tinha isso como objetivo de carreira, mas resolvi não deixar a chance passar. Na época, conciliava o magistério com a bolsa de pesquisa mais as matrículas em duas universidades. Eu precisava ter uma base profissional e o curso de Jornalismo ainda estava no começo, segundo ou terceiro semestre. Mais do que uma profissão, lecionar pra mim era uma missão. Visão esta que tenho até hoje por convicção, a de que a educação é a única forma possível de superar os problemas da sociedade, de transformar a realidade. Costumo dizer que não escolhi ser professor, foi a docência que, de alguma forma, me escolheu. Contudo, as minhas carreiras, no magistério e no jornalismo, nunca anularam uma a outra, sempre consegui conciliar as duas profissões.

Minha passagem pelo Colégio Henrique Jorge foi muito rápida, apenas cerca de um ano e meio. Em janeiro de 2012, deixei a escola para abraçar oportunidades na área de jornalismo. De toda forma, foi uma experiência importante por ter sido lá a primeira vez que entrei em uma sala de aula como professor, onde, aos poucos, comecei a construir uma didática própria, adquirir controle de turma e segurança para ministrar conteúdos. Tudo isso foi alcançado com bastante dificuldade, pois além da minha inexperiência, a Escola era simples e, por isso, com recursos bem limitados.

Para o trabalho docente, praticamente não havia qualquer outro recurso disponível além da lousa, pincel e livro didático. Para as aulas de História, *data show* fazia muita falta. Em raríssimas vezes, cheguei a utilizar um que o diretor da Escola conseguia emprestado com alguém. Para passar filmes, era possível utilizar um televisor defeituoso e um aparelho DVD. Porém, a maior dificuldade era a minha falta de habilidade em conseguir desvencilhar o desinteresse da maior parte dos alunos pelo aprendizado.

Quando saí do Colégio Henrique Jorge, faltava um ano para me formar em jornalismo, por isso queria dedicar mais tempo e esforço a essa carreira a qual, até então, não tinha qualquer experiência profissional. Naquela época, havia pouco tempo que o Enem se tornara quesito obrigatório para ingresso na Universidade Federal do Ceará, ingresso esse que até hoje é anseio da maior parte dos estudantes do Ensino Médio de Fortaleza. Então, na minha cabeça, a ideia de preparação para o vestibular ainda estava muito presente e isso era forte influência para que eu visse a História como uma disciplina escolar que ensina um acúmulo de conteúdo (informações) sobre o passado.

Que aprender História é necessário para a formação e atuação cidadã, isso sempre me foi evidente, nunca precisei conhecer teorias acadêmicas para ter essa percepção. Mas, é claro que depois do crescimento da experiência profissional e, principalmente, após o Mestrado em

Ensino de História, essa percepção me ficou mais precisa não só por que eu poderia fundamentar melhor teoricamente, mas também porque aprendi que é possível entender como se dá esse processo de formação discente. No caso, através do estudo do conceito de consciência histórica segundo o historiador alemão Jörn Rüsen, que será analisado no primeiro capítulo deste trabalho.

Desde cedo, já enxergava a História como uma disciplina para entender processos e não para decorar acontecimentos. Contudo, o fato de eu ter me aproximado da História devido o fascinante caráter de curiosidade da disciplina, de como o passado é interessante, somado à cobrança de preparar meus alunos para o concorrido e deficitário processo seletivo de acesso ao Ensino Superior, me levava a ser um professor que apenas trazia conteúdos aos estudantes sem problematizar, associar ao conhecimento prévio, ou procurar levá-los a entender a importância daqueles assuntos para a vida cotidiana deles.

“A História é interessante, a História é divertida, então vamos entender esses processos históricos pra passar na UFC”, e assim se resumia a minha atividade profissional para com os meus alunos. De toda forma, ciente de que aulas de História poderiam e deveriam ser lúdicas e assim, na medida do possível, pautava o meu trabalho. Algo que eu costumava falar era que, “se eu me divirto estudando História, então vocês também podem se divertir”.

Depois de três anos afastado da docência e com o nome estabelecido como jornalista no mercado de trabalho do Ceará, me deparei com um novo desafio profissional em 2015: lecionar em uma instituição de grande porte, volta e meia apontada como a de melhor desempenho do estado (de acordo com os rankings do MEC e resultados de aprovação em instituições como o ITA e o IME). Bastante tradicional, com mais de 80 anos de atuação, o Colégio 7 de Setembro está entre os mais antigos do Ceará. Acredito que é necessário mencionar também que foi lá onde estudei do jardim de infância até a conclusão do Ensino Médio.

Dessa vez, no novo emprego, já estava devidamente licenciado em História e com mais convicção de que a disciplina deveria se ater menos ao acúmulo de conteúdo e sim à interpretação. Naquele momento, estava posto que trabalhar o livro didático de capa a capa não era o mais importante. Convicção essa advinda, principalmente, do fato de que o modelo de prova do Enem já estava consolidado, e as estratégias de atuação não deveriam ser as mesmas da época do vestibular tradicional. Como bem sabemos, a prova de ciências humanas do Enem é bem mais interpretativa do que memorativa.

A experiência no Colégio Henrique Jorge havia sido bastante significativa, principalmente por ter sido a primeira. Contudo, a realidade que encontrei no 7 de Setembro foi bem diferente, não só em relação à estrutura, mas também no que diz respeito ao perfil dos alunos. Além disso, muita mudança ocorreu na educação básica, e a grande novidade era o ENEM como seleção para as universidades federais. De toda forma, o domínio de conteúdo, postura, entonação de voz, saber lidar com algumas questões de disciplina, dentre outros, começaram a ser construídos ainda lá na escola do José Walter.

Quando saí do Colégio Henrique Jorge e mergulhei no mercado de trabalho jornalístico, a princípio como estagiário da TV Verdes Mares, afiliada da Rede Globo no Ceará, em fevereiro de 2012, não havia desistido do magistério. Pretendia me consolidar enquanto profissional naquela área para poder voltar a lecionar, até porque jornalista é uma profissão que trabalha apenas meio período, então eu podia preencher os meus horários livres com horas/aula.

No segundo semestre de 2012, concluí o curso de Jornalismo e, no primeiro semestre de 2013, o curso de História. Como mencionei anteriormente, a oportunidade de retornar às salas de aula apareceu em 2015 com a proposta ensinar no 7 de Setembro em turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental e primeiro ano do Ensino Médio no turno da manhã. Na época, eu era também repórter da TV Jangadeiro, afiliada Rede Bandeirantes, fazia cerca de um ano, expediente que eu exercia no período da tarde.

Diferente da escola onde trabalhei anteriormente, nessa a estrutura é bem mais propícia ao trabalho docente, afinal estamos falando de uma instituição voltada para atender os filhos de famílias, em geral, em boa situação financeira. Por ser uma empresa de grande porte, há vários departamentos como recursos didáticos, orientação educacional, coordenação de disciplina, coordenação pedagógica, supervisão para cada nível de ensino etc. Logicamente que a cobrança institucional ao desempenho do trabalho docente é bem maior.

Nas minhas turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental, logo que comecei a trabalhar no 7 de setembro, continuava com a intenção de proporcionar aulas atraentes, mostrar que o passado era interessante e até mesmo divertido. Mal sabia eu que História e passado não são sinônimos. Uma estratégia bastante presente a partir de então: iniciar as explicações partindo de algo do conhecimento prévio dos alunos para que eles se identificassem com a matéria, ou seja, não pensassem que aquilo era algo distante da vida deles, sempre reforçando a ideia de que tudo em História é processo, demorado.

Durante as minhas aulas, é frequente a utilização de recursos multimídia, como exibir vídeos, projetar imagens, mapas etc. Aqui ou acolá, alguns alunos desinteressados, contudo uma realidade muito diferente, uma vez que estamos falando de uma escola de mensalidade elevada onde, por isso, os pais cobram bom desempenho dos filhos. A maior parte dos alunos, pelo menos no caso das aulas de História, interessados no aprendizado. Tenho a satisfação de ver, ao longo de cada ano letivo, estudantes que não gostavam de História passando a ter prazer com a disciplina.

Em 2016, ano seguinte à contratação no 7 de Setembro, fui aprovado e ingressei para a primeira turma do Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Devido à nova empreitada, dei uma pausa nas minhas atividades enquanto jornalista. Entretanto, a partir daquela época, passou a ser impossível diferenciar a importância que as duas carreiras têm na minha vida. No Mestrado, surgiu mais um desafio: propor soluções para os problemas enfrentados no Ensino de História. Mais ainda, elaborar um produto pedagógico com a intenção de apontar perspectivas para solucionar ou amenizar as dificuldades e os desafios enfrentados pelos alunos no processo de ensino e aprendizagem na área de História com base na minha própria experiência em sala de aula. Por isso, esta narração da minha trajetória profissional até agora.

Dessa forma, desde o primeiro semestre, fui posto a refletir: Quais são as dificuldades enfrentadas pelos meus alunos? De que forma ou poderia solucionar um ou outro problema? Minha experiência acadêmica me levava a pensar nas tecnologias de informação e comunicação aplicadas à sala de aula. O assunto foi o tema da minha monografia do curso de Comunicação Social. Contudo, nenhuma problemática específica do Ensino de História me surgia para o Mestrado. Então, seguindo orientação dos professores da Universidade, voltei a reflexão para a minha prática cotidiana.

No meu caso, a situação se apresentava de forma diferente do que para a maior parte dos colegas de curso, pois lecionava apenas em instituição particular. Logicamente, meus alunos não estudavam na escola perfeita, mas, dentro da minha vivência, um problema que merecesse ser trabalhado numa dissertação de mestrado não estava evidente, ao contrário da realidade do ensino público brasileiro que enfrenta desde as mais básicas dificuldades estruturais até as mais complexas falhas de gestão.

Em linhas gerais, o meu aluno é oriundo de famílias com recursos, que podem pagar por uma escola cara (muito cara), tem acompanhamento dos pais no processo de aprendizagem e, provavelmente, exercerá os direitos de cidadania com plenitude após o

Ensino Médio. É importante reiterar que essas observações estão sendo aqui colocadas de forma generalizada. Há exceções! Dentro de sala, a maior parte dos estudantes gosta da disciplina, não têm dificuldades no aprendizado (pelo menos nenhuma que não possa ser solucionadas ao longo do ano, principalmente dificuldades de leitura e interpretação de textos) e conquistam a aprovação no final do ano. No 7 de Setembro, nunca precisei reprovar qualquer aluno em História, e aqueles que chegam a ficar para a recuperação na minha matéria são pouquíssimos.

Contudo, não! Não vivo no paraíso. Mesmo com a concepção de que é desnecessário trabalhar o livro didático completo, apenas duas aulas semanais não são suficientes para trabalhar da melhor forma possível o cronograma mínimo exigido. Atualmente, procuro ampliar o caráter participativo com aulas que envolvem análise de documentos históricos, porém isso é um processo lento, pois requer bastante planejamento que a correria do dia a dia nem sempre permite. Qualquer atividade mais diferenciada, que demande tempo em sala, é inviável, o que faz com que o caráter meramente expositivo ganhe força nas aulas... Maior parte do tempo o professor falando (expondo o conteúdo de forma apressada) e os alunos apenas escutando, apesar de que sempre procuro debater com eles ao máximo, quando possível, os assuntos de sala.

Portanto, apesar dos esforços e de alguns resultados positivos, não conseguia fazer com que a maior parte dos meus alunos se conscientizasse de que possuem uma função enquanto cidadãos (não só de usufruir direitos, mas também exercer deveres), de que são sujeitos históricos, enfim formasse a chamada consciência histórica. Só vim a adquirir conhecimento sobre esse conceito acadêmico durante o Mestrado. A partir de então, ficou evidente que a construção dela é o maior desafio do meu trabalho no 7 de Setembro. Mesmo sem saber disso, de ter esse conhecimento de forma teórica, esse já era o meu maior desafio antes do ingresso à pós-graduação.

Paralelo a tudo isso, uma cobrança por parte da Escola justamente por atividades diferenciadas e também projetos extra sala, como passeios e viagens educacionais. Depois de toda essa reflexão, estava evidente que a maior lacuna no meu trabalho docente era a falta de atividades que fugissem da aula meramente expositiva ou, melhor, que saíssem da própria sala de aula enquanto espaço físico. Daí então, ficou latente o interesse em trabalhar o patrimônio histórico. Além disso, por mais que eu tentasse iniciar as minhas aulas com algo do conhecimento prévio dos alunos, é perceptível que, muitas vezes, eles não se enxergam

enquanto sujeitos históricos e observam a História como algo afastado da vida deles, lá no distante passado.

Essa situação se somou à realidade vivenciada na Capital cearense, que se repete, em diferentes proporções, em outras cidades brasileiras, onde os habitantes (incluído, obviamente, os meus alunos) desconhecem a própria história, acham que a cidade não tem passado, muito menos patrimônios de que possam se orgulhar e que mereçam ser preservados. No caso de Fortaleza, a questão é particularmente grave visto que muitos prédios históricos já foram perdidos. Em alguns casos, para ceder lugar até mesmo a estacionamentos no Centro da cidade. Muito do que ainda está de pé agoniza (se deteriora) diante da indiferença da população e dos poderes públicos. O Farol do Mucuripe, objeto deste trabalho, talvez seja o mais emblemático desses casos. Está a um pequeno passo de deixar de existir. No segundo capítulo, será detalhada a situação do patrimônio histórico em Fortaleza.

Então, duas carências que se corroboram. De um lado, o Ensino de História com a necessidade de que os estudantes se conscientizem que são sujeitos históricos, possuem uma memória que precisa ser valorizada e preservada. Além disso, de mostrar que a História não está só no livro didático, mas está também ali próximo, fora da sala de aula. De outro, uma cidade com cidadãos que, em geral, desconhecem o próprio passado e que não lutam pela preservação do patrimônio histórico.

Para formular a proposta de trabalho que seria executada no Mestrado, eu precisava levar em consideração o objetivo não apenas do Ensino de História, mais que isso, o objetivo da própria educação básica: a formação do cidadão. O que mais me deixa envolvido e entusiasmado com o magistério é isso, muito mais do que fazer com que estudantes adquiram conhecimento sobre o passado, é formar cidadãos. E não é à toa, afinal todos os documentos oficiais que regem a educação básica apontam a formação do cidadão como razão para a existência das escolas.

Este trabalho tem o objetivo de fundamentar a minha proposta de intervenção pedagógica em Ensino de História que envolve, de forma interdisciplinar, preceitos metodológicos da Educação Patrimonial. A mesma foi criada com o intuito de contribuir para o trabalho de professores da rede básica de ensino de Fortaleza, especialmente aqueles que lecionam para turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental. O projeto em si encontra-se anexado a esta dissertação, no formato de cartilha, e pode ser livremente desenvolvido pelos docentes de História com o apoio das respectivas instituições de ensino onde prestam serviço. Ao longo deste trabalho, irei explicar como e por que a proposta em questão foi idealizada,

apresentando também resultados que eu obtive com a aplicação da mesma em duas turmas onde lecionei durante o ano de 2017.

Especialmente no terceiro capítulo, detalharei o funcionamento do projeto proposto. A cartilha procura trabalhar, com alunos de oitavo ano, a situação do Farol do Mucuripe, patrimônio edificado de Fortaleza situado na comunidade Serviluz, bairro Cais do Porto. O intuito é conduzir os estudantes a analisarem a importância histórica do prédio e a proporem soluções para o atual estado de abandono em que o equipamento se encontra, contribuindo não só para o conhecimento deles, mas também, especialmente, para a formação e participação cidadã desses adolescentes.

A legislação brasileira que rege sobre a educação determina que o objetivo desta para o ensino básico é a formação do cidadão. Não por menos, o Ensino de História nas escolas de Ensino Fundamental, por estarem inseridas nesse contexto, tem a mesma finalidade. Contudo, até que ponto as aulas de História em todo país têm contribuído para isso? É perceptível, no cotidiano escolar, que os professores precisam se utilizar de diferentes ferramentas e estratégias para tornar o ensino da História significativo e relevante para a formação de cidadãos.

Uma delas pode ser a Educação Patrimonial. Assim, o projeto aqui proposto segue princípios da Educação Patrimonial como metodologia didática. O objetivo dele, enfático, é possibilitar formação cidadã para estudantes do oitavo ano do Ensino Fundamental de Fortaleza. A proposta está inserida na linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória, pertencente a um campo maior, o Ensino de História. Essa linha de pesquisa desenvolve investigações sobre a produção e aprendizagem da História fora do espaço escolar, neste caso específico, o espaço urbano e o patrimônio edificado.

Os estudos para a elaboração desse projeto partiram da minha própria experiência enquanto professor de História da rede particular de educação básica de Fortaleza e da evidente necessidade de preservação e conscientização acerca de boa parte do patrimônio histórico edificado da Capital Cearense, este há bastante tempo abandonado. No último tópico do segundo capítulo, é analisada a percepção que os habitantes de Fortaleza têm em relação ao próprio passado.

Por enquanto, argumento brevemente que esse atual problema patrimonial é consequência do fato de Fortaleza ter emergido enquanto grande centro urbano, quinto do país, de forma muito rápida e sem que os moradores tenham percebido como se deu esse processo. Afinal, ações significativas de valorização da história e do patrimônio da cidade,

que atingisse a população como um todo, nunca foram executadas pelas diferentes entidades, sejam públicas ou privadas. Por isso, a Capital cearense vive a situação de ter boa parte de seu patrimônio histórico em estado de abandono e deterioração.

Um deles é o antigo Farol do Mucuripe, patrimônio histórico que foi escolhido para ser utilizado enquanto recurso didático para se trabalhar o Ensino de História dentro do projeto aqui apresentado. A edificação em questão, bem público tombado pelo Governo do estado em 1983, está abandonada desde o início dos anos dois mil. O estado de degradação (devido o abandono) é tanto que, a qualquer momento, ele pode vir a ser, irreversivelmente, perdido pela sociedade. Por isso, um trabalho de conscientização acerca da importância e da necessidade de preservação desse patrimônio é urgente. Vale acrescentar que o prédio está localizado onde hoje está a comunidade do Serviluz. Lá, faltam serviços mais eficientes de saneamento básico, ordenamento e infraestrutura urbana, atendimento de saúde pública, áreas de lazer, dentre outros.

Com relação a proposta de intervenção em Educação Patrimonial, primeiramente, é necessário levantar a seguinte questão com os estudantes: Porque o Farol do Mucuripe deveria ser preservado? Uma vez justificado, surge outra questão: O que pode ser feito com o prédio uma vez recuperado? Que utilidade deveria ser dada a ele? Trabalhar essas questões com alunos de aproximadamente 13 ou 14 anos é uma forma de incentivá-los à prática cidadã, de torná-los agentes autônomos capazes de transformar a realidade, de defender e lutar pelo patrimônio público.

Além disso, a escolha do Farol contempla os anseios curriculares tradicionais, principalmente na rede privada, para o Ensino de História no oitavo ano do Ensino Fundamental. Devido a uma tradição imposta pelo mercado editorial de livros didáticos, visto que nem a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996) nem qualquer outra legislação brasileira prescreve conteúdos obrigatórios que devem ser ensinados na aula de História, comumente, o século XIX (Independência, Primeiro Império, Período Regencial e Segundo Império) é a temática central, ao longo da maior parte do ano letivo, das aulas de história do Brasil de turmas do oitavo ano em todo o país.

O Farol do Mucuripe foi idealizado ainda no Governo de Dom Pedro I, teve a ordem de construção aprovada pela Assembleia Geral apenas no Período Regencial e foi concluído já no Governo de Dom Pedro II (a história do prédio é apresentada de forma detalhada no início do terceiro capítulo). Dessa forma, conhecê-lo, estudar a origem dele, significa conhecer o contexto histórico do Brasil do século XIX, ou seja, o conteúdo de História que é dado nas

turmas de oitavo ano. Dessa forma, posso assegurar que a proposta aqui apresentada contempla tanto os anseios da Educação Patrimonial quanto os do Ensino de História, seja o tradicional (dos livros didáticos) ou o atual, pois contribui para a formação cidadã.

Portanto, se o objetivo da minha profissão (professor da educação básica no Ensino Fundamental) é contribuir para a formação do cidadão, e as minhas aulas estavam carecendo de atividades extraclasse e de uma maior promoção da identificação dos alunos com o conteúdo em sala (isso tudo sem falar da falta de preservação do patrimônio histórico em Fortaleza), formulei a proposta de Educação Patrimonial deste trabalho como uma possível contribuição para o Ensino de História em Fortaleza, ou seja, através desta dissertação de mestrado profissional e da cartilha em anexo.

Sendo assim, irei trabalhar, primeiramente, o Ensino de História. Será analisada a função do Ensino de História, quais os objetivos, para que serve e quais são os desafios e limitações enfrentados por essa área nos dias de hoje. Para tudo isso, foi necessário fazer uma reconstrução de parte da história do Ensino de História no Brasil, desde o surgimento da História enquanto disciplina escolar no século XIX até a promulgação da última LDB, pois, a partir desta, ficou estabelecido oficialmente, de forma clara, que o objetivo da educação básica é a formação do cidadão.

Além disso, ainda no primeiro capítulo, é feita uma discussão de como se dá a aprendizagem em História segundo autores como Jörn Rüsen, Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt, Peter Lee e Sandra Regina Ferreira de Oliveira. Os trabalhos desses pesquisadores, dentre outros, foram utilizados como referência teórica para embasar o desenvolvimento do projeto aqui apresentado. O conceito mais relevante o qual esta pesquisa procurou se centrar é o da consciência histórica, de Jörn Rüsen, que procura explicar a finalidade do Ensino de História e como ocorre esse processo de formação.

No segundo capítulo, trago a discussão de outra área de conhecimento da qual este trabalho também está inserido: a Educação Patrimonial. Procurei entender o que é o patrimônio histórico, como esse conceito foi construído ao longo do tempo, a importância dos patrimônios históricos para a memória e a identidade das cidades. Dessa forma, problematizo a necessidade de preservação desses bens públicos, ou seja, a necessidade de promover a Educação Patrimonial.

Afinal, manter a preservação de qualquer patrimônio passa, necessariamente, pela conscientização e valorização do mesmo perante a sociedade. Ainda no segundo capítulo, analiso como se deu o desenvolvimento de Fortaleza, ou seja, a história da cidade; a situação

dos patrimônios históricos, o processo histórico que levou a formulação deles, como se dá a proteção deles e a relação de identidade da população fortalezense com esses equipamentos.

No terceiro capítulo, explico a execução do projeto de intervenção no Farol do Mucuripe e os resultados que eu tive na experiencição com os meus alunos. Cada etapa foi pensada seguindo a metodologia da Educação Patrimonial, que são elas identificação, registro e valorização do dado patrimônio. Para que possamos nos situar quanto ao objeto em questão, foi levantada a trajetória do prédio desde a concepção dele, na primeira metade do século XIX, até o estado atual de abandono e degradação. Esse estudo foi feito através da consulta a documentos como o orçamento geral do Império Brasileiro de 1838, fotografias, depoimentos e pesquisa a matérias jornalísticas e a trabalhos bibliográficos que tratam sobre o mesmo.

# CAPÍTULO 1 – Ensino de História: aprendizado do tempo, da consciência histórica, e não do passado

Neste capítulo, será discutida a função do Ensino de História, a importância do mesmo e de que forma ele contribui para a formação do cidadão. Além disso, como o Ensino de História se tornou o que é hoje e quais são os problemas e desafios dessa disciplina escolar que precisam ser superados. O intuito é que, a partir dessa discussão, seja possível, no capítulo seguinte, debater de que forma a Educação Patrimonial se relaciona com esse Ensino de História.

## 1.1 Formação cidadã

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB), de 20 de dezembro de 1996, no que tange aos princípios e fins da educação nacional, afirma no artigo segundo: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>1</sup>.

Indo além, na seção que dispõe especificamente da educação básica (nossa área de atuação), esse objetivo é reiterado. O artigo 22 diz que: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”<sup>2</sup>.

Sendo mais específico ainda, afinal estamos falando da atuação no oitavo ano do Ensino Fundamental, no artigo 32, a LDB afirma que: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a **formação básica do cidadão**”<sup>3</sup>. Posto tudo isso, emerge a pergunta: O que é cidadania?

---

<sup>1</sup> Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>, acessado em 20 de setembro de 2017.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

O conceito desta palavra tem origem na Idade Antiga, na Grécia Clássica, e representa os direitos e deveres que um indivíduo precisa ter para transpor as implicações para uma vida em sociedade. Dessa forma, ser cidadão é poder participar ativamente da sociedade. Para o senso comum, é o “direito de ter direito”. (BENEVIDES, 2013, p. 17)

Ao longo da História, a noção de cidadania sofreu alterações. Segundo o historiador Alexandre Barbalho (2005), atualmente, a ideia de cidadania é influenciada pelo advento do Liberalismo após os movimentos surgidos na Idade Moderna, principalmente pela Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. O Liberalismo faz apologia à liberdade individual como princípio de cidadania, e a Revolução Francesa foi responsável por defendê-lo como universal.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)<sup>4</sup> propõem que o Ensino de História na Educação Básica deve partir de temas e objetos próximos da vivência cotidiana dos estudantes, onde o professor relaciona-os com outros tempos e espaços. Partindo dessa necessidade, com o intuito de proporcionar conhecimento significativo aos alunos, este projeto se propõe a apresentar uma atividade que envolve o Farol do Mucuripe através da metodologia de Educação Patrimonial, contribuindo para “a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã” (BRASIL, 1998, p. 5).

Dessa forma, o projeto aqui proposto se torna relevante para ser aplicado com os alunos de oitavo ano, além de representar conhecimento significativo aos alunos, afinal o Farol do Mucuripe é um bem patrimonial urbano presente no dia a dia do fortalezense (não está distante da vivência dos alunos), seja através da paisagem vista por quem passa por lá próximo, do fato de ser citado em canções populares<sup>5</sup> e até mesmo na representação dele na bandeira oficial do estado, constituindo um símbolo do Ceará. Mais da relação entre Ensino de História e Educação Patrimonial será esmiuçada no próximo capítulo.

Levando em consideração que a Educação Básica, de acordo com a legislação brasileira, tem por objetivo a formação cidadã, a justificativa para a aplicação desse projeto é reforçada, uma vez que ele se propõe a estimular os alunos a refletirem sobre a importância e situação atual do referido patrimônio histórico, fazendo com que os alunos façam sugestões

---

<sup>4</sup> No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Lei 9394/96) são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação. São separados por disciplina. Além da rede pública, a rede privada de ensino também adota os parâmetros, porém sem caráter obrigatório.

<sup>5</sup> A exemplo da canção *Terral*, do cantor e compositor Ednardo, lançada em 1973.

de como resolver o atual problema de abandono do prédio. O passo a passo da execução do projeto será detalhado no terceiro capítulo.

A escola, por meio da aplicação do projeto, estará propiciando aos estudantes uma experiência de participação cidadã, de pessoas que contribuem para o bem estar social da cidade em que vivem. Afinal, a LDB, no artigo 27, diz ainda que os conteúdos curriculares da educação básica devem observar, dentre outras diretrizes, “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”.

Por fim, a proposta aqui apresentada está coerente com todos os objetivos que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)<sup>6</sup> elenca para o Ensino de História. Segundo as matrizes curriculares de referência do Saeb, os objetivos do ensino de História são:

- facilitar a construção, por parte do educando, da capacidade de pensar historicamente, sendo que esta operação engloba uma percepção crítica e transformadora sobre os eventos e estudos históricos;
- favorecer a aquisição de conhecimentos sobre diferentes momentos históricos, a fim de desenvolver a habilidade de coordenação do tempo histórico;
- contribuir para a compreensão dos processos da História, através da análise comparada das semelhanças e diferenças entre momentos históricos, de forma a perceber a dinâmica de mudanças e permanências;
- propiciar o desenvolvimento do senso crítico do educando, no sentido de que este seja capaz de formar uma opinião possível sobre os eventos históricos estudados;
- possibilitar a integração dos conteúdos cognitivos com os aspectos afetivos e psicomotores do educando, valorizando as características relacionais nas atividades de ensino-aprendizagem. (apud PESTANA, 1999, p. 63)

Atingir esses objetivos, ainda que parcialmente, pode ajudar o aluno a interpretar situações concretas da vida social, posicionar-se criticamente diante da realidade vivida e construir novos conhecimentos. Vale reiterar que este projeto de Educação Patrimonial surgiu na procura de atender as carências da atividade profissional dentro de uma escola de elite da Capital cearense. Ou seja, são alunos que provavelmente têm, ou terão, os direitos de cidadania garantidos. Mas, e quanto aos deveres? Eles pensam a sociedade? Estão sendo preparados para contribuir com o bem estar social de forma cidadã? Em outras palavras, eles

---

<sup>6</sup> Instrumento do Governo Federal, instituído em 1990, que tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira. O levantamento produz informações que subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, visando a contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

exercem ou exercitam a cidadania com plenitude? Observo que não, pois estão em uma condição social que afasta, isola, eles da convivência direta com problemas urbanos.

Contudo, cabe ao professor contribuir com a formação cidadã. Então, neste caso, a proposta aqui apresentada, ao longo deste trabalho, vem a calhar com essa carência, pode gerar um impacto positivo. Afinal, esses estudantes pouco conhecem da realidade de uma comunidade carente (o Serviluz, onde está inserido o Farol do Mucuripe). Dessa forma, este trabalho proporcionará uma experiência significativa à formação desses alunos. Um aprendizado real acerca da História, do Patrimônio e do exercício da cidadania. Serão estimulados a deixarem de ser simplesmente passivos ao coletivo problema patrimonial e passarem a contribuir positivamente com a transformação dessa realidade.

Durante muitos anos (e de certa forma isso ainda esta presente nos dias de hoje) a disciplina de História foi vista como a matéria responsável por “resgatar” o passado de todas as sociedades, de forma que, através dela, o aluno aprenderia sobre o ser humano desde o início da existência dele na Terra até os dias de hoje no mundo todo. Objetivo esse bastante pretencioso e, visto dessa forma, nos parece impraticável. Por mais anos que a educação básica tenha, qual seria a razão de fazer o estudante dar conta de mais de quatro mil anos de história? Os historiadores José Evangelista Fagundes e Joel Carlos de Souza Andrade (2015) nos explicam que a natureza dos estudos históricos não tem esse intuito.

Como ponto de partida, vamos fazer uma afirmação que parece ser óbvia, mas nem sempre tem sido objeto de reflexão: uma coisa é a História escrita, outra é o passado ao qual a escrita se refere. A escrita do historiador não se confunde com o passado, com o vivido. O passado jamais estará à disposição do historiador, pois o pesquisador/historiador baseia-se em vestígios que não se constituem no passado, apenas contêm informações que se supõe corresponderem a possibilidades daquilo que aconteceu. Nessa perspectiva, a História é um saber que não tem condições de reconstruir um evento passado. Ela é uma representação das experiências do homem no tempo e no espaço, feita a partir do exercício de análise e interpretação do historiador, portanto, plural e nunca definitiva. (FAGUNDES; ANDRADE, 2015, p. 25-26)

De acordo com a historiadora Margarida de Oliveira, não é possível resgatar o passado tal como foi, exatamente como aconteceu, pois ele sempre será visto através de uma perspectiva (um recorte) do presente de natureza epistemológica, afinal a produção do conhecimento histórico tem o objetivo de explicar determinados aspectos da atualidade através da problematização do passado. Contudo, nos dias de hoje, ainda é difícil para a sociedade e até mesmo para alunos e professores entenderem que o ensino é pautado dessa forma, que ele tem essa necessidade. De acordo com Keith Jenkins, o conhecimento histórico

traz em si uma fragilidade epistemológica que permite variadas interpretações. Afinal, só há um passado, porém muitos historiadores. Jenkins explica isso com quatro argumentos:

Em primeiro lugar, nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o “conteúdo” desses acontecimentos é praticamente ilimitado. Não é possível relatar mais que uma fração do que já ocorreu, e o relato de um historiador nunca corresponde exatamente ao passado: o simples volume desse último inviabiliza a história total. A maior parte das informações sobre o passado nunca foi registrada, e a maior parte do que permaneceu é fugaz. (JENKINS, 2004, p. 31)

Em segundo lugar, nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual ele era, porque o passado são acontecimentos, situações etc., e não um relato. Já que o passado passou, relatos só poderão ser confrontados com outros relatos, nunca com o passado. (...) não existe nenhuma narrativa, nenhuma história “verdadeira”, que, ao fim, nos possibilite confrontar todos os outros relatos com ela – isto é, não existe nenhum texto fundamentalmente “correto” do qual as outras interpretações sejam apenas variações. (JENKINS, 2004, p. 32)

Continuando, o autor defende que “não importando o quanto a história seja autenticada, amplamente aceita ou verificável, ela está fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como “narrador”” (JENKINS, 2004, p. 32).

A história é menos que o passado – ou seja, a ideia de que os historiadores só conseguem recuperar fragmentos. Mas a quarta razão vem enfatizar que, graças à possibilidade de ver as coisas em retrospecto, nós de certa maneira sabemos mais sobre o passado do que as pessoas que viveram lá. (JENKINS, 2004, p. 34)

Percebe-se que “o fosso que existe entre o que a sociedade entende como História e o que concebem seus profissionais é imenso!” (OLIVEIRA, 2010, p. 9-10). Isso se deve ao fato de que, ao longo da história, o Ensino de História aqui no Brasil constantemente esteve ligado a interesses estatais e das elites sociais, muitas vezes sendo visto como um ensino meramente decorativo, de memorizar os grandes nomes e feitos do passado. Quebrar essa tradição se torna um grande obstáculo porque ela está enraizada culturalmente em um ensino tradicionalista que precisa ser superado. Essa realidade, como veremos no próximo tópico, não é apenas brasileira.

A história do Ensino de História no Brasil, que será apresentada na sequência, foi sintetizada através da análise de trabalhos publicados por diferentes autores. O intuito é mostrar como a formação cidadã esteve ausente dentre os objetivos do Ensino de História no passado. Contudo, mesmo esses autores procuraram contar a história da disciplina no país inteiro partindo basicamente do sudeste, mais especificamente Rio de Janeiro e São Paulo,

excluindo uma explicação de como se deu o desenvolvimento do Ensino de História em outras regiões, como no nordeste. Devido à falta de uma bibliografia mais abrangente, este trabalho se limitou a analisar o que existe de mais recorrente publicado a esse respeito.

“A história do Ensino de História tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores brasileiros, notadamente a partir da década de 80 do século passado, quando se debatia a reforma curricular que visava substituir os estudos Sociais pela História e Geografia” (BITTENCOURT, 2008, p. 59). De forma geral, essa historiografia aponta o ano de 1837, data da fundação do Colégio Dom Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como o início do ensino de História no país enquanto disciplina regular.

Em 1837, com a fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, a História passou a existir como disciplina escolar autônoma. O ensinar a História num país novo como o Brasil requeria a criação de uma instituição responsável pela produção da história nacional. Assim, neste mesmo período, também foi criado o Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, cujo propósito inicial era elaborar um modelo de História a ser pesquisada e ensinada. O primeiro trabalho expressivo publicado pelo IHGB foi a História Geral do Brasil, de 1854, do militar, diplomata e historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Com essa obra o autor é considerado por alguns como o “Heródoto Brasileiro”, ou seja, o pai da historiografia brasileira. (FAGUNDES; ANDRADE, 2015, p. 29)

Thais Nívia Fonseca (2003) explica que esse ensino foi marcado pelo intuito de exaltar a pátria, e não o de formar cidadãos, como atualmente defende os documentos citados anteriormente. A historiadora fala que o objetivo do sistema educacional era a formação das elites dirigentes. Katia Abud corrobora com essa ideia ao explicar que “a escola fora criada para formar os filhos da nobreza da Corte do Rio de Janeiro e prepará-los para o exercício do poder” (ABUD, 2015, p. 30). Já no IHGB, estavam os professores do Colégio Pedro II, responsáveis também pela elaboração dos programas. Ou seja, o ensino estava voltado para a exaltação da Independência e da Monarquia.

Esse ideário explica a razão de os estudos da História do Brasil começarem fora do espaço nacional. O Brasil nasce em Portugal e é fruto de sua expansão marítima. O povo brasileiro, constituído de mestiços, negros e índios, continuava alijado da memória histórica escolar e da galeria dos heróis fundadores e organizadores do Estado-nação. (BITTENCOURT, 2008, p. 78)

Segundo Circe Bittencourt (2008), o programa de História do Colégio Pedro II era um modelo para as demais escolas de ensino secundário do país. Ele fora inspirado no modelo de ensino adotado na França, onde sobressaía o estudo de História Geral dividido em tempo antigo (entendido como a de alguns povos em torno do Mediterrâneo, especialmente gregos e

romanos), Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea (criada em 1850). O ensino da história Sagrada também integrava os programas durante o Império. A história da Pátria ou do Brasil surgiu como disciplina autônoma apenas nos anos 1850, “em uma condição complementar, quase como um estudo anexo, e sendo oferecida aos alunos das séries finais” (BITTENCOURT, 2008, p. 78).

De acordo com Katia Abud, em 1930, no contexto da Revolução de 30, acontece uma reforma significativa, encabeçada pelo então Ministro da Educação, Francisco Campos, em que o ensino passa a buscar uma identidade para o povo brasileiro. Depois, em 1942, veio a reforma promovida por Gustavo Capanema. Contudo, em ambas, a educação continuava ligada a interesses estatais, pois, apesar de as demais escolas terem ganhado mais autonomia e o Colégio Pedro II perder a centralidade, os programas e métodos de ensino, para todo o país, ficaram a cargo do Ministério, mantendo uma uniformidade do ensino secundário.

Concebidos durante a Era Vargas, os programas de História elaborados pelas comissões constituídas pelo Ministério da Educação, após as duas reformas, traziam implícitas as grandes questões que faziam o pano de fundo das transformações que se estabeleciam no período. (ABUD, 2015, p. 33)

Em busca de uma identidade do povo brasileiro, na primeira metade do século XX, índios e negros ainda eram descritos de forma semelhante ao que dizia o IHGB no século XIX. Em linhas gerais, o índio teria passado pela história do Brasil enquanto personificação do “bom selvagem” e o negro, que pouco era citado nos livros, uma mercadoria. Enquanto que o índio teria trazido certa contribuição racial, a importância do negro se resumia a vida econômica e a negritude era diluída pela ideia de miscigenação (ABUD).

Depois das reformas nas décadas de 30 e 40, aconteceram muitas outras tentativas, todas elas buscando colocar o Ensino de História como instrumento central da educação política, utilizando a disciplina para a exaltação da pátria, estimulando na população o espírito de patriotismo. Thais Nívia e Katia Abud defendem que os programas posteriores à era Vargas e a primeira LDB (4.024/61) não conseguiram fugir do interesse de exaltar o Estado como forma de valorizar o governo. Além disso, a LDB reduziu a importância (carga horária) da História na escola secundária, dando espaço a uma educação mais tecnicista, que buscava formar mão de obra para a indústria, fortalecendo a ideia de que as humanidades seriam disciplinas decorativas, apenas para memorizar fatos.

É importante lembrar que o nível secundário de ensino tornou-se obrigatório e era propedêutico, servindo como fase preparatória ao ensino superior. Nessa linha, a

História era disciplina presente em vários programas dos cursos preparatórios ou dos exames vestibulares para diversas faculdades. O objetivo do aluno era dominar os conteúdos para ser bem-sucedido no processo de seleção. Por se tratar de exames seletivos, explica-se a extensão dos programas e seu caráter enciclopédico. (BITTENCOURT, 2008, p. 88-89)

Contrários a esse cenário, escolas de aplicação (criadas por instituições de Ensino Superior) e as chamadas escolas vocacionais (de caráter experimental) passaram a utilizar novos métodos de ensino no decorrer dos anos 60. O intuito era repensar a função social e política das disciplinas escolares, especialmente a da História. Dessa forma, os professores dessas escolas utilizavam os estudos do meio, recursos audiovisuais, peças teatrais, dentre outros, para promover estudos interdisciplinares e debates em sala de aula que trabalhassem determinados conteúdos históricos. Nesse momento específico, ainda que de forma isolada, vemos uma preocupação com a cidadania. Porém, não durou muito. Com o advento da Ditadura Militar, essas escolas passaram a ser perseguidas e fechadas pelo Governo, que esperava mudanças metodológicas limitadas ao caráter técnico de ensino. Outras formas de promover o aprendizado eram vistas como subversivas (BITTENCOURT).

Por esse tempo, os cursos de licenciatura em história se distribuíam por quase todos os estados. Separada do curso de geografia (1957) e agora sob o crivo da recém-criada Associação Nacional de Historiadores Universitários - ANPUH (1961), contudo, a corporação de historiadores não interferiu na prescrição de conteúdos substantivos para o ensino de história em nível nacional. (FREITAS, 2013, p.192)

Em 1964, o currículo e a legislação que interessavam ao regime militar impunham uma visão de sociedade cívica, harmoniosa, visando dessa forma se adequar aos interesses do Estado, deixando o indivíduo sem espaço para análises críticas, muito menos para questionamentos dessa ordem, cultuando e glorificando os grandes vultos como os únicos sujeitos históricos. A História e a Geografia foram transformadas em Estudos Sociais, sintetizando o ensino sobre a sociedade e abrindo espaço para conteúdos dogmáticos como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

Essa análise do Ensino de História ao longo do século passado é corroborada pela historiadora Marlene Cainelli:

Durante quase todo o século XX os conteúdos relacionados à história política foram predominantes no ensino de história. Os manuais didáticos destinados a crianças e adolescentes contemplavam como conteúdos a história das instituições políticas brasileira, a história dos governos, dos líderes governamentais, das disputas em torno do poder sejam por guerras, revoluções ou revoltas. (CAINELLI, 2010, p. 22)

Segundo Thais Nívea Fonseca, com a crise do regime militar, o Ensino de História sofreu outra mudança, dessa vez visando novas possibilidades de se pensar a realidade brasileira, voltando o ensino para a análise crítica da sociedade. A Anpuh e entidades como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais passaram a repensar o Ensino de História, discutindo, por exemplo, a necessidade de romper com o papel conferido ao ensino secundário de mero reprodutor do conhecimento histórico, os conteúdos do livro didático, utilização de diferentes recursos como música, literatura, filmes, televisão etc.

A escola, de acordo com as propostas, deixa de ser mero “aparelho ideológico do estado”, ou “espaço neutro de difusão do saber” e passa a assumir a tarefa de produtora de saber. Professores e alunos superam a condição de meros expectadores, receptáculos de um saber produzido em outras esferas e assumem o trabalho pedagógico como reflexão, como pesquisa. E este é, sem dúvida, o grande desafio colocado pelas novas propostas. (FONSECA, 1993, p. 90-91)

Então, os programas de ensino elaborados de acordo com a política educacional dos anos 70 passaram a ser vistos como superados e inadmissíveis do ponto de vista teórico e político. Por isso, setores organizados começaram a pressionar os poderes públicos para que as legislações referentes ao Ensino de História fossem revistas. Dessa forma, os currículos de História passaram por processos<sup>7</sup> de reforma em várias secretarias estaduais e municipais de educação segundo a historiadora Selva Fonseca.

Assim, os anos 80 são marcados por discussões e propostas de mudanças no Ensino Fundamental de História. Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase que fonte “exclusiva” e “indispensável” para o processo de ensino-aprendizagem. (FONSECA, 1993, p. 86)

Tudo isso foi construído buscando enfrentar a problemática da exclusão operada no nível do Ensino Fundamental. Os menos favorecidos (e os conflitos envolvendo esses grupos) começaram a ser identificados enquanto sujeitos históricos, passando eles a terem voz no Ensino de História. As propostas foram montadas “ora tentando romper radicalmente com a forma tradicional de ensinar História, ora tentando introduzir novos materiais, novas fontes, novas questões sobre os esquemas preexistentes” (FONSECA, 1993, p. 109).

Marlene Cainelli explica que essa mudança é influência da história marxista, que faz com que o Ensino de História sofra um grande impacto na forma e abordagem dos velhos

---

<sup>7</sup> Esses processos estão inseridos no contexto de redemocratização que teve, por exemplo, a gestão de governadores eleitos pelo voto direto em 1982.

conteúdos políticos. “A teoria marxista modificou a forma de composição dos conteúdos ao pressupor como objetivo para o ensino de história a constituição de cidadãos com capacidade de crítica social” (CAINELLI, 2010, p. 22).

Contudo, a historiadora Circe Bittencourt explica que, mesmo naquele contexto, ainda não existia a intenção de procurar tornar o Ensino de História significativo aos alunos, ou seja, conectar os conteúdos à vida, ao cotidiano, deles, aos conhecimentos prévios. “A seleção dos conteúdos é pensada a partir daquilo que significam enquanto domínio do saber disciplinar dos professores e não se vinculam a um critério de seleção baseado, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida em sua condição social cultural” (BITTENCOURT apud CAINELLI, 2010, p. 23).

Na década de 90, de acordo com Thais Nívia, tornou-se desejável que os programas curriculares e os livros didáticos incorporassem as tendências da historiografia contemporânea, como a História das Mentalidades e a História do Cotidiano, relacionando a qualidade do Ensino de História com a capacidade desta de levar para a educação básica as discussões historiográficas mais recentes no Brasil. Segundo a autora, essas tendências tornaram-se sinônimos de inovação no ensino e sinal de mudanças de paradigmas no Ensino de História. Contudo, o historiador Itamar Freitas alerta que:

Durante a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e do Partido da Frente Liberal – PFL, no entanto, esse poder do “novo” Estado foi, de certa forma, obscurecido na literatura e na memória docente com a disseminação da tese de que as recentes reformas curriculares empreendidas resultavam, somente, de adequações do sistema educacional brasileiro às novas diretrizes dos organismos internacionais, a exemplo da UNESCO. Vivia o país sob intenso debate em torno de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, colhendo, dessa forma, todos frutos e custos do processo de redemocratização. (FREITAS, 2013, p. 193)

Em 1996, o Ensino de História, e a Educação brasileira como um todo, teve uma relevante conquista com a promulgação da Lei 9394 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (referida anteriormente). A partir dela, o ensino perde a finalidade meramente de acumulação de conteúdos e passa a ter o objetivo de capacitar os alunos para a construção do próprio conhecimento, para a atuação e transformação da sociedade, ou seja, para a formação cidadã. Dessa forma, no caso específico do Ensino de História, trabalhar conceitos como tempo, espaço e sociedade passa a ser fundamental para a apreensão do conhecimento histórico.

Em paralelo, a reformulação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)<sup>8</sup>, a criação dos PCNs (que também falamos anteriormente) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)<sup>9</sup>, propostos pelo Ministério da Educação, surgem como as principais iniciativas públicas para a educação básica, se tornando orientações de referência. Como exemplo, podemos observar o que os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do Ensino Fundamental. Dentre outros, está:

que os alunos sejam capazes de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas; (BRASIL, 1998, p.5)

Entretanto, os programas educacionais do Governo Federal e a própria LDB foram e continuam sendo alvo de críticas por profissionais e especialistas do Ensino de História. Estes avaliam que há limitações significativas na legislação educacional desde a Ditadura Militar, pois muitos aspectos desses documentos seriam impraticáveis. Para a historiadora Joana Neves, por exemplo, “a nova LDB expressa tudo, menos um debate nacional. Enquanto geradora de uma política educacional, se perde em generalidade e em detalhes” (NEVES, 2000, p. 43).

Já em relação aos programas do Governo Federal, a autora aponta aspectos que comprometem o desenvolvimento da educação brasileira. Em linhas gerais, são eles: desconexão entre si (“o que leva a redundâncias e repetições; fragmentação em vez de diversificação”), forte centralização federal, controle externo por meio de órgãos financiadores internacionais e a falta dos próprios docentes da educação básica participando da formulação desses programas. “O MEC formou equipes de especialistas compostas por “técnicos” (em geral pedagogos), ou seja: profissionais que não estão em sala de aula, e por professores universitários” (NEVES, 2000, p. 56).

---

<sup>8</sup> Programa do Governo Federal que tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas da educação básica, de forma universal e gratuita, livros didáticos de qualidade para apoio ao processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nas salas de aula. Em 1996, o programa passou por reformulação e a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação passou a ter a responsabilidade de coordenar e avaliar o conteúdo das obras inscritas no PNLD em parceria com instituições públicas de Ensino Superior.

<sup>9</sup> São normas para a Educação Básica, publicadas em 2013, que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em resumo, até meados da década de 90, o Ensino de História sofreu várias reformas, mas todas voltadas para legitimar a autoridade da força política que estava no poder em cada momento, procurando uniformizar o conhecimento e controlar as massas. Essa situação, de certa forma, ainda é presente, mas a realidade melhorou bastante uma vez que a própria Constituição, através da LDB, afirma categoricamente que a função da educação é a formação do cidadão e promoção da cidadania. Não à toa, esse documento foi apelidado de Constituição Cidadã.

Analisando esse processo histórico até aqui, é perceptível que houve um longo e sinuoso percurso para superar o ensino tradicionalista e fazer com que estratégias de ensino diferenciadas, que favorecem a formação cidadã, começassem a ser, ainda que com muitas resistências, aceitas e adotadas. Afinal, até hoje, existe uma luta profissional para enterrar os métodos dos séculos XIX e XX, e as políticas públicas educacionais continuam falhas e ineficientes no sentido de promover a formação cidadã. O ensino tradicionalista ainda está presente. Observo isso não só nas instituições onde trabalho, mas em várias escolas públicas e privadas em todo o país através dos relatos de colegas de profissão.

Dessa forma, estratégias como a Educação Patrimonial vêm a calhar com as atuais demandas do Ensino de História no Ensino Fundamental (formação cidadã), pois parte de um conhecimento prévio que está no cotidiano do aluno (o patrimônio edificado presente na paisagem urbana), leva ele a refletir sobre as transformações físicas e usuais daquela edificação ao longo do tempo e das contribuições que ela pode proporcionar à sociedade na atualidade. Tudo isso por meio de um processo de construção de conhecimento onde o estudante é protagonista no exercício da cidadania, contribuindo para a preservação de um bem comum, o patrimônio histórico.

## **1.2 Por que aprender/ensinar História?**

O Ensino de História vem se consolidando como área do conhecimento, como campo de investigação, desde o final do século XX através de pesquisas onde o ensino e a aprendizagem da História são o objeto. Isso tem sido preocupação de pesquisadores como o alemão Jörn Rüsen, o inglês Peter Lee, a portuguesa Isabel Barca e a brasileira Maria Auxiliadora Schmidt, dentre outros, que têm se fundamentado na teoria da consciência

histórica (falaremos dela no tópico seguinte) para evidenciar a importância de crianças e jovens aprenderem História. “De modo geral, tais pesquisas têm sido motivadas pela necessidade da melhoria da qualidade da aprendizagem histórica e, portanto, do ensino de História, dando origem a várias temáticas como possibilidades de investigação” (SCHMIDT, 2016, p.19). De acordo com Kazumi Munakata, no Brasil, de uma forma geral, essa tendência não tem sido diferente.

O Ensino de História é um campo de pesquisa que cresceu muito no Brasil desde o final do século XX. Prova disso são os numerosos eventos do campo – Perspectivas do Ensino de História, Pesquisadores de Ensino de História, os seminários temáticos nos Simpósios Nacionais, nos Encontros Regionais da Associação Nacional de História (Anpuh), as atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) Nacional e Regionais de Ensino de História e Educação da mesma Anpuh – e a grande afluência de participantes nesses eventos. (MUNAKATA, 2013, p. 252)

Dessa forma, surge a pergunta: Por que é necessário aprender História na educação básica? A formação do cidadão necessita dessa aprendizagem. Caso contrário, essa formação não se dará por completo, pois o aluno não se identificará como sujeito histórico, como indivíduo que age e influencia na sociedade, consciente da própria identidade. A cidadania não se resume a um conjunto de direitos descritos na Constituição, ela passa pelo entendimento da identidade coletiva e da própria identidade do indivíduo. Esse entendimento se constrói no Ensino de História, onde o estudante deixa de ficar inerte ao passado. Já que o objetivo central da educação básica é a formação do cidadão, então é preciso saber como se dá a aprendizagem em História e a formação histórica.

A construção da cidadania, tarefa árdua, complexa e premente nos dias atuais, exige uma educação que possa dar conta da imensa complexidade da realidade social do país e das responsabilidades e dos direitos de todos os cidadãos brasileiros, no que se refere tanto aos aspectos da vida privada dos indivíduos como às suas relações com a sociedade e com o meio ambiente. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 65)

Conforme foi visto, a História abordada em sala de aula de forma meramente expositiva, o ensino tradicional, não contribui para essa formação, pois é necessário tornar o aluno agente ativo desse processo, fazer com que ele acesse documentos e tire conclusões sobre o passado. Sem isso, o estudante não se descobre enquanto sujeito histórico, indivíduo transformador da realidade. O Ensino de História não tem a finalidade de apreender as informações sobre o passado com intuito apenas enciclopédico, de acúmulo de conhecimento. Esse ensino precisa instrumentalizar o aluno a investigar as evidências deixadas pelo passado

como forma de compreender o mundo em que ele vive para que, assim, possa agir enquanto cidadão. Por isso, a plena formação cidadã passa antes pela aprendizagem histórica.

“É por esta razão que se torna original perguntar que uso a história tem ou por que a história poderia ser aprendida. Se nosso conhecimento do mundo presente não é nunca um “conhecimento instantâneo”, e nos traz, quer queira, quer não, alguma concepção substantiva do passado, então ser historicamente ignorante é, justamente, ser ignorante.” (LEE, 2011, p. 26)

Afinal, a vida desse aluno enquanto cidadão se dará no presente, mas um presente resultado de um processo histórico iniciado no passado. De onde ele, a cidade, as instituições etc vieram? Tudo isso será necessário para o agir dele em sociedade, e todo esse conhecimento se adquire no ensino da História. Contudo, um ensino que precisa ser calcado na formação de uma consciência para o aluno de que ele é um sujeito histórico, e não de que ele é passivo aos eventos históricos, apenas resultado deles.

De acordo com o historiador Peter Lee, não é possível escapar do passado. “Ele é construído a partir de conceitos que nós empregamos para lidar com o dia a dia do mundo físico e social” (LEE, 2011, p. 20). Compreender a utilização desses conceitos (ditadura, revolução, democracia, ciência, comunismo, Idade Média, Renascimento, estado-nação etc.) ao longo do tempo e ajudar os alunos a construírem, cada um, significado próprio, uma interpretação, para esses conceitos possibilita a atuação deles em sociedade e, conseqüentemente, o exercício da cidadania.

Durante o processo de aprendizagem, deve ser realizado um trabalho sistematizado com os conceitos históricos. Isso precisa ocorrer de forma relacionada aos conteúdos cotidianos de sala de aula, no texto principal, e não em apêndices ou boxes isolados como ocorre na maior parte dos livros didáticos. Dessa forma, o professor contribui para que o aluno realize uma interpretação mais crítica e aprofundada dos documentos históricos. Entende-se que os conceitos não são conteúdos, mas os diferentes conceitos precisam ser trabalhados nos diferentes conteúdos.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt (1999), esses conceitos não devem ser repassados aos alunos de forma apenas enciclopédica, na qual eles vão decorar o significado do termo. Segundo a historiadora, os conceitos não podem ser dados. Como o próprio nome diz, os conceitos precisam ser “construídos” a partir dos conhecimentos prévios dos estudantes e da análise e percepção da realidade. A concepção de patriarcalismo para um aluno, por exemplo, não precisa ser a mesma de outro aluno.

Se o trabalho com a construção de conceitos históricos deve fazer parte do processo ensino-aprendizagem de História, é preciso ter cuidado para não transformar este objetivo no uso abusivo de termos técnicos ou na imposição de definições abstratas e memorizações formais de palavras e do seu significado. Aprender conceitos não significa acumular definições ou conhecimentos formais, mas construir uma grade que auxilie o aluno na sua interpretação e explicação da realidade social. (SCHMIDT, 1999, p. 149)

Esses conceitos históricos, segundo Lee e Rüsen (apud SCHMIDT, 2016), estão presentes em qualquer que seja o conteúdo de História a ser trabalhado, mesmo quando lidamos com tipos particulares de conteúdos. Eles são tidos também como conceitos substantivos, pois fazem parte da substância da História.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a aprendizagem dos conceitos históricos ou conceitos substantivos, relativos aos conteúdos ensinados, é de grande relevância na formação da consciência histórica. Assim, investigar de que forma estes conceitos ou conteúdos estão presentes na cultura escolar, seja sob a forma de “textos visíveis”, tais como nos manuais didáticos e currículos, bem como nos “textos invisíveis”, como as ideias de alunos e professores, pode contribuir para desvelar e melhorar o ensino de História. (SCHMIDT, 2016, p. 34)

Sem entender como se dá a construção do conhecimento histórico, estamos suscetíveis à formulação de passados práticos que tem o interesse de defender ou legitimar determinados pontos de vistas sobre o presente, sobre a nossa origem. Em outras palavras, “vulneráveis à manipulação política ou outra”, como corrobora Maria Auxiliadora Schmidt (2016, p. 20). Assim, mais do que importante, é necessário aprender História. Ainda segundo Peter Lee, “a História fornece o único meio racional de investigar o passado” (2011, p. 26).

Sem história, o passado serve meramente a interesses práticos e assim, em um importante sentido, nós seríamos destituídos de nossa própria experiência. Para a pesquisa histórica, é simplesmente uma investigação racional do passado e, desde que nós não podemos escapar do passado, nós temos que procurar o melhor conhecimento que pudermos obter sobre ele. (LEE, 2011, p. 25)

Se aprender História é imprescindível, surge então outra questão, essa levantada pela historiadora Flávia Eloisa Caimi (2006): Por que os alunos não aprendem História? Para a historiadora, o problema está fortemente ligado à formação dos docentes que lecionam na educação básica. Estes, de uma forma geral, com atuação ainda muito ligada aos propósitos do difícil de ser superado ensino tradicional. Propósitos esses que, de acordo com Flávia Caimi, são

voltados para a aquisição cumulativa de informações, com suas conhecidas características no ensino da História: ordenação mecânica de fatos em causas e consequências; cronologia linear, eurocêntrica, privilegiando a curta duração; destaque para os feitos de governantes, homens, brancos, numa visão heroicizada e idealizada da História; conteúdos apresentados aos alunos como pacotes-verdades, desconsiderando e desvalorizando suas experiências cotidianas e práticas sociais. (CAIMI, 2006, p. 20)

Dessa forma, percebe-se que o Ensino de História não parte de questões atuais, não está pautado em fazer com que os alunos investiguem as evidências do passado para entender a realidade, conforme defende Peter Lee. Assim, a aprendizagem não se dá por completo, pois o aluno não se descobre enquanto sujeito histórico. O conhecimento ali acumulado é meramente decorativo, possivelmente, desinteressante e, aparentemente, não tem relação com a vida do estudante. Conhecimento esse, facilmente, passível de esquecimento após o término dos anos escolares.

A historiadora portuguesa Isabel Barca (2007) vai além e explica que a origem desse problema está na falta de consistência entre as teorias e as práticas do Ensino de História. Por exemplo, aquela aula de História que faz uso apenas de narrativas, de descrever o que ocorreu no passado, está ligada a uma tendência positivista, hoje, já bastante ultrapassada, pois não leva em consideração a subjetividade na História.

Dessa forma, Isabel Barca defende uma perspectiva epistemológica para o Ensino de História, na qual as aulas procurariam estimular o raciocínio histórico através da investigação em cognição histórica, ou seja, fazer os alunos analisarem as evidências deixadas pelo passado como forma de adquirir conhecimento. Para justificar essa perspectiva, a autora aponta a possibilidade de relacionar o saber acadêmico ao saber aplicado.

Já a historiadora Sandra Regina Ferreira de Oliveira (2010), explica que o tempo é categoria fundamental no Ensino de História, em qualquer nível e na abordagem de qualquer conteúdo. Por isso, o professor não pode prescindir de trabalhar a questão da passagem do tempo com os alunos. Quanto mais centrada nos acontecimentos de curta duração for uma aula de História, mais tradicional e decorativa ela será. Para o aprendizado em história se dar de forma mais completa, o professor precisa se empenhar em trabalhar os deslocamentos temporais de maior duração.

Assim, Sandra Regina de Oliveira defende a necessidade da presença das diferentes temporalidades no Ensino de História. A autora observa que, ainda hoje, as aulas de História estão desarticuladas com o presente, o que leva os alunos, muitas vezes, a não adquirirem consciência histórica e a não se identificarem enquanto sujeitos históricos. Dessa forma, ela defende que: trabalhar a ideia, conceito, de tempo deve aparecer em todos os níveis do Ensino

de História, na discussão de todos os conteúdos. Afinal, a História nada mais é do que a ciência que estuda o ser humano ao longo do tempo, conforme a autora se referencia em nomes como Le Goff, Pierre Nora, Marc Bloch e Braudel.

“O tempo é a categoria principal com a qual o historiador trabalha porque este só pode construir conhecimentos sobre o passado, a História, descolando-se do presente” (OLIVEIRA, 2010, p. 39). Assim, o Ensino de História, da mesma forma que a pesquisa em História, parte de perguntas sobre questões atuais para depois procurar as respostas no passado. Isso, é claro, sem deixar de realizar um recorte temporal. Contudo, é preocupante o fato de que isso ainda está em falta no Ensino de História. Esse apontamento é voltado não apenas aos professores da educação básica, mas também aos livros e manuais didáticos, que deixam essa discussão escapar ao longo do ano letivo.

No caso dos professores, se verifica muito um ensino do passado pelo passado, saber o que houve anos atrás com o simples objetivo de fazer com que os alunos adquiram um conhecimento meramente memorativo e não problematizado com o presente. Em outras palavras, decorar fatos. Exemplos clássicos disso não faltam nas salas de aula: Quem foi Pedro Álvares Cabral? O que aconteceu em 7 de setembro de 1822? “Tal ensino só pode se concretizar em sala de aula se o objetivo for, paralelamente, levar o aluno a conhecer a história produzida e o processo de produção deste conhecimento” (OLIVEIRA, 2010, p. 42). A autora reforça afirmando que passado e História não são sinônimos.

De acordo com Fernand Braudel (apud BITTENCOURT, 2008), há três temporalidades na investigação histórica. São elas o tempo do acontecimento (breve duração), da conjuntura (média duração) e da estrutura (longa duração). Segundo Sandra Oliveira, as aulas de História precisam trabalhar a temporalidade para além do acontecimento.

- o acontecimento (fato de breve duração) corresponde a um momento preciso: um nascimento, uma morte, a assinatura de um acordo, uma greve, etc;
- a estrutura (fato de longa duração), cujos marcos cronológicos escapam à percepção dos contemporâneos: a escravidão antiga ou moderna, o cristianismo ocidental, a proibição do incesto, etc;
- a conjuntura (fato de duração média), que resulta de flutuações mais ou menos regulares no interior de uma estrutura: a Revolução Industrial inglesa, a ditadura militar brasileira, a guerra fria, etc. (BITTENCOURT, 2008, p. 207)

Na maioria das vezes, os autores se propõem, nos manuais do professor, a romper com o ensino tradicional, mas acabam produzindo textos decorativos, narrativas meramente descritivas etc. “A problematização só aparece em algumas atividades e a responsabilidade de construir outras narrativas a partir destes problemas fica a cargo do professor e do aluno”

(OLIVEIRA, 2010, p. 46-47). O assunto tempo (o deslocamento temporal) precisa estar na discussão de todos os conteúdos, e não de forma isolada.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para os anos finais do Ensino Fundamental, a disciplina História não pretende fazer do estudante um historiador, e sim facilitar, ao aluno, o acesso à construção do conhecimento histórico por meio do uso e do cruzamento de fontes variadas e de diferentes tipos. Em sala de aula, o trabalho com História é uma construção coletiva e se faz com base no saber aceito como legítimo pela comunidade de historiadores. O saber acadêmico é um suporte para o conhecimento histórico escolar, contudo os dois não devem ser confundidos. Para a historiadora Circe Bittencourt, o conhecimento escolar:

não pode ser entendido como mera e simples transposição de um conhecimento maior, proveniente da ciência de referência e que é vulgarizado e simplificado pelo ensino. (...) “Nenhuma disciplina escolar é uma simples filha da ‘ciência-mãe’”, adverte-nos Henri Moniot, e a história escolar não é apenas uma transposição da história acadêmica, mas constitui-se por intermédio de um processo no qual interferem o saber erudito, os valores contemporâneos, as práticas e os problemas sociais. (BITTENCOURT, 2015, p. 25)

De acordo com a historiadora Margarida de Oliveira, a construção do conhecimento histórico em sala de aula deve seguir os seguintes passos:

1. elege-se uma problemática (tema, período histórico);
2. tem-se o tempo como categoria principal (como o assunto em estudo foi enfrentado por outras sociedades);
3. dialoga-se com o tempo por meio das fontes (utiliza-se o livro didático, mapas, imagens, músicas);
4. utilizam-se instrumentos teóricos e metodológicos (conceitos, formas de proceder);
5. constrói-se uma narrativa/interpretação/análise (pede-se um texto, um debate, uma peça teatral, uma redação, uma prova). (OLIVEIRA, 2010, p. 11)

Em resumo, seleciona-se o tema e transforma-o em problema por meio de um conjunto de questões. Estuda-se, então, o passado para entrar em contato com as experiências das pessoas de outros tempos no enfrentamento desse problema e retorna-se à atualidade.

### 1.3 Consciência Histórica

A fundamentação de pesquisas na área de Ensino de História com base no conceito de consciência histórica emergiu devido aos trabalhos de Jörn Rüsen. De acordo com o historiador alemão, o Ensino de História existe com o objetivo de fazer com que o aluno adquira a chamada consciência histórica, ou seja, perceba, seja ciente, da presença do homem ao longo do tempo. “A consciência histórica é constituição de sentido sobre a experiência do tempo, no modo de uma memória que vai além dos limites de sua própria vida prática” (RÜSEN, 2007, p. 104). Essa consciência histórica se dá em diferentes níveis que explicaremos mais a frente. Ainda segundo Rüsen, a consciência histórica é o objetivo também da ciência histórica, ou seja, História e Ensino de História procuram, de diferentes formas, atingir o mesmo objetivo.

A vantagem teórica da matriz proposta por Rüsen é sua adaptabilidade funcional à diversidade temática da pesquisa histórica. Embora seja originalmente baseada na experiência intelectual da produção historiográfica no mundo de língua alemã, notadamente desde o século 19 de Droysen, Ranke e Mommsen, a matriz rüseniana alcançou uma potencialidade organizacional e explicativa universalizável. Inúmeros pesquisadores puderam valer-se dela para elaborar aplicações práticas extremamente produtivas – tanto no campo historiográfico propriamente dito quanto no da educação histórica. A título de exemplo, sejam referidos os trabalhos de Peter Lee, na Inglaterra, de Peter Seixas, no Canadá, de Isabel Barca, em Portugal, ou de Maria Auxiliadora Moreira Schmidt, no Brasil. (MARTINS, 2017, p. 330)

Obviamente, quantificar a consciência histórica de alguém é algo bastante subjetivo. Contudo, é possível avaliar e até mesmo mensurar a consciência histórica do aluno através da narrativa que o estudante faz, ou seja, como ele conta, explica, um processo histórico, a origem de algo de acordo com um evento ocorrido no passado etc. Schmidt parte do pressuposto de que consciência histórica é o lugar da aprendizagem e, como falamos anteriormente, os conceitos históricos são de grande importância na formação dessa consciência histórica.

Sendo assim, o historiador alemão explica que (apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 12) crianças e jovens expõem compreensão sobre o passado histórico, ou seja, mostram que têm consciência da passagem do ser humano ao longo do tempo, através de narrativas. Dessa forma, essas narrativas do que ocorreu no passado são o resultado final, a face material, do que o teórico chama de consciência histórica. “A consciência histórica será algo que ocorre quando a informação inerte, progressivamente interiorizada, torna-se parte da

ferramenta mental do sujeito e é utilizada, com alguma consistência, como orientação no cotidiano” (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 16).

A consciência histórica vem à tona ao contar narrativas, isto é, histórias, que são uma forma coerente de comunicação, pois se referem à identidade histórica de ambos: comunicador e receptor. As narrativas, ou seja, histórias contadas aqui, são produtos da mente humana; com sua ajuda as pessoas envolvidas localizam-se no tempo de um modo aceitável para si mesmas (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 80).

Essas narrativas são construídas através do acesso e análise a diferentes produções historiográficas. Por isso, as consciências históricas dependem das diversas formas como autores utilizam fontes e atribuem sentidos e significados a acontecimentos. Leva-se em consideração ainda, a compreensão que os leitores ou interlocutores vão ter desses trabalhos. Dessa forma, cada um possui uma consciência histórica diferente porque, além de lermos materiais diferentes, cada um compreende o que leu ou o que lhe contaram (através de diferentes professores, por exemplo) de forma também diferente.

Jörn Rüsen aponta tipologias para o processo de aprendizado histórico, ou melhor, para se chegar à consciência histórica. Elas são quatro: tradicional, exemplar, crítica e genética. Na primeira, a pessoa forma uma consciência histórica quando se dá conta da passagem do tempo através da percepção de tradições, ou seja, ações e fenômenos sociais que existem hoje mas que, de alguma forma, já existiam no passado e, por algum motivo, foram preservadas e continuaram perdurando. “Presença pura e simples do passado no presente” (RÜSEN, 2007, p. 45).

Na forma de aprendizado da construção tradicional do sentido da experiência temporal, as experiências temporais serão processadas em tradições possibilitadoras e condutoras de ações. As tradições se tornam visíveis e serão aceitas e reconstruídas como orientações estabilizadoras da própria vida prática. (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 45)

Apenas a percepção de tradições não é o suficiente para entender a passagem do tempo, pois até elas estão suscetíveis a deixarem de existir. Nesses casos, é necessário apontar exemplos de acontecimentos do passado através de registros. Assim, na categoria exemplar, a consciência histórica é formada pelo indivíduo que compreende acontecimentos como resultados de algo do passado, porém essa compreensão se dá através da aplicação de regras bem gerais formadas a partir da observância de uma constância (regularidade) com a qual características de determinados fatos se repetem na História, ou seja, eles são exemplares. Ou

então, quando o indivíduo, ainda observando essas regras gerais, compreende um acontecimento como um fato isolado, que, por algum motivo, não obedece à constância geral.

Na forma de aprendizado da construção exemplar do sentido da experiência temporal, para além do horizonte de tradições, serão processadas experiências temporais em regras gerais condutoras de ações. Nesta forma de aprendizado, se constrói a competência de regra em relação à experiência histórica; os conteúdos da experiência serão interpretados como casos de regras gerais, e formam-se, na interação entre generalização de regras e isolamento de casos, como condição necessária para um emprego prático na vida da adquirida competência de regras de juízo. (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 45)

O indivíduo adquire consciência histórica crítica quando interpreta narrativas históricas e observa interesses subjetivos na construção delas. Por exemplo, a pessoa que vê um quadro de época retratando o enforcamento de Tiradentes em que o personagem histórico está de barba e cabelos longos e se dá conta de que aquilo é uma construção, pois ela tem a informação de que no século XVIII os condenados tinham barba e cabelos cortados antes de serem enforcadas. Dessa forma, o indivíduo, por meio da criticidade, percebe que o artista do quadro tinha interesses em retratar Tiradentes de barba e cabelos longos.

O tipo de constituição crítica de sentido surge nas formas da narrativa histórica e nos *topoi* de uma argumentação histórica que trata sobretudo de esvaziar os modelos de interpretação histórica culturalmente influentes, mediante a mobilização de interpretação alternativa das experiências históricas conflitantes. Modelos consagrados de autocompreensão e da legitimação históricas das relações sócias são desmantelados quando contrastados com as possibilidades alternativas da memória histórica. (RÜSEN, 2007, p. 55)

Na dimensão crítica da consciência histórica, o indivíduo leva em consideração seus valores e conhecimentos prévios e confronta estes com a construção histórica que está sendo colocada. Dessa forma, é próprio dessa tipologia o juízo de valor, como se algo é falso ou verdadeiro. Sendo assim, a pessoa que tem a percepção crítica da consciência histórica procura contestar as versões tradicionais e exemplares da História como “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil” ou “Dom Pedro I foi o herói da Independência”.

Na forma de aprendizado da construção crítica do sentido da experiência temporal, as experiências temporais serão empregadas de modo que o afirmado modelo de interpretação da vida prática será anulado e será feito valer as necessidades e interesses subjetivos. O aprendizado histórico serve aqui à obtenção da capacidade de negar a identidade pessoal e social do modelo histórico afirmado. (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 46)

Por fim, a consciência histórica se dá de forma genética quando o indivíduo passa a considerar a própria identidade como resultado de processos históricos, “o sujeito leva sua individualidade às últimas consequências” (RÜSEN, 2007, p. 60). Dessa forma, a pessoa se encontra enquanto sujeito histórico, pois percebe que tudo o que ela está vivendo é decorrência da junção de acontecimentos do passado, assim como tudo o que ela faz no presente é parte de um todo que também influenciará a vida de outros indivíduos no futuro. Nessa concepção, o indivíduo compreende os fenômenos sociais (machismo, racismo, homofobia, violência, corrupção etc.) como resultados de longos processos históricos e, assim, sabem como trabalhar eles.

Na forma de aprendizado de construção genética do sentido da experiência temporal serão empregadas experiências temporais em temporalizações da própria orientação das ações. Os sujeitos aprendem, na produtiva aquisição da experiência histórica, a considerar sua própria autorrelação como dinâmica e temporal. Eles compreendem sua identidade como “desenvolvimento” ou como “formação”, e ao mesmo tempo, com isso, aprendem a orientar temporalmente sua própria vida prática de tal forma que possam empregar produtivamente a assimetria característica entre experiência do passado e expectativa de futuro para o mundo moderno nas determinações direcionais da própria vida prática. (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 46)

Para Jörn Rüsen, essas quatro diferentes tipologias de aprendizagem histórica são, na ordem em que foram apresentadas, estágios onde o indivíduo vai adquirindo, progressivamente, diferentes competências narrativas. Dessa forma, há uma hierarquia entre esses processos de aprendizagem histórica que vai da mais simples, a tradicional, até a mais complexa, a genética. Nessa última, de acordo com Rüsen, a consciência histórica do indivíduo é completa. Por isso, na categoria genética, o indivíduo tem plenas condições de exercer a cidadania, fazendo com que o objetivo do Ensino de História se concretize.

A aprendizagem histórica pode se explicar como um processo de mudança estrutural na consciência histórica. A aprendizagem histórica implica mais que um simples adquirir de conhecimento do passado e da expansão do mesmo. Visto como um processo pelo qual as competências são adquiridas progressivamente, emerge como um processo de mudança de formas estruturais pelas quais tratamos e utilizamos a experiência e conhecimento da realidade passada, passando de formas tradicionais de pensamento aos modos genéticos. (RÜSEN apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 51)

Como falado anteriormente, a fase material da consciência histórica de um indivíduo será a narrativa que ele constrói do passado. De acordo com a teoria de Rüsen, é possível caracterizar a competência dessa narrativa. “Essa competência pode se definir como a habilidade da consciência humana para levar a cabo procedimentos que dão sentido ao

passado, fazendo efetiva uma orientação temporal na vida prática presente por meio da recordação da realidade passada” (RÜSEN apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 59).

As narrações históricas, assim como qualquer texto, são constituídas por três elementos: conteúdo, forma e função. Cada um desses elementos expressa uma competência diferente que vai refletir a consciência histórica que a pessoa tem. O conteúdo de uma narrativa histórica mostra a competência para a experiência histórica. Já a forma: a competência para a interpretação histórica; e a função: competência para orientação histórica.

A “competência narrativa” se entende aqui como a habilidade para narrar uma história pela qual a vida prática recebe uma orientação no tempo. Esta competência consiste em três habilidades: 1) a habilidade da experiência, relacionada com a realidade passada; 2) a habilidade de interpretar, relacionada com o todo temporal que combina a) a experiência do passado com b) a compreensão do presente e c) as expectativas concernentes ao futuro; e 3) a habilidade de orientação relacionada com a necessidade prática de encontrar um caminho através dos estreitos e remansos da mudança temporal (RÜSEN apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 75).

Com base no que foi exposto no item anterior, pode-se concluir que a didática adotada pelo professor de História tem relevante e primordial impacto na construção da consciência histórica do aluno. “Na mesma direção, várias investigações vêm sendo realizadas sobre manuais didáticos, tendo como referência as considerações de Jörn Rüsen sobre o livro de texto ideal para a formação da consciência histórica” (SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2010, p. 14). Contudo, a quase totalidade dos livros didáticos de História no Brasil hoje têm suas narrativas claramente presas às percepções tradicionais e exemplares da consciência histórica.

Jörn Rüsen afirma que a didática é um conceito controverso. Apesar de o senso comum apontar a didática como um campo exclusivo da pedagogia, o que se ocupa do ensino em sala de aula, o teórico alemão afirma que a História enquanto ciência e o aprendizado em história tem o mesmo objetivo: a consciência histórica. Dessa forma, o Ensino de História não pode estar completamente desassociado do conhecimento acadêmico, da teoria da História.

a teoria da história e a didática possuem o mesmo ponto de partida, mas se desenvolvem em direções cognitivas diferentes e com interesses cognitivos diversos. Tanto a história como ciência quanto o aprendizado histórico estão fundados nas operações e nos processos existenciais da consciência histórica: a teoria da história e a didática convergem, assim, nesse tema. Elaboram-no, contudo, de maneiras distintas. A teoria da história pergunta pelas chances racionais do conhecimento histórico e a didática pelas chances de aprendizado da consciência histórica. Ambas estão intimamente interligadas (RÜSEN, 2007, p. 93)

Se “aprender” for entendido, fundamental e genericamente, como processo no qual as experiências e as competências são refletidas interpretativamente, esse conceito de aprendizado diz respeito ao que se discute aqui: a contribuição da ciência da história para o desenvolvimento daquelas competências da consciência histórica que são necessárias para resolver problemas práticos de orientação com o auxílio do saber histórico. (RÜSEN, 2007, p. 94)

No terceiro capítulo, irei apresentar o passo a passo da aplicação do projeto de Ensino de História proposto neste trabalho. Lá, irei exemplificar uma forma pela qual o professor de História de Fortaleza pode conduzir o aluno dele para a construção de uma consciência histórica qualitativa. O aluno será levado, ao final do processo, a escrever uma narrativa histórica acerca do assunto objeto do projeto (o Farol do Mucuripe). A narrativa histórica que será escrita por cada estudante terá conteúdo, forma e função, ou seja, informações, estilo textual e objetivo de escrita. Em cada um desses elementos, poderá ser observada a competência adquirida pelo aluno para a experiência, interpretação e orientação históricas. Segundo Jörn Rüsen, essas são as três dimensões do aprendizado histórico.

As três dimensões do aprendizado histórico esboçadas e suas qualidades formativas estão obviamente intimamente interligadas. Não há experiência histórica livre de interpretação, nem orientação histórica livre de experiência. Todo modelo de interpretação é relacionado simultaneamente à experiência e à orientação. Sua correlação intrínseca representa a complexidade do aprendizado histórico, sua dupla polaridade entre a apropriação da experiência e a autoafirmação nos processos mentais da consciência histórica. (RÜSEN, 2007, p. 118)

O projeto de intervenção que elaborei em forma de cartilha<sup>10</sup> e irei detalhar no terceiro capítulo está embasado nos pressupostos teóricos explicados até aqui. Cada etapa do projeto foi pensada de forma a atender uma das três diferentes dimensões do aprendizado histórico apontadas por Rüsen. A aplicação do projeto segue o que estabelece a metodologia da Educação Patrimonial, que, como poderemos constatar ao longo deste trabalho, corrobora com a Teoria da História, de forma que podemos observar que a Educação Patrimonial pode ser uma grande aliada do Ensino de História<sup>11</sup>.

Através da análise dos textos dos alunos, será possível inferir se eles alcançaram uma consciência histórica de percepção genética, ou seja, se o projeto alcançou o objetivo do Ensino de História, e se o estudante passou a ter plena consciência de que é um sujeito histórico com atitudes que impactam na realidade e que tem responsabilidades perante a sociedade. Enfim, se o aluno se tornou um cidadão.

---

<sup>10</sup> Ressalto que o mesmo se encontra anexado a este trabalho.

<sup>11</sup> A relação entre Educação Patrimonial e Ensino de História será abordada no segundo tópico do segundo capítulo.

## **CAPÍTULO 2 – A aliança Educação Patrimonial e Ensino de História diante de uma cidade com memória depredada**

Neste capítulo, a reflexão será em torno do conceito de patrimônio através de questões como a importância da preservação de patrimônios na atualidade e a relação deles com a formação da memória e da identidade de indivíduos e grupos sociais. Será destacada a importância da Educação Patrimonial e a situação do patrimônio histórico de Fortaleza. Uma vez relacionados, Ensino de História e Educação Patrimonial, teremos a gênese do embasamento teórico-metodológico para que, no capítulo seguinte, seja apresentado o projeto de intervenção, no Farol do Mucuripe, envolvendo alunos de oitavo ano.

### **2.1 O patrimônio histórico**

De acordo com Elisa Paim (2010), patrimônio significa conjunto de bens. Dessa forma, instituições, empresas, associações, pessoas etc. possuem, cada uma, patrimônio. Sendo assim, patrimônio histórico é o conjunto de bens coletivos que possuem relevância histórica por constituírem traços ou marcos de identidade de uma determinada população ou grupo social. Os patrimônios podem ser classificados como: material, imaterial, arquitetônico (ou edificado), ambiental (ou natural), arqueológico, artístico e religioso (ou sacro). Para este trabalho, vou me ater aos pressupostos teóricos que envolvem a categoria patrimônio histórico edificado por ser o caso do objeto de pesquisa em questão.

Segundo as historiadoras Cristina Figueira e Lílian Miranda (2012), essa concepção de patrimônio histórico surge, no mundo ocidental, dentro do contexto da Revolução Francesa de 1789, quando igrejas, palácios e castelos foram invadidos e saqueados. Uma das primeiras medidas da Assembleia Nacional Constituinte foi transferir bens da Igreja e de nobres emigrados para o Estado com o intuito de preservação, ou seja, protegê-los para que, passado o momento de euforia, essas propriedades pudessem estar a serviço da Nação, se transformassem em bens nacionais.

“Entre as saídas encontradas para tais questões, destaca-se a venda desses bens a particulares e sua transferência a depósitos abertos ao público – a partir de então denominados museus – com a finalidade de ‘servir à instrução da nação’” (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 18). Ao longo do século XIX, a concepção de patrimônio histórico se consolida não só para designar prédios históricos, mas também outros bens móveis e imóveis que passaram a ser vistos como detentores de relevante interesse estético ou histórico.

A historiadora francesa Françoise Choay, na obra *A alegoria do patrimônio*, explica que o patrimônio arquitetônico edificado evidencia as relações de uma dada sociedade com a temporalidade e, dessa forma, contribui para a construção da identidade. Afinal, as construções que resistem ao tempo se tornam objeto ou fonte para a pesquisa em História, para o estudo do passado. Já aqui no Brasil, a política de preservação do patrimônio histórico é muito recente se comparada à Europa.

No país, o Estado assumiu a responsabilidade de catalogar e proteger o patrimônio histórico (com o objetivo de atender ao interesse público e manter esses bens para as futuras gerações) somente em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) que, em 1970, passou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A primeira vez que o assunto preservação do patrimônio histórico apareceu numa constituição foi no artigo 10 da carta magna de 16 de julho de 1934: “Compete concorrentemente à União e aos Estados: [...] III – proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”<sup>12</sup>.

De acordo com as historiadoras Cristina Figueira e Lílian Miranda (2012), escritores brasileiros do movimento modernista, especialmente Mário de Andrade<sup>13</sup>, tiveram importante papel nas reivindicações ao poder público acerca da criação de uma gestão do patrimônio histórico, pois um dos temas centrais do movimento deles, na época, era a assimilação da identidade cultural brasileira. Eles escreviam e refletiam sobre o descaso com o patrimônio em nível nacional e encaminhavam projetos a serem implantados pelo Estado. “Um dos ícones desse movimento foi Mário de Andrade. No debate sobre a cultura brasileira, esse intelectual paulista teve intensa participação nas propostas preservacionistas voltadas ao patrimônio” (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, P. 29).

---

<sup>12</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm), acessado em 15 de novembro de 2017.

<sup>13</sup> Poeta, contista, romancista, músico, cronista, etnógrafo e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo em 1930. Foi um dos pioneiros da poesia moderna brasileira com a publicação do livro *Paulicéia Desvairada* em 1922.

A criação do Sphan, mencionado anteriormente, foi resultado de um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade. Vinculado ao Ministério da Educação e Saúde do Governo Vargas, ele foi o primeiro órgão público preservacionista do Brasil. Somente em 30 de novembro de 1937, através do Decreto-lei de número 25, o Brasil passou a ter uma legislação patrimonial que versava, dentro outros aspectos, acerca de catalogação e tombamento.

Atualmente, o Iphan define tombamento, oficialmente, como “um ato do poder público que tem como objetivo preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização” (BRASIL, 2011, p. 55). O artigo primeiro do Decreto-lei de número 25 passou a designar patrimônio histórico e artístico como “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”<sup>14</sup>.

Esse decreto organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e iniciou uma política de tombamentos e restaurações com a finalidade de garantir a integridade dos acervos arquitetônico, urbanístico, documental e etnográfico do Brasil, assim como das obras de arte e dos bens móveis. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 29)

Contudo, dentro de um contexto de ditadura do Estado Novo, a estrutura de poder centralizadora da época levou a uma priorização da proteção de patrimônios relacionados a interesses específicos, que legitimavam ou que, de alguma forma, estavam relacionados ao poder vigente. Dessa forma, outros patrimônios significativos foram renegados e até mesmo perdidos por terem origem em determinadas épocas ou estarem ligados a fatos históricos que não eram do interesse do Governo em vigor ou que, na perspectiva deste, não tinham importância suficiente que justificasse a preservação.

O mais sério é que essa política preservacionista, levada a cabo pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde sua criação em 1937, deixou um saldo de bens imóveis tombados, referentes aos setores dominantes da sociedade. Preservaram-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, as senzalas, os quilombos, as vilas operárias e os cortiços. (FERNANDES, 2015, p. 131)

Isso é fácil de ser entendido se levarmos em consideração que, naquela época, estava em voga na historiografia brasileira a tradição positivista que procurava enaltecer os “heróis

---

<sup>14</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm), acessado em 15 de novembro de 2017.

nacionais” e não compreendia a concepção de sujeito histórico. Como não havia outras, obviamente, foram essas referências que embasaram a política de preservação patrimonial brasileira. Esta, inicialmente, procurou preservar edificações que representavam a origem europeia, segmento dominante, em detrimento daquilo que representava a identidade dos demais segmentos étnicos de nossa sociedade.

De acordo com o historiador Ricardo Oriá Fernandes (2007), o órgão elegeu o barroco como expressão maior do patrimônio histórico e artístico nacional. Para os membros do Sphan, o estilo seria uma expressão autêntica da arte e cultura brasileira, origem de nossa civilização e, assim, representação da identidade nacional. “Essa construção pautou-se pela conservação de bens culturais materiais, geralmente ligados aos segmentos dominantes da sociedade, de tradição luso-brasileira” (FERNANDES, 2007, p. 240).

Dessa forma, os primeiros equipamentos tombados pelo Governo são, principalmente, igrejas e casarões que estão nos centros históricos de cidades como Salvador, Olinda, Recife e cidades inteiras como Ouro Preto. Devido a essa valorização pelo barroco colonial, outros patrimônios, representativos de outras épocas, foram renegados. Isso causou impacto negativo em diferentes cidades, como Fortaleza, onde historicamente há um acervo arquitetônico mais eclético e, assim, estilos como o neoclássico e art-nouveau são mais presentes. As consequências desse impacto serão melhor explicadas no terceiro tópico deste capítulo.

A partir de 1970, os critérios para tombamento adotados pelo a partir de então Iphan passaram a ser discutidos. Dessa forma, surgiram debates que levaram a uma nova perspectiva de preservação de bens culturais. A noção de referência cultural ganhou destaque, levantando algumas questões como: Quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado? Quais valores devem embasar uma seleção? Em nome de que interesses e de quais grupos sociais essas políticas deveriam ser direcionadas? Assim, as dimensões social e política da preservação patrimonial e cultural começaram a ser modificadas.

Costuma-se dividir a trajetória institucional do SPHAN em duas fases principais, a saber: a primeira, denominada fase “heroica”, que vai de 1937 a 1968, caracterizada pela atuação inconfundível de seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, em que se deu ênfase à preservação do Patrimônio Histórico edificado – a chamada “pedra e cal”. A segunda, a chamada fase “moderna”, que se inicia a partir dos anos 70, é marcada pela atuação de Aloísio Magalhães, em que ocorre uma antropologização do Patrimônio Histórico, que passa a incorporar o conceito de bem cultural. (FERNANDES, 2007, p. 240)

Com a Constituição de 1988, a noção de patrimônio foi ampliada, passando a incorporar também a perspectiva de bem cultural, já que a terminologia unicamente como

“patrimônio histórico” excluía valores culturais que não estão necessariamente ligados à noção de antigos. Podemos definir bem cultural como “toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia” (GODOY apud FERNANDES, 20015, p. 132).

O “bem cultural tem suas origens no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória, das identidades, das ideologias, das expectativas, mentalidades” (DE MENESES apud PAIM, 2010, p. 93). Além disso, através da Carta Magna de 1988, foram criados vários dispositivos legais que tratam da preservação histórica e cultural no Brasil, como os que constam nos artigos 5º (LXXIII), 23 (III e IV), 24 (VII e VIII), 216 (I a V), entre outros. De acordo com a Constituição,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.<sup>15</sup>

No mundo todo, a valorização dessa perspectiva cultural do patrimônio é uma tendência que pode ser observada de forma mais evidente desde a Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972, pela Assembleia Geral da Unesco. “Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico – monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentem um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência” (CHOAY, 2006, p. 207).

Para os países que reconheceram a validade, a Convenção criou um conjunto de obrigações relativas à “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações”. A Convenção foi ratificada por 21 países dos cinco continentes e conta com mais de 112 signatários (inclusive o Brasil) de acordo com Françoise Choay. Para que haja essa valorização do patrimônio cultural, é necessário que a sociedade

---

<sup>15</sup> Artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm), acessado em 18 de fevereiro de 2017.

tenha consciência da importância dele, e isso passa por um processo de Educação Patrimonial, educar para o patrimônio, para a proteção.

De acordo com o Iphan, atualmente, Educação Patrimonial é definida como processos educacionais, sejam eles formais ou informais, “que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação” (BRASIL, 2013, p. 5).

Por que um bem cultural, como um patrimônio histórico, no caso o Farol do Mucuripe, deve ser preservado? De acordo com as historiadoras Cristina Figueira e Lílian Miranda, a resposta para essa pergunta passa pelo entendimento dos conceitos de memória e identidade, pois eles são necessários para a compreensão da Educação Patrimonial.

História, memória e identidade são aspectos centrais para o estudo e a compreensão do significado da educação patrimonial. Nos últimos anos, esses temas passaram a ser objeto de estudo e de reflexão por parte de diversos setores da sociedade. Apesar de serem termos de uso corrente, presentes no cotidiano das pessoas, os significados de cada um desses vocábulos e suas implicações são complexos e profundos. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 45)

O Iphan define memória e identidade como:

MEMÓRIA – É a capacidade de perceber e reunir as experiências, os saberes, as sensações, as emoções, os sentimentos que, por um motivo ou outro, escolhemos para guardar. A memória é essencial a um grupo porque está atrelada à construção de sua identidade. Ela é o resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de continuidade e de experiência, isto é, de identidade.

IDENTIDADE – É o termo utilizado para definir o sentimento de um indivíduo ou grupo em pertencer a uma determinada região, prática social, ideia e/ou sistema de valores. A identidade cultural é construída a partir do conflito da visão de mundo do “outro” como diferente da visão de mundo do “eu” (grupo, região, ideia, etc.). Identidade expressa uma postura e ação de afirmação (étnica, local, ideológica, etc.) no jogo político do cotidiano. (BRASIL, 2011, p. 55)

Em História, a memória pode servir de fonte documental para a pesquisa ou então para entender por que diferentes sociedades procuraram esquecer ou lembrar e relembrar determinados fatos. “A memória é um elemento essencial da identidade individual e coletiva, e deve ser conquistada para que possamos conferir sentido às nossas existências sociais” (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 60). Para o historiador Pierre Nora, memória coletiva é definida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado” (NORA apud LE GOFF, 1996, p. 472).

## 2.2 A relação Ensino de História e Educação Patrimonial

No capítulo anterior, foi explicado que o Ensino de História é importante para a formação do cidadão porque ele auxilia na construção da identidade do estudante. A Educação Patrimonial tem finalidade parecida uma vez que a existência do bem patrimonial é um reflexo da identidade coletiva, parte da História. Dessa forma, preservá-lo significa proteger a identidade. Fazer com que o aluno aprenda sobre o patrimônio onde vive é fazer com que ele venha conhecer, construir, a própria identidade. “A preservação do patrimônio histórico é vista, hoje, prioritariamente, como uma questão de cidadania e, como tal, interessa a todos por se constituir em direito fundamental do cidadão e esteio para a construção da identidade cultural” (FERNANDES, 2015, p. 137).

Isso tudo porque, no patrimônio histórico, está ali registrado parte da memória coletiva. Associado à Nova História, Pierre Nora buscou refletir sobre as questões metodológicas no processo de formação da identidade social, como a memória individual está ligada ao imaginário coletivo e simbólico de uma sociedade. Ele trabalha com o conceito de lugar de memória, que é definido da seguinte forma:

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vivida por pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p. 22)

Para Pierre Nora, os lugares de memória são a intercessão entre o passado e o presente, entre o que éramos e o que somos, pois se trata de algo que estava presente no passado e continua existindo até hoje, testemunha de uma época, proporcionando a sensação de eternidade. Ainda de acordo com o historiador francês, os lugares de memória “têm relação com o conceito de identidade (e com a ameaça de sua perda): a identidade de determinado grupo relaciona-se a uma situação de existência coletiva vivenciada em certos momentos históricos, que serve de referência na identificação desse grupo” (apud FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 73-74).

Os lugares de memória trazem sentimentos e desejos do passado os quais os cidadãos se identificam. São exemplos de lugares de memória: museus, arquivos, cemitérios,

monumentos, santuários, associações etc. Eles “nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

Sendo assim, o patrimônio histórico edificado, como o Farol do Mucuripe, pode ser compreendido como um lugar de memória. Mais adiante, será abordada a história desse prédio, e, dessa forma, essa colocação ficará mais evidente. Em linhas gerais, a maioria dos fortalezas que hoje conhecem o Farol o vê como um prédio abandonado. Mas, ele foi testemunha do processo de crescimento da Capital cearense e simboliza a história da cidade. Para os habitantes mais velhos ou moradores da comunidade, o Farol é rico em lembranças que fazem essas pessoas se identificarem como pertencentes à Cidade ou a um grupo social.

A Educação Patrimonial procura levar os educandos a perceberem a presença dos patrimônios públicos no imaginário de uma dada população, entre diferentes grupos sociais, e como a valorização desses muda ao longo do tempo. Dessa forma, os alunos passam a ter consciência desses lugares e criam, de acordo com a identidade de cada um, juízos de valor em relação a eles, se devem ser preservados ou destruídos, se de fato constituem ou não um bem coletivo.

Isso explica, em grande parte, as constantes depredações e violações ao patrimônio histórico por parte da própria população. Ela não se vê nos ícones, símbolos e monumentos que foram preservados por uma ação estatal, não se identifica com um passado remoto e com uma memória que não lhe diz respeito. Em outras palavras: ela não se sente corresponsável pela preservação de seus bens culturais, na medida em que ela mesma não foi consultada acerca do que deve ser preservado ou não. (FERNANDES, 2015, p. 138)

Se atualmente muito do patrimônio edificado está em estado de destruição, muitas vezes, pelos próprios habitantes da cidade (seja por indiferença ou por meio de depredações), isso se dá devido o fato desses moradores não verem o dado patrimônio como lugar de memória, ou seja, não se identificam com ele. Afinal, como fazer com que o indivíduo se torne um cidadão sem fazer com que ele se sinta parte da cidade onde vive? Sem fazer com que ele perceba que os patrimônios daquela localidade refletem a história dele? Logicamente, a pessoa que avaria um patrimônio não tem qualquer sentimento para com o mesmo.

Daí entra a Educação Patrimonial, para mudar essa realidade. Mais do que procurar preservar dado patrimônio, a função dela é fazer com que os cidadãos valorizem o bem coletivo. Por isso, é importante a relação da Educação Patrimonial com o Ensino de História, para que o indivíduo tenha consciência histórica, tenha percepção de que é sujeito histórico e

que aquela história (a do patrimônio que deveria ser preservado) tem relação com ele, com quem ele é ou se tornou, ou seja, a identidade dele. Vamos compreender mais dessa relação no tópico a seguir.

De acordo com a historiadora Maria Ângela Borges Salvadori (2008), é a partir da década de 1980 que o termo “educação patrimonial” começou a ser bastante utilizado no Brasil. A princípio, as atividades desse tipo eram desenvolvidas, basicamente, por museus ou instituições semelhantes. Com o passar do tempo, muitas delas começaram a desenvolver serviços educativos, cada vez mais, com melhor qualidade, em que os visitantes passaram a ter um contato e interação mais diretos com os patrimônios. Ainda segundo Salvadori, a Educação Patrimonial se refere, atualmente, a um processo bem mais amplo: preservação e valorização de bens materiais e imateriais.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial envolve de modo evidente o Ensino de História enquanto entendimento de mudanças espaço-temporais, reconhecimento de permanências e embate entre diferentes sujeitos e grupos em torno de suas propostas políticas, simbolizadas pelos bens que procuraram preservar/destruir. As aulas de História podem proporcionar, portanto, condições privilegiadas para que os alunos reconheçam, no esforço pela preservação de diferentes suportes de memória e nas diferentes interpretações que eles suscitam, tanto uma conquista do passado do qual são herdeiros quanto um instrumento para a construção de sua própria cidadania. (SALVADORI, 2008, p. 37)

A Educação Patrimonial auxilia o Ensino de História, podendo aquela ser utilizada por este como ferramenta para o processo de aprendizagem, uma vez que a proteção do patrimônio histórico passa por um entendimento e valorização do bem cultural. Ao aprender sobre o patrimônio, o aluno está aprendendo sobre a própria história, sobre equipamentos que refletem a memória e a identidade da sociedade na qual ele vive.

O trabalho com esses temas por meio da educação patrimonial permite aos estudantes valorizar as manifestações culturais de seu entorno e, com isso, construir sua identidade pessoal e coletiva, desenvolvendo o sentimento de pertencimento, essencial tanto para a compreensão do conceito de preservação como para a concepção do patrimônio como algo vivo, presente em sua vida, por trazer elementos culturais de sua história e da história de seu lugar. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 65)

Foi exposto, no primeiro capítulo, que os Parâmetros Curriculares Nacionais propõem que o Ensino de História na Educação Básica deve partir de temas e objetos próximos da vivência cotidiana dos estudantes, ou seja, do conhecimento prévio deles. O professor deve relacionar esses conhecimentos prévios com outros tempos e espaços. O objetivo disso é fazer com que os alunos se identifiquem com o conteúdo, percebam a utilidade daquilo na vida

prática deles e, assim, valorizem o conhecimento histórico. O resultado será a aquisição de conhecimento significativo aos estudantes.

Dessa forma, pode-se reforçar que a Educação Patrimonial contribui para o Ensino de História porque o objeto daquele, o bem cultural, faz parte do conhecimento prévio dos alunos. Por mais que eles não saibam tudo acerca de um patrimônio histórico, por exemplo, o mesmo está presente na paisagem e nas expressões culturais da sociedade em que vivem. O Farol do Mucuripe, por exemplo, é citado em canções populares como afirmei anteriormente, e a imagem dele está presente em símbolos oficiais do estado, como na bandeira do Ceará. Dentre os meus alunos, mesmo os que nunca sequer passaram em frente ao Farol, todos sabem minimamente da existência dele e que o mesmo tem alguma importância.

Então, percebe-se a prática da Educação Patrimonial como uma forma de interpretação das marcas do passado deixadas no patrimônio de cada sociedade no decorrer do tempo e considera-se que a destruição dessas marcas equivale a silenciar informações, isto é, significa apagar períodos do cotidiano da trajetória histórica e privar às gerações presentes e futuras do seu direito aos seus bens culturais, não apenas do passado, mas, também, do presente. Além disso, a escolha dessa metodologia está diretamente ligada à valorização da identidade individual e coletiva dos discentes envolvidos na proposta respeitando-se a percepção de patrimônio cultural construída pelos mesmos. (SCHIAVON; TORRES, 2015, p. 523)

A Educação Patrimonial, por mais que não faça parte do currículo da Educação Básica, está prevista, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Não é uma matéria escolar, mas pode perfeitamente ser trabalhada com a História de forma interdisciplinar, pois a metodologia dela contribui para o objetivo do Ensino de História: a formação do cidadão. A Educação Patrimonial tem métodos de execução que podem ser feitos dentro e fora de sala de aula, ambos contribuem para o trabalho interdisciplinar na escola.

Contudo, segundo o historiador Ricardo Oriá Fernandes (2015), a memória representada pelo patrimônio histórico é uma temática que só se tornou presente na historiografia brasileira há pouco tempo, inclusive na produção acadêmica dos cursos de pós-graduação. Por isso, muitos docentes se sentem inseguros e desconfortáveis em desenvolver projetos na área devido o fato de as referências não estarem bastante consolidadas. Quando são abordados os processos de ensino e aprendizagem, em diferentes níveis, atividades que envolvem essa temática são quase inexistentes, seja no ensino público ou privado.

Ainda de acordo com Ricardo Oriá, estimular os alunos à preservação da memória coletiva é condição indispensável à construção da cidadania e da identidade nacional, e o Ensino de História tem papel fundamental nesse processo. “É ela, em última instância, o *locus*

privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõe o nosso patrimônio cultural” (FERNANDES, 2015, p. 130).

De acordo com Cristina Ferreira e Lílian Miranda, os projetos de Educação Patrimonial nas escolas precisam levar em consideração também os anseios da comunidade, ou seja, de que forma os moradores se relacionam e se identificam com o bem cultural e como este pode trazer benefícios para todos. Esse aspecto é levado em consideração no projeto de intervenção que será apresentado no próximo capítulo, mais precisamente na segunda etapa dele.

As ações educativas voltadas aos bens patrimoniais tangíveis ou intangíveis de uma comunidade são condutas de ensino e aprendizagem de formação para a cidadania porque fortalecem os valores da alteridade, da solidariedade, do respeito a si mesmo e aos outros. É importante, pois, que possibilitem aos estudantes relacionar os diversos lugares de memória ao patrimônio cultural. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 68)

É importante frisar que Educação Patrimonial não se trata apenas de preservar bens culturais. Mais importante que isso, é necessário também a conscientização e a valorização. Um equipamento restaurado mas sem utilização tende a entrar em situação de degradação e abandono novamente.

Atualmente se preserva um bem cultural não só pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico. Ele é preservado se tem significação para a comunidade em que está inserido e se essa preservação possibilita a melhoria da qualidade de vida de seus moradores e contribui para a construção de sua identidade cultural e o exercício da cidadania. (FERNANDES, 2015, p. 138)

Por mais importante que ele tenha sido no passado, não faz sentido gastar recursos em preservação, se o dado patrimônio não tem utilidade no presente, apenas para defender um discurso de que o mesmo não pode ser perdido, aquilo que o pesquisador José Reginaldo Gonçalves chama de a “retórica da perda”. Assim também é o Ensino de História, conforme já foi discutido, ele não existe para o aluno aprender sobre o passado, mas sim para entender a humanidade ao longo do tempo, inclusive no presente. Até porque, como já explanado anteriormente, não é possível resgatar o passado tal como foi.

Desse modo, inúmeros projetos de preservação atualmente voltam-se mais para o atendimento a necessidades presentes (projetos de revitalização, renovação de equipamentos urbanos, lazer turismo, projetos sociais, reivindicações de movimentos sociais etc.) do que para a recuperação de um passado perdido, puro,

original, supostamente imune à intervenção da mão humana, garantindo-lhe “autenticidade” [...]. Ao se implementar um projeto de preservação de determinado espaço urbano, o que mais importa? Reproduzir, supostamente de modo fiel, um momento da história desse espaço, ou adequá-lo aos seus usos presentes? (GONÇALVES, 2012, p. 65)

O Farol do Mucuripe é um prédio que precisa ser restaurado, porém, para além disso, é necessário estabelecer uma função social ao prédio. Quando a sociedade tem consciência da importância dos bens culturais e, assim, os valorizam, eles são constantemente renovados. Por isso, é obrigação do estado preservar, mas a sociedade tem o papel também de valorizar esses equipamentos. Quanto a nós, educadores, a função de conscientizar os alunos a respeito disso. Ao explicar a importância do estudo da História, a historiadora Marta de Souza Lima Brodbeck destaca:

Mostrar ao aluno que preservar o patrimônio cultural é dever de todo cidadão e que, apesar do âmbito governamental da União, dos estados e do município, o conceito de patrimônio cultural está muito ligado à valorização da memória coletiva e à atribuição de valor sobre os bens culturais. (BRODBECK, 2012, p. 121)

A Constituição de 1988 é a primeira da história brasileira a incorporar o princípio da Cidadania Cultural, ou seja, a afirmar que a população possui direitos culturais. Dentro da concepção de Cidadania Cultural, estão os direitos de produção cultural, acesso à cultura e memória histórica, “segundo o qual todos os homens têm o direito a ter acesso aos bens materiais e imateriais que representam o seu passado, a sua tradição e a sua história”<sup>16</sup>.

Circe Bittencourt fala que a falta de preservação do patrimônio histórico provoca às populações a negação desse direito à memória histórica. Por isso, o Ensino de História tem um compromisso com a Educação Patrimonial, ou seja, com o “desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado*” (BITTENCOURT, 2008, p. 277). De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas. A constituição do patrimônio cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem

---

<sup>16</sup> Extraído de texto *O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010)*, do historiador José Ricardo Oriá Fernandes, sem data de publicação, retirado do site da Fundação Casa de Rui Barbosa, [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_JoseRicardoFernandes\\_O\\_direito\\_a\\_memoria.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_JoseRicardoFernandes_O_direito_a_memoria.pdf), acessado em 26 de junho de 2018.

exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e relembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (BRASIL apud BITTENCOURT, 2008, p. 278)

Dessa forma, o direito a memória é negado, por exemplo, quando moradores da comunidade do Serviluz não têm qualquer gerência sobre o destino de um prédio da primeira metade do século XIX, o Farol do Mucuripe, que está sendo destruído devido à irresponsabilidade e apatia de governos e demais moradores do Município que não moram naquela região. Ainda sobre o chamado direito à memória, o filósofo Sérgio Paulo Rouanet, secretário de cultura da presidência da República durante o governo Collor, afirma que:

O indivíduo privado do uso desse direito é um indivíduo condenado à amnésia social e à anomia, e esse direito é ignorado quando igrejas barrocas caem por causa de uma chuvarada em Ouro Preto ou quando monumentos importantes em Olinda ou na Bahia estão ameaçados de desabamento (ROUANET apud FERNANDES, 2015, p. 139).

A Educação Patrimonial enquanto metodologia para o Ensino de História ajuda a quebrar com a visão tradicional de “história pronta”, que ainda está muito presente nas salas de aula e que, conforme foi explicado no capítulo anterior, vêm se tentando superar desde o final do século passado. Refiro-me àquela história memorizada e desconexa da vivência cotidiana dos estudantes, que não leva em conta o conhecimento prévio deles. O desinteresse e a falta de identificação dos alunos com os processos históricos expostos em sala de aula, muitas vezes, estão ligados ao fato desses conteúdos serem apresentados como “verdades absolutas”, sem espaço para a construção do conhecimento.

Só por meio da educação patrimonial será possível levar os alunos a compreender que os bens culturais e naturais são uma riqueza da humanidade a ser preservada e valorizada e, assim, torná-los aptos a praticar a cidadania por meio de atitudes de respeito ao patrimônio. Destarte, pela via educativa, poderemos fazer desaparecer os cenários de depredação, intolerância e indiferença para com nossa riqueza cultural. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 72)

Apesar de a maioria das instituições de ensino do nosso país continuarem negando a realização de projetos de Educação Patrimonial na escola, situação que é constatada pelo próprio Iphan, termino este tópico concluindo que é urgente a aplicação desses projetos, com alunos da educação básica, relacionados a todo tipo de patrimônio (obviamente não apenas ao edificado), referentes às identidades dos mais diversos grupos sociais. Dessa forma, a plena cidadania poderá ser uma realidade mais presente na sociedade.

### 2.3 Fortaleza, cidade sem memória

A Capital cearense é uma das cidades brasileiras que mais cresce de forma desordenada desde o século passado. “Para se ter ideia dos números, em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%); em 1970, 857 mil (aumento de 63%)” (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 171). Atual quinta maior cidade do país, hoje, são cerca de 2 milhões e 600 mil habitantes (mais de 4 milhões considerando a Região Metropolitana) segundo a estimativa do IBGE em 2017<sup>17</sup>.

Afora o crescimento vegetativo dos habitantes, a capital cearense aumentava sua população em virtude, sobretudo, das migrações rurais. A crise da agricultura cearense, a estrutura fundiária sertaneja, baseada na concentração da terra e da produção agropecuarista, e as grandes secas, a exemplo das ocorridas em 1951, 1958 e 1979-84 impulsionaram o êxodo rural. (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 172)

De acordo com os pesquisadores Artur Bruno e Airton de Farias (2015), os anos 1950 foram o início da expansão da Capital cearense para além da região central, quando a singela Aldeota (pequena aldeia) passou a ser o bairro de moradia preferido das elites, clubes foram inaugurados na Praia de Iracema e as linhas de bondes foram extintas para ceder lugar aos ônibus, estes vistos na época como sinal de progresso.

Assim, as elites e os crescentes segmentos médios que antes já haviam deixado o Centro Histórico de Fortaleza, passaram, cada vez mais, a se dirigirem para os bairros “nobres” da zona leste da capital, como a Praia de Iracema, Meireles e, em especial, a Aldeota, onde a ocupação foi mais regular, com lotes grandes, ruas largas e praças. É essa zona leste “a cidade moderna e bonita”, geralmente conhecida pelos turistas e divulgada pelos meios de comunicação e propagandas oficiais. Para boa parte das elites, Fortaleza restringe-se àquela área e adjacências, onde moram, trabalham e se divertem – as demais regiões são “longe” e ignoradas. (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 191)

Com alvorecer do século XXI, a Aldeota é o coração financeiro da cidade, e Fortaleza passou a ser a líder do nordeste em índices como frota de veículos (1,076 milhão)<sup>18</sup> e PIB<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/16131-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-para-2017.html>, acessado em 13 de dezembro de 2017.

<sup>18</sup> Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/painel/frota.php?codmun=230440>, acessado em 14 de dezembro de 2017.

Indiscutivelmente, é uma das capitais mais poderosas do país em termos políticos e econômicos. Na segunda metade do século passado, se tornara metrópole regional, “comandando um espaço significativo no Nordeste. A área de influencia de Fortaleza, já em 1970, possuía 52 centros, abrangendo uma área superior a 400 mil quilômetros quadrados e aproximadamente sete milhões de habitantes” (SILVA, 2007, p. 220). Levando em consideração os dados censitários mais recentes, esses números são, hoje, bem maiores, fazendo de Fortaleza uma metrópole nacional e das mais importantes do país.

Todo esse crescimento emergente criou uma população indiferente ao patrimônio urbano, o que pôde e pode ser observado a cada empreendimento ou viaduto levantado em detrimento de um bem cultural e em favor da especulação financeira. Exemplos não faltam de prédios históricos que foram derrubados no centro da cidade para dar lugar a negócios como estacionamentos. Sim, estacionamentos!

Qualquer cidadão fortalezense que vagar pelas ruas da cidade, sobretudo os mais idosos, terá, com certeza, uma sensação de perda e mal-estar. Poucos referenciais históricos resistiram à ação do tempo. Outros destruídos foram em nome de uma concepção desenvolvimentista do progresso e do lucro fácil e imediato, respaldados na especulação imobiliária, na lógica do capitalismo selvagem. (FERNANDES, 2007, p. 255)

Isso é tão forte na cultura fortalezense que a população jovem e adulta, de forma geral, chega a afirmar de forma depreciativa que mora numa cidade sem passado (eles querem dizer sem memória). É possível escutar isso de forma corriqueira pelos conterrâneos. A Capital cearense só começou a despontar como grande metrópole a partir dos anos de 1970, quando as cidades nordestinas de Salvador e Recife já tinham uma memória coletiva relacionada aos bens culturais bastante consolidada. Enquanto isso, Fortaleza começava a formar uma população apática com relação à própria memória urbana, afinal a cidade não era beneficiada por ações significativas de preservação e valorização patrimonial. Essa situação pouco foi modificada com o passar dos anos.

Na verdade, sem a presença das classes dominantes, a área [Centro Histórico] foi negligenciada pelo Estado, deteriorando-se – calçadas estreitas, pobreza das fachadas dos prédios, intensa poluição visual e sonora, falta de segurança, ausência de limpeza pública. Muitos casarões desmoronaram e foram transformados em pátios de estacionamentos para veículos... Criou-se um ciclo vicioso de segregação espacial e deterioração: ao consolidar-se como área de comércio para pobres, o Centro teve reduzida suas possibilidades quanto à demanda por melhor qualidade espacial, na medida em que o poder de pressão das camadas populares é pequeno e o

---

<sup>19</sup> Conforme dados do IBGE de 2014 disponíveis em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2014/xls/tabela2.xls](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2014/xls/tabela2.xls), acessado em 19 de dezembro de 2017.

Estado volta-se, sobremaneira, ao atendimento dos setores abastados, que não têm interesse em frequentar a área central. A condição de sobrevivência dos negócios do Centro, assim, é tornar-se cada vez mais acessível à população empobrecida, o que leva aos poderes públicos e dominantes a negligenciarem ainda mais a área. (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 201)

Nas minhas turmas de Ensino Médio, tirando raras exceções, quase a totalidade dos alunos jamais foram a museus, teatros ou centros culturais na Cidade. Nem mesmo ao Dragão do Mar<sup>20</sup>, situado em área nobre da Capital. Alguns chegam a, inclusive, menosprezar o local, afirmando, em tom pejorativo, que ele é frequentado por pessoas “alternativas”. Paralelo a tudo isso, iniciativas de pais e escolas, de forma geral, em levar os educandos a conhecerem os bens culturais de Fortaleza são pouco encontradas. Enquanto discente da educação básica, isso já era perceptível há mais de 10 anos.

Ou seja, com o passar das gerações, a elite fortalezense forma a percepção de que a cidade em que vive não tem memória. É provocador observar que os principais pontos turísticos de Fortaleza são as praias quando falamos de uma cidade de ocupação historicamente direcionada para o interior. Essas praias sequer pertencem ao município. Isso mesmo, Jericoacoara e Canoa Quebrada estão a centenas, sim centenas, de quilômetros de Fortaleza. Até hoje, os governos estadual e municipal priorizam o turismo de lazer em detrimento do turismo cultural, este praticamente limitado a shows musicais milionários em épocas específicas como o réveillon.

Esta perda de referenciais históricos, pautados na memória da cidade, nos dá a estranha sensação de que somos “estrangeiros” em nossa própria casa. Sem a memória, não encontraremos mais os ícones, símbolos e lembranças que nos unem à cidade e, assim, nos sentiremos deslocados e confusos. No entanto, em nossa Fortaleza, como em muitos centros urbanos do país, vivemos o jogo dialético entre lembrança e o esquecimento. E nesse jogo, muitas vezes, o esquecimento vem ganhando a partida, provocando verdadeira amnésia social em toda a população, que não mais se reconhece na sua própria cidade. (FERNANDES, 2007, p. 255)

Por estar me referindo a um público restrito, a menor parte da população, isso não deveria ser um fator relevante de questionamento. Contudo, vale ressaltar, é da elite que saem majoritariamente os políticos, juízes e demais autoridades, ou seja, os únicos com poder para realizar ações concretas e efetivas de preservação ao patrimônio público. Porém, por que farão isso algum dia se não conhecem nem se identificam com esses equipamentos? Passadas as

---

<sup>20</sup> Um dos principais centros culturais do Brasil, com mais de 30 mil metros quadrados. O complexo inclui biblioteca, cinemas, teatros, museus, dentre outros.

gerações, Fortaleza tem hoje, de forma facilmente perceptível, uma elite não esclarecida em relação à própria história. Onde ficou a formação cidadã desses habitantes?

Entretanto, é possível se perguntar por que o patrimônio histórico de Fortaleza, esquecido pela própria população, não veio sendo preservado pelos órgãos nacionais. Como explicamos anteriormente, as políticas estatais de preservação do patrimônio histórico começaram no Brasil em 1937 através da criação do Sphan. De acordo com o historiador Ricardo Oriá (2007), o órgão elegeu a arte colonial do século XVIII, mais especificamente o barroco, como expressão maior do patrimônio histórico e artístico nacional. Por isso, o patrimônio histórico de Fortaleza, de uma forma geral, foi colocado em segundo plano nos processos de tombamento do Governo Federal. “Essa exclusão, segundo nossa opinião, levará à desfiguração e até mesmo à destruição desse acervo urbano em muitas cidades brasileiras. Um desses centros urbanos a contar com um número expressivo de bens de natureza eclética é a cidade de Fortaleza” (FERNANDES, 2007, p. 242).

Não é à toa que os estados brasileiros com maior número de bens tombados pelo Governo Federal (com exceção do Rio de Janeiro que foi Capital do país durante muitos anos) são Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, onde o acervo barroco colonial é indiscutivelmente extenso e significativo. Nos anos 70, quando temos o início da segunda fase do Sphan, agora denominado Iphan, momento em que outros aspectos passam a ser levados em consideração nas políticas de preservação patrimonial, e não mais apenas os interesses institucionais (falamos disso no primeiro tópico deste capítulo), Recife e Salvador já eram cidades detentoras de um rico patrimônio histórico preservado e, de certa forma, valorizado. Valorizado, podemos assim dizer, levando em consideração a cultura bairrista própria dessas localidades, consequência de décadas da presença do poder público e de trabalhos para manter em pé construções históricas.

Enquanto isso, Fortaleza, no mesmo nordeste, despontava como uma grande metrópole regional sem memória. Ou, como afirma muitos dos seus habitantes, sem história! E assim, a cada ano, observamos bens culturais valiosos da cidade sucumbirem ao esquecimento ou à especulação. “Onde estão Itapuca Vila, o Sobradinho do Palácio, o Prédio da Fênix Caixerai e tantos outros bens culturais da cidade que não foram preservados?” (FERNANDES, 2007, p. 255) A qualquer momento, o próximo pode ser o Farol do Mucuripe. Na contramão disso, muitos moradores sequer têm noção do que estão perdendo e de como isso é irreparável.

É apenas a partir dos anos 1960 que a Capital cearense começa a ter os primeiros tombamentos no patrimônio histórico. Contudo, até hoje, um total de apenas quatro edificações da cidade foram oficialmente tombadas pelo Iphan. São elas: o Theatro José de Alencar e a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, tombados em 1962; a praça do Passeio Público, em 1964; e o prédio da antiga Assembleia Provincial, atual sede do Museu do Ceará, tombado em 1972<sup>21</sup>.

Todavia, cerca de cinquenta anos de trabalhos de conservação (tempo muito curto, do ponto de vista histórico, para que ocorra uma mudança cultural) não foram suficientes para fazer com que a maior parte da população fortalezense se identificasse com esses e demais bens culturais. Apenas uma minoria tem conhecimento do simples fato da existência desses equipamentos, e eu me refiro apenas aos que foram tombados. Afinal, Fortaleza tem um acervo patrimonial que vai bem além daqueles reconhecidos oficialmente pelo poder público. Em 30 de julho de 1968, com a criação da Lei cearense nº 9.109, passa a existir o tombamento em nível estadual. Através dela, o Farol do Mucuripe é tombado no início dos anos de 1980. Falaremos mais dela no próximo capítulo.

Os bens culturais ligados ao barroco colonial dos séculos XVII e XVIII em cidades como Olinda, Salvador, Ouro Preto e outras cidades mineiras são frutos da riqueza proporcionada por atividades relacionadas aos ciclos econômicos da cana de açúcar e da mineração. Fortaleza não foi beneficiada por esses ciclos, pois, até o começo do século XIX, se tratava de uma vila pequena e inexpressiva. Aliás, o Ceará como um todo não foi palco dessas atividades. Por está inserido no semiárido, não foi possível desenvolver a indústria açucareira, que se concentrou na região da zona da mata nordestina. A mineração, evidentemente, se concentrou em regiões geográficas mais centrais do país.

A cidade nem sempre foi o maior centro urbano do estado, nem mesmo a capital. As primeiras vilas cearenses se desenvolveram como interposto da produção pecuária, realizada de forma extensiva. Fundadas no século XVIII, são elas Icó (1738), Aracati (1748), Crato (1764) e Sobral (1773). Todas maiores e mais expressivas que Fortaleza. Esta, apesar de mais remota, fundada em 1726<sup>22</sup>, só começa a crescer a partir do século XIX. Mais antiga que ela, a vila de Aquiraz, criada por ordem régia em 1699, porém só efetivamente instalada em 1713, é

---

21

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20bens%20tombados%20e%20processos%20em%20andamento%20ago%202017.pdf>, acessado em 17 de dezembro de 2017.

<sup>22</sup> A vila de Fortaleza, fundada em 1726, é resultada do povoamento que se deu em torno do Forte de Schoonenborch, construído em 1649, durante a ocupação holandesa liderada pelo comandante Matias Beck. Com a expulsão dos holandeses em 1654, o Forte foi tomado por portugueses e renomeado para Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, que dá nome à atual cidade.

a primeira do Ceará e, portanto, sede administrativa da, naquela época, capitania do Siará Grande. Ainda em 1810, Fortaleza era descrita da seguinte forma:

A capital estava dividida em dois planos, em cujo primeiro, junto ao mar, se encontrava a ponta do Mucuripe, guarnecida por um fortim que servia de vigia e por mias três pequenos fortes (S. João do Príncipe, Carlota e S. Bernardo). Junto a estas edificações se achava uma casa de pedra que servia como quartel e um armazém de pólvora. Entrando na enseada em forma de semicírculo, [um] viajante veria uma légua de praia até a entrada da vila [propriamente dita]. O trecho era pouco habitado e continha apenas “06 casas de palha em alinhamento” e três outras próximas ao mar – esta área recebeu o nome de Prainha (...). “Ao norte destas residências ficava uma ponte de desembarque, e ao lado desta um pequeno reduto de madeira, cheios de vãos de areia, um verdadeiro entricheiramento com duas peças [canhões] de pequeno calibre”. Junto à ponte subiam dois caminhos principais até o segundo plano da vila, espalhadas pelos caminhos algumas casas em estado sofrível. Caminhando pelas duas veredas alcançava-se a parte alta da vila de Fortaleza. Do desembarque na Prainha era possível avistar-se esse plano, onde se localizava [a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e] a maioria das casas – quase todas feitas de taipa e cobertas de telha. (VIEIRA JÚNIOR apud BRUNO; FARIAS, 2015, p. 44)

Com a elevação à condição de vila em 1726, Fortaleza se torna capital, porém sua importância se resumia, basicamente, a questões administrativas. Em termos econômicos e populacionais, durante muitos anos, ela foi inferior às vilas interioranas já mencionadas, principalmente Aracati que era o centro urbano hegemônico da capitania. Fortaleza começa a crescer, de forma lenta, somente no século XIX devido à exportação de algodão, se tornando a principal coletora e exportadora da produção cearense dessa mercadoria que tinha forte demanda na Inglaterra.

O que se afirma fica evidente quando se percebe algumas medidas tomadas pelas autoridades coloniais no começo do século XIX. Desse período datam: a instalação de Mesas de Inspeção de Algodão (para garantir maiores vendas por meio da garantia da qualidade do produto, uma das exigências dos importadores ingleses), não apenas nos portos de Aracati e Acaraú (este vinculado a Sobral), até então os dois mais movimentados do Ceará, mas igualmente no precário e pouco dinâmico porto de Fortaleza; erguimento de um molhe e de um trapiche para embarque e desembarque no litoral de Fortaleza (na Prainha, em frente à vila), cuja precariedade era criticada; a construção de estradas ligando a capital ao interior (para melhor escoar a produção sertaneja e igualmente impor mais autoridade governamental sobre os latifundiários, o que ampliava igualmente o raio de influência de Fortaleza); a decretação, em 1803, de lei determinando a redução de 50% nas tarifas alfandegárias dos produtos exportados por Fortaleza; instalação da Alfândega, da Junta da Fazenda (encarregada de arrecadar impostos) e dos Correios, dentre tantas outras ações que são destacadas pela historiografia. (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 45)

Dessa forma, a utilização do porto de Fortaleza seguiu crescendo e, com a riqueza que era proporcionada, a então vila passou a ganhar mais atenção. Recebeu a implantação de

planos urbanísticos a partir da segunda década do século XIX, o que é interessante comparar com os dias de hoje... Naquela época, havia a preocupação com o ordenamento do crescimento urbano, o contrário do que vem acontecendo nas últimas décadas, em que o crescimento da cidade se dá de forma bastante desorganizada. “A evolução urbana de Fortaleza foi lenta no século XIX e com um baixo crescimento demográfico. A população que era de 12.195 habitantes em 1813 passa a 16.557 em 1837” (CAPELO FILHO, 2009, p. 158).

Em 1823, já dentro do período imperial brasileiro, Fortaleza é elevada a categoria de cidade através de um ato régio de Dom Pedro I. Apesar de toda essa evolução, que continuava se dando de forma lenta, o porto da capital ainda era considerado bastante precário. “O acesso ao denominado Porto da Prainha (na verdade, um trapiche situado na Prainha, defronte da vila) era complicado, pelo número de áreas pantanosas nas proximidades, e pela má conservação desse trapiche” (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 49).

Com o passar dos anos, a consolidação do Império unitarista (centralizador) enquanto forma de administração pública favoreceu Fortaleza para que esta fosse galgando a posição hegemônica na agora província cearense, principalmente a partir do governo de Dom Pedro II. Para ter um melhor controle do país, os investimentos públicos do Rio de Janeiro eram destinados, principalmente, para as capitais das províncias. No Ceará, cidades como Aracati e Icó, até então mais ricas, acabaram renegadas pelo poder central. Enquanto isso, Fortaleza recebeu obras de melhorias no porto, abertura de estradas e ferrovias (estas a partir de 1870) aprimorando a ligação da cidade às zonas produtoras de algodão, o estabelecimento do monopólio do comércio exportador no Ceará, dentre outras medidas.

Na década de 60 do século XIX, Fortaleza completa o processo de hegemonização. Isso se dá, principalmente, a partir da Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), quando este interrompe a produção de algodão e o Ceará, tendo a concorrência diminuída significativamente, passa a ser o principal fornecedor dessa matéria-prima para as indústrias maquinofatureiras inglesas. Dessa forma, é nesse período que ocorre o auge da cotonicultura cearense, e o porto de Fortaleza tem a maior movimentação de cargas referentes a esse mercado. Então, a cidade passa a ser importante não só por ser a capital da província, mas também por se tornar o mais rico e expressivo centro urbano do Ceará.

Apesar da precariedade dos recenseamentos, contabilizava-se a população da cidade: em 1837, 16.557 habitantes; em 1872, um número de 21.372 moradores; e atingindo, na virada para o século XX, 48.369 pessoas, num crescimento considerável e sinal claro da hegemonia urbana fortalezense no Ceará. (BRUNO; FARIAS, 2015, p. 60)

Conforme expliquei anteriormente, Fortaleza foi excluída das políticas nacionais de preservação do patrimônio histórico na primeira fase do antigo Sphan, de 1937 a 1968, por não ter um acervo significativo da arquitetura colonial do século XVIII, especialmente o estilo barroco. No patrimônio histórico da Capital cearense, é mais presente (ou melhor dizendo resistente, ou seja, não se perdeu ainda) a arquitetura eclética correspondente ao período entre a segunda metade do século XIX e o início do XX. Essas construções são resultado justamente da riqueza proporcionada na época em que Fortaleza se consolida como centro urbano hegemônico do Ceará.

A partir da segunda metade do século [XIX], a capital cearense vive um processo de intensa transformação urbana, resultado do papel que a cidade passa a desempenhar como centro coletor e exportador de algodão. Disso resulta, também, a construção de novos equipamentos de estilo eclético, com nítida influência francesa da *belle époque*. [...] Fortaleza passa por grandes transformações urbanas. Prédios públicos, praças, *boulevards*, teatro, cafés e jardins são construídos segundo os ditames do ecletismo arquitetônico, em voga nas metrópoles europeias, sobretudo Paris, considerada a capital do Século XIX, paradigma da civilização ocidental. (FERNANDES, 2007, p. 243)

A construção do Farol do Mucuripe foi resultado de uma ordem de serviço de Dom Pedro I, ou melhor, um “cumpra-se” do Imperador, conforme os termos usados na época, assinado em 17 de agosto de 1829. As obras de fato só iniciaram em 1840, já no Governo de Dom Pedro II. Além de aumentar o controle sobre a costa cearense, o Farol melhorou o funcionamento do porto de Fortaleza, servindo de referencia para embarcações e atendendo à demanda de exportação de algodão que começava a emergir naquela época. O prédio, de arquitetura barroca, hoje se encontra drasticamente abandonado e em ruínas. A história dele será trabalhada no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 3 – A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano – projeto de intervenção**

Ao decidir trabalhar com Educação Patrimonial na escola, surgem, ao professor de História, desafios relacionados à execução desse tipo de atividade. Por exemplo, como trabalhar a memória? Como fazer com que o aluno valorize os bens culturais? Como desenvolver ações de Educação Patrimonial de forma sistemática na escola? O surgimento dessas questões é comum uma vez que a maior parte das coleções de livros didáticos pouco ou nada prescreve acerca de atividades de Educação Patrimonial. Paralelo a isso, o estado de depredação e esquecimento de muitos bens culturais acaba sendo fator motivacional para o trabalho dos docentes sensíveis ao problema.

Neste capítulo, irei detalhar o projeto de intervenção em Educação Patrimonial no Farol do Mucuripe o qual aqui proponho. O bem cultural escolhido será utilizado como recurso didático para o aprendizado sobre o Brasil e o Ceará do século XIX e, principalmente, como exercício para que os alunos pratiquem a cidadania. A proposta é destinada a professores de História da rede básica de Fortaleza, especialmente aqueles que trabalham com turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental. A metodologia da Educação Patrimonial envolve um conjunto de práticas e experiências que tem a intenção de orientar a organização de atividades e estudos interdisciplinares.

Os princípios da metodologia para a educação patrimonial foram desenvolvidos na década de 1970, na Inglaterra (*Heritage Education*) e disseminaram-se em outros países do mundo. No Brasil, foram introduzidos pela museóloga Maria Lourdes Parreiras Horta a partir de 1983, por ocasião do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, organizado pelo Museu Imperial, em Petrópolis (RJ). Após a realização desse seminário – considerado pelo Iphan o marco inicial da educação patrimonial em nosso país -, projetos e ações relativos à aplicação dessa metodologia foram desenvolvidos em diversos lugares do país. Essas experiências foram registradas, com o apoio do Iphan e do Ministério da Cultura, no *Guia Básico da Educação Patrimonial*, como incentivo ao conhecimento do nosso patrimônio. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 82)

Primeiramente, será apresentada a história do Farol e, em seguida, cada uma das três etapas de aplicação do projeto seguindo a metodologia da Educação Patrimonial e a relação com o embasamento teórico de Jörn Rüsen para o processo de aprendizado histórico. O

objetivo da proposta é servir de contribuição para o trabalho docente na difícil empreitada de fazer dos alunos fortalezenses cidadãos ativos, pessoas com consciência histórica.

### 3.1 O Farol do Mucuripe

O Farol do Mucuripe é uma das mais antigas edificações da Capital cearense, situado na comunidade carente do Serviluz<sup>23</sup>, atual bairro Cais do Porto. Na primeira metade do século XIX, poucos anos após a proclamação da independência do Brasil, esta ainda em processo de reconhecimento internacional, a soberania do novo império precisava ser assegurada. Uma das estratégias adotadas por Dom Pedro I foi a edificação de faróis ao longo da costa brasileira com o intuito de ampliar o controle e segurança em relação a navegações estrangeiras que se aproximavam do nosso litoral.

De acordo com o historiador Rodolfo Espínola (2007), o então governador da província do Ceará, o Marechal-de-Campo Manuel Joaquim Pereira da Silva, diante da presença cada vez maior de embarcações estrangeiras, além da necessidade de viabilizar a utilização do porto de Fortaleza, percebeu que era preciso edificar um farol na Ponta do Mucuripe, em um “montículo de areia defendido da vaga (onda) por alguns rochedos coralíneos” (BARROSO apud ESPÍNOLA, 2007, p. 57). Geograficamente, a localização é estratégica uma vez que, dali, seria facilitado o controle de praticamente todo o litoral de Fortaleza.

Sendo assim, Pereira da Silva fez o levantamento sobre a necessidade da construção do Farol e enviou o estudo a Dom Pedro I. O sistema de governo unitarista da época impedia que as províncias tivessem autonomia para a realização de obras sem a autorização do Paço Imperial. De acordo com a Constituição de 1824, todo o poder estava concentrado na Capital, Rio de Janeiro, que recolhia os impostos de todo o Império e decidia como o dinheiro seria investido. Dessa forma, o Governador do Ceará despachou o pedido em 13 de maio de 1829, segundo Rodolfo Espínola. A resposta veio cerca de três meses depois:

D. Pedro, pela Graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e defensor perpetuo do Império do Brasil, faço saber a vós Presidente da Província do Ceará que sendo Me presente pelo Tribunal da Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Império vosso ofício de 13 de maio do corrente ano, que acompanhou a planta para um farol do porto desta província: Sou

---

<sup>23</sup> O nome oficial do bairro, designado pela Prefeitura de Fortaleza, é Cais do Porto. Contudo, o termo é praticamente inutilizado, sendo a localidade popularmente chamada e conhecida como Serviluz.

Servido declarar-vos que aprovando a mencionada planta e orçamento da despesa do referido farol, e igualmente o expediente que tomastes sobre a compra dos seus respectivos candeeiros: Hei por bem ordenar-vos que procedeis efetivamente na sua construção, como tanto convém à navegação nesse porto. Cumpri-o assim. O Imperador o Mandou pelos ministros abaixo assinados, Deputados do dito tribunal. José Joaquim Moreira a fez no Rio de Janeiro aos 17 de agosto de 1829. José Antônio Lisboa fez escrever e assinou. Inácio Alves Pinto de Almeida.<sup>24</sup>

A informação com o “cumpra-se” do Imperador chegou em Fortaleza no dia 3 de novembro de 1829, segundo o historiador cearense Gustavo Barroso. Contudo, não é de hoje que a morosidade do poder público faz com que prazos não sejam cumpridos. Dom Pedro I renunciou ao Trono em 1831, e as obras do farol sequer tiveram início. O empreendimento só voltou a ser contemplado pelo orçamento público nove anos depois através da Lei 60 de 20 de outubro de 1838<sup>25</sup>, decretada pela Assembleia Geral e sancionada pelo regente Pedro de Araújo Lima, que fixava as despesas do Império para “o anno financeiro de 1839 a 1840”.

O artigo 5º da referida lei, que trata das despesas do Ministério da Marinha, previu no parágrafo 14: “Com os Faróes e Barcas de socorro, comprehendida a quantia de 20:000\$000 reis para a construcção de um Farol no Porto de Jaraguá na Provincia das Alagôas, e mais a de 5:000\$000 réis para a construcção de outro Farol no Porto da Cidade do Ceará”<sup>26</sup>. A edificação, em alvenaria, madeira, ferro e feita por escravos, só começou a ser feita em 10 de maio de 1840, segundo Rodolfo Espínola. Sob a responsabilidade dos engenheiros Júlio Álvaro Teixeira de Macedo e Luís Manuel de Albuquerque Galvão, a obra foi concluída em 17 de novembro de 1846, já no governo de Dom Pedro II, e rapidamente se tornou símbolo da província. Segundo Gustavo Barroso, o farol:

constava de um edifício básico octogonal em alvenaria, (que ainda hoje existe), sobre o qual estava montada uma torre cilíndrica de ferro, que dava acesso ao andar superior. Era um farol dióico de quarta ordem, com 33 m acima do nível do mar, que permitia sua visualização aos navios que passassem a uma milha de distância. (BARROSO apud ESPÍNOLA, 2007, p. 58)

A partir de então, o Farol foi de fundamental importância para viabilizar a utilização do porto (localizado na região da Praia de Iracema), proporcionando crescimento econômico principalmente devido à exportação de algodão e contribuindo para efetivação de Fortaleza como Capital do Ceará. Foram mais de cem anos orientando os navios que chegavam à Cidade.

---

<sup>24</sup> Extraído da obra *Caravelas, Jangadas e Navios*, do historiador Rodolfo Espínola. Consultar em referências.

<sup>25</sup> Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=70133>, acessado em 7 de novembro de 2016.

<sup>26</sup> Idem.

No final da década de 1930, teve início as obras do atual Porto do Mucuripe, localizado na enseada ao lado do Farol. A construção foi expedida pelo Presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 544, de 7 de julho de 1938<sup>27</sup>, que estabeleceu a mudança da localização do porto de Fortaleza. De acordo com os pesquisadores Artur Bruno e Airton de Farias, a presença do porto atraiu a instalação de indústrias na localidade devido à facilitação para a realização de transportes. Por tudo isso, apareceu na região uma demanda por trabalhadores braçais, que resultou na formação de comunidades carentes no entorno do Farol que era, até então, habitado basicamente por pescadores.

Dessa forma, tem-se o processo de desvalorização do bairro Cais do Porto e, historicamente, a desassistência do poder público em relação à infraestrutura urbana para aqueles moradores. Contradições à parte, o novo porto começou a funcionar no início da década de 1950 e, atualmente, segundo o Ministério dos Transportes, é um dos mais importantes e estratégicos portos do país<sup>28</sup>. Em 2014, com a realização da Copa do Mundo de Futebol, começou a funcionar o terminal de passageiros do Porto do Mucuripe. Os turistas que lá desembarcam, necessariamente, passam em frente ao Farol.

Em 1958, o Farol do Mucuripe foi desativado devido à construção de um novo farol, com alcance de 40 quilômetros, no bairro vizinho, o atual Vicente Pinzón. O farol antigo tinha um alcance de apenas 24 quilômetros.

Passados alguns anos, o referido farol começou a apresentar problemas de funcionalidade, exigindo profundas reformas, porque nem segurança oferecia para os que nele trabalhavam, nem estava mais transmitindo boas informações aos navios que passavam ao largo. (ESPÍNOLA, 2007, p. 57)

Desde então, o prédio histórico ficou abandonado, só vindo a ser restaurado em 1981 pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura e Desporto do estado do Ceará. Dois anos depois, ele foi tombado pelo mesmo órgão e passou a servir de instalação para o Museu do Jangadeiro, mantido pela secretaria estadual de Turismo. Em 2007, o Museu foi desativado, e, mais uma vez, o prédio, que hoje pertence oficialmente ao Patrimônio da União, voltou a ser abandonado.

Com o passar dos anos, o Farol vem ruindo. Janelas arrancadas, objetos extraviados, escadas enferrujadas, pichações e paredes quebradas são algumas das consequências desse

---

<sup>27</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-544-7-julho-1938-350884-publicacaooriginal-1-pe.html>, acessado em 17 de junho de 2018.

<sup>28</sup> Informações disponíveis em <http://www.docasdoceara.com.br/o-porto/historico-2> e <http://www.docasdoceara.com.br/o-porto>, acessados em 17 de junho de 2018.

abandono. A Secretaria do Patrimônio da União chegou afirmar para a imprensa<sup>29</sup> que só é possível restaurar a edificação se o Governo do estado assumir uma utilização, uma destinação, para o prédio. Além disso, se o Farol voltar a receber visitantes de forma constante, melhorias urbanas no entorno também se tornarão necessárias, como abertura de ruas e paisagismo, responsabilidades estas já pertencentes ao Município.

Diversos veículos de comunicação de Fortaleza já fizeram reportagens sobre a situação e abandono do Farol do Mucuripe<sup>30</sup> na última década. Em todas elas, os órgãos públicos procurados para prestar esclarecimentos (secretarias de estado, Marinha e Secretaria do Patrimônio da União) não assumem a responsabilidade pelo abandono do prédio, repassando o encargo um para o outro. Com esse total descaso dos poderes públicos, o histórico Farol do Mucuripe, símbolo do estado do Ceará, corre o risco de, simplesmente, desaparecer.

No dia 18 de setembro de 2017, a Marinha do Brasil inaugurou um terceiro farol em Fortaleza, desativando o farol de alcance de 40 quilômetros instalado no bairro Vicente Pinzón em 1958. O “novíssimo” farol (já que aquele que estava em operação é conhecido como o “novo” e o prédio histórico como “farol velho”) foi edificado exatamente ao lado do anterior e é três vezes maior que ele, com 72 metros de altura. Segundo a Marinha, se trata do maior farol do continente americano e o sexto maior do planeta<sup>31</sup>.

“Ele representa um marco na segurança da navegação, possibilitando melhores condições de trabalho para toda a comunidade marítima, especialmente para os pequenos barcos e jangadas que não dispõem de tecnologia de geolocalização”<sup>32</sup>. O aparelho lenticular original, que pertenceu a Dom Pedro II e foi utilizado no Farol do Mucuripe no século XIX, é o mesmo que foi utilizado durante o período de operação do farol “novo” e agora está instalado no “novíssimo”.

Sem contestar a necessidade da recente construção, é importante analisar que o sexto farol do mundo, com tecnologia de última geração, deve ter sido bastante caro (a Marinha não divulgou valores). Porém, o velho Farol do Mucuripe, com apenas nove metros de altura,

---

<sup>29</sup> Em reportagem da TV Verdes Mares, veiculada em 12 de dezembro de 2013, e disponibilizada em <http://g1.globo.com/ceara/cetv-1/dicao/videos/v/patrimonio-tombado-farol-do-mucuripe-se-encontra-em-situacao-de-abandono/3014864/>, acessado em 23 de novembro de 2016.

<sup>30</sup> Para este projeto, além daquela citada anteriormente, foram consultadas as seguintes reportagens: *Farol do Mucuripe*, do programa radiofônico Outras Ondas, veiculado pela Rádio Universitária FM 107,9 em 23 de maio de 2011; *O Farol do Mucuripe agoniza*, do Jornal O Povo de 10 de janeiro de 2013; *Farol do Mucuripe tem histórico de abandono*, Jornal O Povo de 14 de março de 2016.

<sup>31</sup> Informações disponíveis em <https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-inaugura-o-maior-farol-das-americas-em-fortaleza-ce-0>, acessado em 13 de abril de 2018.

<sup>32</sup> Idem.

demandaria bem menos recursos para uma simples restauração da estrutura do prédio. Para concluir isso, basta comparar a dimensão das duas obras. Contudo, já no século passado, o que a Marinha fez foi simplesmente relegar a construção histórica, hoje, entregue a própria sorte já que o Patrimônio da União e o Governo do estado também fazem nada a respeito.

A situação de abandono do velho Farol do Mucuripe é uma questão bastante delicada não só por conta de sua importância artístico-arquitetônica, visto que se trata de um dos únicos exemplares do estilo barroco na Capital cearense. Enfim, se trata também de um bem tombado pelo Governo do estado, ou seja, o poder público tem a obrigação de preservá-lo, de mantê-lo edificado. É obvio que não faz mais sentido, desde a segunda metade do século passado, a utilização desse equipamento em sua função original, visto que é um farol do século XIX, por isso, ultrapassado, sem condições de atender as demandas que a navegação marítima precisa nos dias atuais.

A ideia de que algo do passado deve ser preservado apenas porque continua existindo é, no mínimo, ingênua, pois as coisas que permanecem só o fazem porque guardam um sentido. Tome-se como exemplo a hipótese de preservação de um prédio construído para abrigar uma escola no início do século XX. O desejo de preservar não é motivado apenas por um querer saber “como era”; a preservação não se limita à manutenção física do espaço, para o que bastaria uma boa coleção fotográfica. Quando se luta pela permanência de um bem são as relações humanas que lá se estabeleceram que devem vir à tona e a nossa compreensão sobre essas relações. O que se preserva não é uma “coisa”, mas um dado da cultura. Em outras palavras, o patrimônio não é apenas o objeto – material ou imaterial – preservado, mas as práticas, atitudes, significados e valores dos quais o objeto é um suporte de informações; é um processo humano que lhe confere valor. (SALVADORI, 2008, p. 26)

Entretanto, é inevitável constatar a importância histórica do Farol do Mucuripe e, por isso, a necessidade de preservá-lo. Os mais de cem anos em que ele orientou navios na orla de Fortaleza, possibilitando crescimento econômico e importância política para a Capital, fazem do Farol um símbolo do estado, como já falado anteriormente, presente nas mais diversas expressões culturais do Ceará. Mais que isso, ele é parte da própria identidade dos cearenses, pois foi testemunha de um passado que fez Fortaleza se tornar o que é hoje.

Vale ressaltar que o patrimônio histórico-cultural não constitui apenas um acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão só para relembrarmos nostalgicamente os tempos idos. A valorização e o conhecimento de um bem cultural, que testemunha a história ou a vida do país, pode nos ajudar a compreender quem somos, para onde vamos, o que fazemos, mesmo que muitas vezes pessoalmente não nos identifiquemos com o que este mesmo bem evoca, ou até não apreciamos sua forma arquitetônica ou seu valor histórico. O importante é que ele faz parte de um acervo cultural que deve ser preservado por toda a

comunidade, pois é revelador e referencial para a construção de nossa identidade histórico-cultural. (FERNANDES, 2015, p. 134)

Sendo assim, apesar de o prédio não ter mais serventia enquanto farol, ele é uma ponte entre o passado e o presente e, dessa forma, continua tendo utilidade. Enquanto estiver de pé, o Patrimônio representará o passado e parte da identidade do povo cearense. Para o presente, pode atender as necessidades que a comunidade do Serviluz tem por abertura de áreas de lazer e revitalização urbana daquele entorno. Indo além, dependendo da utilidade que seja criada para o prédio, pode gerar fonte de renda através do turismo ou propagação de cultura e conhecimento por meio de um centro cultural. Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades.

É legítimo argumentar que todo patrimônio possui uma metanarrativa que procura justificar sua própria existência, e, a partir da qual – com variações em um ou outro aspecto – narrativas mais “conjunturais” vão sendo construídas. De forma dinâmica, um jogo de tensões e disputas entre distintas representações do mundo social permeia a atribuição de sentido, e, portanto, a escolha e permanência do bem patrimonial. Essas representações ganham maior complexidade por apresentarem tanto um caráter diverso – o que justifica seus embates – quanto uma complementariedade. Dito de outra forma, os bens patrimoniais são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes grupos sociais que, em sua permanente tensão, interação, influenciando-se reciprocamente. (VIANA; MELLO, 2013, p. 51-52)

Por tudo isso, é possível afirmar que não é necessário manter o Farol do Mucuripe exatamente conforme era no século XIX, congelá-lo no tempo, como uma peça de museu. De acordo com a teoria de Pierre Nora, “sem dúvida, para que haja um sentimento do passado, é necessário que ocorra uma brecha entre o presente e o passado, que apareça um ‘antes’ e um ‘depois’” (NORA, 1993, p. 19).

O Farol pode atender demandas do presente sem deixar de ser esse patrimônio, sem perder importância histórica e mantendo boa parte das características físicas originais. Afinal, como foi relatado no primeiro capítulo, História não se trata apenas de passado, mas sim do deslocamento da humanidade no tempo, ou seja, as mudanças e permanências. Essa é a função de um bem cultural, ser uma representação da identidade, da história de um povo, e ela é respaldada pela própria Constituição brasileira. De acordo com a jurista Inês Soares:

A Constituição, em sua concepção de patrimônio cultural, na qual a valorização da referencialidade e da imaterialidade e a busca da igualdade material são diretrizes a serem atingidas e perseguidas pelo Estado e pela sociedade, estabelece como funções dos bens culturais brasileiros: a) serem o elo de ligação entre o passado e o presente, elo que liga os fatos cotidianos ou excepcionais à memória, à ação e à identidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira, contribuindo para

o fortalecimento dos valores culturais dos grupos desfavorecidos; b) serem veículo que expresse os valores tangíveis e intangíveis das referências culturais eleitas pela comunidade, contribuindo para a educação em valores e sentimentos afetivos e reduzindo a desigualdade material dos grupos formadores da sociedade brasileira; c) serem um recurso sustentável, proporcionando, para a comunidade, a fruição dos bens culturais e de outros bens da vida. (SOARES, 2009, p. 99)

Já foi comentado, neste trabalho, acerca da importância histórica do Farol do Mucuripe devido, principalmente, a aspectos do desenvolvimento econômico do estado. Para a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura e Desporto do estado do Ceará, foi justamente essa relevância histórica, além da arquitetônica, que fez com que o órgão tombasse o prédio através do decreto 16.237, de 30 de novembro de 1983. O referido documento justifica a iniciativa da seguinte forma:

O velho Farol do Mucuripe teve sua planta aprovada em 1829 e foi edificado no período de 1840/1846. É um marco na história do Ceará, não só no aspecto físico, como também no aspecto da economia do Estado. O farol foi vitimado por um incêndio em 1846, passa por reformas em 1872, e em 1957 foi desativado por ter se tornado obsoleto. O Farol do Mucuripe foi recuperado em 1981/82, com projeto da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, ficando a obra sob a responsabilidade técnica da Secretaria de Obras do estado do Ceará (SOEC). Protegido pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, através do decreto nº 16.237 de 30 de novembro de 1983.<sup>33</sup>

“Tombamento é o reconhecimento de um bem material, de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental ou simbólico para uma comunidade com o objetivo de protegê-lo da descaracterização ou de destruição utilizando a aplicação de legislação específica.”<sup>34</sup> Ou seja, é tudo aquilo que o governo do estado não cumpre no que diz respeito ao Farol do Mucuripe. Mesmo assim, esse reconhecimento está lá no Livro de Tombo, documento no qual se registram os bens que foram distinguidos como de valor excepcional para o Ceará, quer por seu valor histórico, artístico, paisagístico ou simbólico.

Um processo de tombamento é aberto através de uma solicitação formal encaminhada à SECULT por pessoa jurídica ou pessoa física, e identificada por um número de protocolo.

O processo deverá atender aos itens exigidos para abertura de processo. Após a abertura do processo, ele tramita inicialmente para a COPAHC - Coordenadoria de Patrimônio Cultural, para avaliar sua procedência e atendimento aos requisitos exigidos. O proprietário é convidado a se pronunciar a respeito da solicitação, podendo ou não discordar do pedido. Após esta análise, é encaminhado ao COEPA - Conselho Estadual de Preservação Cultural do Estado do Ceará para avaliação e

---

<sup>33</sup> Disponível em <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/patrimonio-material/bens-tombados/43559>, acessado em 24 de novembro de 2016.

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/patrimonio-material/tombamento>, acessado em 24 de novembro de 2016.

parecer deliberativo. O parecer então é encaminhado para a Secretária de Cultura, para que possa ser enviado para avaliação pelo governador, que então homologa ou questiona o Tombamento. Ao longo de todo o processo poderá haver questionamento por qualquer das partes. Se homologado pelo Governador, o proprietário é então informado de que o bem constará no Livro do Tombo e enviado para publicação no Diário Oficial.<sup>35</sup>

A lei que criou o tombamento estadual foi a de nº 9.109, de 30 de julho de 1968. Em 5 de maio de 2004, ela foi revista e complementada, passando a ser identificada como Lei nº 13.465. A mesma diz que um imóvel tombado pode ter a finalidade dele alterada desde que o novo uso não agrida as configurações físicas de forma violenta. Dessa forma, é possível reformar o Farol do Mucuripe desde que o prédio não seja descaracterizado. Contudo, o que tem descaracterizado o Farol é justamente a falta de reforma e o não cumprimento da Lei pelo poder público.

Essa reincorporação de bens patrimoniais também está prevista na própria Constituição brasileira. Inês Soares diz que:

A composição e os valores culturais presentes nos elementos que integram os conjuntos urbanos (quais sejam: lotes, edifícios, ruas, praças, bairros) estão inseridos em um contexto dinâmico, no qual as necessidades da comunidade são tratadas, muitas vezes, como necessidades prementes e imponderáveis. No entanto, as mudanças e adaptações para atendimento de tais necessidades devem sempre trabalhar com a hipótese de não destruição do bem cultural. Todo o processo de compatibilização de interesses deve preservar os traços considerados essenciais para a caracterização do bem cultural, buscando soluções que reincorporem os bens à vida urbana. (SOARES, 2009, p. 90-91)

Um projeto de intervenção por meio da Educação Patrimonial no Farol do Mucuripe, como a cartilha que está sendo proposta, seria o primeiro passo para aquilo que o prédio mais necessita no momento, conscientização acerca da relevância histórica e dos benefícios que uma restauração e reutilização dele podem proporcionar a sociedade. Iniciativas estas que, no caso do Farol do Mucuripe, só podem ser efetivadas pelos poderes públicos.

Todavia, cabe a nós, educadores, o papel de formar cidadãos críticos e ativos que cobrem das autoridades aquilo que é do interesse e da necessidade da coletividade. Foi esclarecido que a recuperação e reutilização do Farol do Mucuripe não só é possível, apesar de ser um bem tombado, como é também uma obrigação de nossas instâncias políticas. Se aquele é o nosso papel, então precisamos estimular nossos alunos a refletirem sobre o patrimônio público, a pensar socialmente e a proporem soluções.

---

<sup>35</sup> Idem.

Como fazer isso? Há diferentes caminhos, pois são diversas as atividades, as sequências didáticas e os projetos que podem ser executados na área de Educação Patrimonial. Vou descrever a seguir o passo a passo de uma das possibilidades, uma sugestão elaborada por mim, para os professores de História de Fortaleza. A mesma se encontra também, de forma resumida, anexada a esta dissertação em forma de cartilha com uma linguagem mais acessível e menos acadêmica, podendo ser livremente desenvolvida pelos colegas docentes.

### **3.2 Primeira etapa: Identificação**

De acordo com as historiadoras Carmem Schiavon e Tatiana Torres, a prática de Educação Patrimonial é estruturada em três etapas: identificação do bem cultural, registro do bem cultural e valorização do bem cultural. Para a primeira etapa do projeto com o Farol do Mucuripe, o planejamento de uma aula expositiva, ministrada pelo professor de História em classe, na qual ele apresenta aos alunos a história do Farol do Mucuripe e mostra fotos antigas do prédio, de forma que eles consigam situar o patrimônio no tempo e no espaço. Em outras palavras, uma aula em que os alunos possam entender a origem do Farol, como ele foi construído, com que intenções e como chegou a atual situação de abandono.

Como bem sabemos, é necessário que as aulas de História partam de elementos do conhecimento prévio dos alunos<sup>36</sup>, para que eles possam se identificar com a matéria e percebam que aquilo interfere na vida deles. Do contrário, eles ficarão com a impressão de que estudar História é conhecer sobre algo que aconteceu muitos anos atrás e que em nada tem a ver com vida deles hoje. Fator esse que contribui bastante para encontrarmos em sala de aula jovens desinteressados. Para superar esse tipo de obstáculo, a aula da primeira etapa do projeto pode começar assim: “sabe aquele farol abandonado no Cais do Porto...?”.

Para que os alunos se sintam estimulados a participar das atividades com os bens patrimoniais, o professor precisa trabalhar com os conhecimentos prévios dos alunos sobre o assunto em estudo, permitindo assim que façam conexões com seu universo cultural, estabeleçam relações entre saberes e desenvolvam sentimentos de afinidade com o objeto de estudo e sintam prazer em fazer descobertas. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 86)

---

<sup>36</sup> De acordo com os parâmetros e diretrizes do Ministério da Educação. Ver referências.

Até então, obviamente, nada de inovador no que diz respeito ao Ensino de História. Contudo, essa etapa é importante para que os alunos identifiquem e analisem a importância histórica daquele equipamento que até então, para eles, não passava de um prédio abandonado e, possivelmente, sem qualquer relevância. Isso pode ser facilmente constatado em um rápido questionamento sobre o assunto em classe. É nessa aula que começa a nascer o sentimento de identidade com o patrimônio para que, depois, eles venham a valorizá-lo.

O professor pode ainda frisar a importância simbólica do Farol do Mucuripe, uma vez que ele é citado em canções populares, como a música Terral, do cantor e compositor Ednardo, e aparece representado no desenho do brasão de armas do estado que, por sua vez, compõe a bandeira oficial do Ceará. Ou seja, mesmo abandonado, o Farol é uma edificação-símbolo do estado. De uma forma ou de outra, os estudantes, ou mesmo quaisquer outras pessoas que moram no Ceará, já se depararam com ele. Então, todo fortalezense, minimamente, tem uma ligação identitária com o Farol, e, mesmo que o aluno não saiba, o professor pode ajudá-lo a descobrir isso.

Ao contar a história do prédio para os alunos, o professor vai deixar isso mais evidente, uma vez que eles perceberão que Fortaleza começou a enriquecer, se tornar uma grande cidade, a partir do crescimento, em larga escala, da utilização do porto (naquela época na Praia de Iracema) para a exportação de algodão. Utilização essa viabilizada pela orientação para navegação proporcionada pelo Farol que, mesmo estando na região do Mucuripe, atendia toda a orla de Fortaleza devido à localização estratégica. Ou seja, o Farol foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, para a efetivação dela enquanto capital do estado, em outras palavras, para ela ter se tornado o que é hoje: a cidade em que eles (os alunos) moram. Afinal, os prédios, as ruas e tudo mais não surgiram do nada.

Assim, esses jovens não terão a sensação de que aquela aula tem nada a ver com eles. Enfim, essa ameaça pode ser afastada, contudo há outra que também pode aparecer, principalmente para os professores que lecionam em grandes escolas: a cobrança dos gestores de que o conteúdo das aulas de História, necessariamente, precisam ser assuntos que aparecem no livro didático. Do contrário, o docente está passível de acusações como: “está enrolando aula” ou então “o que ele está ensinando não é História”.<sup>37</sup>

É por esse motivo que foi apontado como público alvo para esse projeto, especialmente, turmas de oitavo ano do Ensino Fundamental. Na realidade, a proposta está passível de ser realizada com qualquer turma que convier ao professor. Porém, o mercado

---

<sup>37</sup> Essas colocações são feitas com base na minha própria experiência enquanto docente de História da rede de educação básica de Fortaleza e no diálogo e observância do trabalho de colegas de profissão.

editorial de livros didáticos coloca o século XIX como conteúdo a ser trabalhado na maior parte do ano letivo das turmas de oitavo ano. Dessa forma, no que se refere à história do Brasil, os alunos passam a maior parte do ano estudando capítulos sobre Primeiro Império, Período Regencial e Segundo Império.

Então, a aula sobre a história do Farol do Mucuripe que está sendo proposta para a primeira etapa deste projeto não deixa de ser assunto para ser tratado nas aulas de História. Afinal, o Farol do Mucuripe foi concebido no governo de Dom Pedro I; teve o orçamento aprovado e o começo das obras no Período Regencial; e a conclusão e início das operações (além de um dos momentos de mais atividade) durante o governo de Dom Pedro II.

Ao trabalhar com os alunos a história do Farol do Mucuripe, o professor estará abordando justamente o contexto histórico cobrado pelo livro didático. Ou seja, estará ensinando o conteúdo de Brasil Império. Mais que isso, mais que apenas conteúdos, vai ajudar os alunos a perceberem que são sujeitos históricos, que aquela “história” do livro didático, de alguma forma, é também a história deles, que aquele prédio faz parte da identidade do fortalezense.

O projeto aqui proposto foi experienciado com os meus alunos de oitavo ano em uma escola particular de grande porte em Fortaleza no segundo semestre de 2017. Durante a primeira etapa, que era ministrar uma aula sobre a história do Farol do Mucuripe, ao final da mesma, exibi fotografias recentes do prédio em estado de abandono, onde aparecem sujeira, pichações e outras deteriorações. Imagens essas que contrastaram com as mais antigas, em que o Farol estava preservado e era utilizado, por exemplo, como museu. Exibi ainda uma reportagem de televisão que mostrava o descaso das autoridades com o equipamento, em que uma jogava a responsabilidade de restauro e preservação para a outra.

No final da aula, conforme as imagens eram exibidas, era claramente perceptível nos alunos a reação de indignação com a situação, ou seja, de que aquilo não podia estar acontecendo, que era errado, inaceitável. Então, conclui que alcancei o objetivo da primeira etapa do projeto: fazer com que os alunos se identificassem com o patrimônio histórico em questão. Afinal, se eles não tivessem se identificado, não haveria a reação de indignação.

Enfim, se indignaram porque acreditam que o prédio deveria estar preservado. Ou seja, entenderam que aquele é um bem público (por ser público também é deles) importante do ponto de vista histórico. Quando digo do ponto de vista histórico é porque as informações que eles tiveram acesso até então, naquela aula, foram dessa natureza: a história. Contudo, os

patrimônios podem ter outras importâncias além da história, e o Farol do Mucuripe as tem, veremos isso nas próximas etapas.

Conforme expliquei no primeiro capítulo, existem três dimensões para o aprendizado histórico segundo a teoria de Jörn Rüsen: experiência, interpretação e orientação. Ao final desta primeira etapa do projeto, o professor terá contribuído para enriquecer a competência dos alunos quanto à experiência histórica, pois eles vão ter adquirido novas informações não só sobre a história do Farol, mas também sobre o Brasil e o Ceará do período imperial e sobre as questões que envolvem a gestão pública quanto à preservação e administração de bens patrimoniais.

Desenvolver a competência para a experiência histórica é justamente isso, fazer com que o aluno acesse a maior quantidade possível de documentos, obtendo mais informações e, dessa forma, se tornando mais experiente sobre determinado assunto e sobre os estudos históricos como um todo, uma vez que amadurece a percepção dele em relação à velocidade com que ocorrem transformações na História, as mudanças e permanências etc. E a história do Farol do Mucuripe é rica em possibilidades para se estimular essas percepções.

A atividade da consciência histórica pode ser considerada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientações da vida prática. (RÜSEN, 2007, p. 110)

Por isso, uma vez experientes, nas próximas etapas da aplicação deste projeto, os alunos serão estimulados quanto às outras duas dimensões do aprendizado histórico: a interpretação e a orientação. Esta última através de um trabalho final em que eles poderão sugerir uma utilização prática para o prédio do Farol do Mucuripe nos dias de hoje. Antes disso, vão ter um contato maior com o patrimônio para que possam interpretar a realidade dele e, posteriormente, orientar uma utilização.

### 3.3 Segunda etapa: Registro e exploração

Uma vez que os alunos se identificaram com o patrimônio e conheceram a relevância histórica do Farol, agora, é necessário levá-los a avaliar a importância dele nos dias de hoje para a comunidade em que está inserido<sup>38</sup>. Para esta segunda etapa do projeto, é proposto um passeio até o local para que eles percebam, *in loco*, a situação do prédio. A visitação pode ser facilmente combinada, de forma segura, com líderes comunitários do Serviluz, pessoas entusiasmadas em receber gente interessada em contribuir no desafio de recuperar o Farol e devolvê-lo restaurado à sociedade. Normalmente, eles não mostram apenas o Farol, gostam também de realizar um *tour* mostrando as riquezas do bairro, como a Praia do Titanzinho. Contudo, essa extensão do passeio fica a critério de cada executor do projeto.

Refiro-me a associações de moradores, líderes comunitários, ONGs e demais entidades que atuam na localidade. Elas são várias<sup>39</sup>. Para quem trabalha em grandes escolas particulares, talvez, esta seja a etapa mais difícil de execução devido ao preconceito existente com a comunidade Serviluz em relação à violência urbana, uma vez que a segurança dos alunos poderia não ser garantida. A realidade é que o Serviluz não é mais nem menos violento que qualquer área nobre de Fortaleza, e o preconceito existe por se tratar de um bairro carente em uma região portuária.

Ir sozinho ou com poucas pessoas a um prédio abandonado há riscos à segurança. Contudo, ir em grupo e ainda mais acompanhado de moradores e lideranças locais é bem diferente. Além disso, a menos de trezentos metros do Farol, está localizada a 1ª Unidade Integrada de Segurança da Polícia Militar do Ceará. A visitação da escola, obviamente, pode ser comunicada antecipadamente à Polícia Militar para que haja um reforço na segurança. O Farol do Mucuripe, atualmente, está sem gestão, por isso não há qualquer vigia ou outro profissional designado por uma administração do prédio que, em outras palavras, está entregue a própria sorte. Portanto, não existe agendamento institucional para visitação.

De toda forma, esta etapa do projeto é inviável sem o apoio da escola, pois toda a questão logística não tem como ser executada unicamente pelo professor. Ainda assim, se não for permitido levar os estudantes até o Farol, o projeto pode ser executado de outras formas, sendo a etapa de registro realizada em sala de aula mesmo. A experiência perde em qualidade,

---

<sup>38</sup> De acordo com os preceitos da Educação Patrimonial apontados pelo Iphan. Ver referências.

<sup>39</sup> Associação de Moradores do Titanzinho, Coletivo Servilost, Coletivo Audiovisual do Titanzinho, Núcleo Base do Serviluz, Projeto de Vida Titanzinho são alguns exemplos. Informações a respeito dessas entidades podem ser consultadas na internet, e elas podem ser facilmente contactadas.

ainda assim, não deixa de ser eficiente para a valorização da prática da cidadania. Mais a frente, explicarei uma alternativa de como proceder caso a escola não autorize o passeio até o Farol.

Durante a visitação, os alunos vão registrar o bem patrimonial e a visita como um todo através de um recurso bastante comum e usual: a câmera fotográfica do celular. Provavelmente, sequer será necessário que o professor os estimule eles a isso, só o fato de estarem vivenciando com os amigos e colegas uma experiência escolar diferenciada da tradicional sala de aula os levará a querer fotografar o momento.

Vale lembrar que o Farol do Mucuripe está localizado em cima de um pequeno morro de onde é possível avistar o cais do Porto, a Praia do Titanzinho, o conjunto urbano formado pelos prédios do Mucuripe e Beira Mar, parte da Praia do Futuro, dentre outros, além da comunidade do Serviluz. Portanto, durante a visita, os alunos poderão fotografar a paisagem cultural, o entorno do Farol e o equipamento em si. Em posse desses registros fotográficos, eles terão material para que, posteriormente, possam analisar não só o estado do prédio, mas também o contexto no qual ele está inserido.

A escada interna do Farol está com a infraestrutura comprometida, por isso não é possível acessar o andar superior do prédio. Porém, do térreo, é possível ficar a par de toda a dimensão de abandono interno e externo, até porque o piso do andar de cima já não existe mais, o que permite, do primeiro andar, ser visualizada a situação das paredes e janelas do segundo. Contudo, a segunda etapa deste projeto não se detém apenas a visitação e registro fotográfico do Farol do Mucuripe.

O importante é saber explorar historicamente qualquer “lugar”, fazer um direcionamento do “olhar” do aluno, levando-o a entender o que são *fontes históricas* não escritas: as construções, os telhados das casas, o planejamento urbano, as plantações, os instrumentos de trabalho, as informações obtidas pela memória oral de pessoas comuns. As marcas do passado são as fontes históricas que se transformam em material de estudo. (BITTENCOURT, 2009, p. 208)

Em seguida, ainda de frente ao bem cultural, os estudantes podem entrevistar moradores da comunidade. O professor pode selecionar dois ou três representantes previamente, entrando em contato com lideranças comunitárias ou demais moradores. Como foi falado, o ideal é que a visita como um todo seja previamente combinada com entidades sociais que atuam no local. Outra possibilidade é dividir a quantidade de alunos que estão presentes na atividade de campo em grupos de forma que cada grupo entreviste um morador diferente.

Para as entrevistas, é importante que os alunos sejam previamente orientados a fazer perguntas sobre como era na época em que o prédio estava em utilização (enquanto museu) e a necessidade que esses moradores têm hoje de rever o bem cultural em funcionamento. O que eles gostariam que fosse feito ali? Um novo museu? Um centro cultural? Um mirante com fins turísticos? De que forma a comunidade espera que o poder público intervenha naquele local? Essas orientações podem ser passadas em sala de aula ou mesmo durante o trajeto da escola até o Farol. Não precisam ser entrevistas longas, podem ter um caráter mais de conversa, o importante é que os alunos passem a ter uma percepção do que o Farol representa para aquela comunidade atualmente e o que representava num passado recente. “Assim, em um trabalho de campo, por exemplo, caberá ao professor orientar os estudantes sobre a conduta que devem adotar, o que devem e o que não devem fazer, etc” (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 85).

A realização desta etapa do projeto possibilita o desenvolvimento da competência interpretativa dos alunos, segunda dimensão do aprendizado histórico de acordo com Rüsen.

O que significa aumento da competência interpretativa no processo histórico de aprendizagem? Os modelos de interpretação, utilizados no processamento da experiência e na organização do saber, põem-se em movimento, tornam-se flexíveis, expandem-se e diferenciam-se, enfim, tornam-se conscientemente refletidos e argumentativamente utilizáveis. (RÜSEN, 2007, p. 114)

Ao serem conduzidos a observar o Farol de forma diferenciada e a realizar entrevistas, indiretamente, os alunos estarão sendo levados a utilizarem a capacidade interpretativa deles. Inconscientemente, eles vão acessar as informações que aprenderam sobre o Farol (na primeira etapa) para direcionar o olhar deles e também formular questionamentos. Em outras palavras, estarão interpretando aquela realidade. Com base no que irão ver e ouvir, eles não só aumentarão a experiência histórica em relação ao Farol, mas também passarão a ter condições (argumentos tanto do ponto de vista histórico quanto social) para sugerir uma utilização para aquele prédio nos dias atuais, e a terceira etapa do projeto propõe que eles sejam cobrados em relação a isso.

Em minha experiência prática, o projeto de intervenção no Farol do Mucuripe foi, ainda no primeiro semestre de 2017, apresentado formalmente, por escrito, à supervisão de Ensino Fundamental II da instituição. Fui informado que o documento foi repassado ao conselho da Escola formado, dentro outros, pela Direção. Semanas depois, (já próximo do final do prazo viável de execução, visto que o encerramento do ano letivo se aproximava) ao procurar saber se a proposta foi aprovada, não obtive resposta.

Dessa forma, a saída encontrada foi adaptar a execução dessa segunda etapa do projeto referente ao registro do Patrimônio. Já que não poderia levar os alunos para fora do ambiente escolar, fui, por conta própria, até o Serviluz com uma câmera filmadora semiprofissional. Com ela, entrevistei moradores jovens e mais velhos<sup>40</sup>. Em conversas rápidas, perguntei a respeito, por exemplo, dos benefícios para a comunidade na época do funcionamento de um museu no Farol e o que os moradores esperam que seja feito, por parte do poder público, com o prédio atualmente. As transcrições das entrevistas podem ser consultadas nos anexos deste trabalho.

O primeiro com quem conversei foi Gleison da Silva de Sousa, 41 anos, diretor de teatro e morador da comunidade há 34 anos, além de líder comunitário. Ele disse que o antigo Museu do Jangadeiro, que funcionava no Farol, era bastante frequentado por turistas tanto de Fortaleza quanto de fora. Na época, havia uma grande atenção do poder público com o Farol em si, mas o entorno sempre foi esquecido. Contou ainda a história de um vigia que trabalhava lá e, devido uma desilusão amorosa, acabou suicidando dentro do prédio, o que teria tornado o Farol mal assombrado. Até hoje, as crianças da comunidade brincam com essa história segundo Gleison.

Frisou que, hoje, apesar de o prédio estar abandonado e em situação de penúria, os moradores frequentam o local realizando apresentações culturais como saraus, peças de teatro, shows, exibição de vídeos e exposições. Afirmou ainda que a localidade tem uma cena artística muito forte. Segundo Gleison, a comunidade espera que seja feito no Farol algo que dê retorno para a cidade, mas que não esqueçam os moradores do entorno, sugerindo que ele seja transformado num centro cultural onde a própria comunidade passe a tomar conta do espaço.

Perguntado se a comunidade tem procurado o poder público para dialogar acerca de projetos para o Farol, Gleison afirmou que já tentaram algumas vezes. Inclusive, a Prefeitura já teria mostrado uma planta de como poderia ficar o Farol e o entorno após uma reforma que incluiria um calçadão ligando o prédio à Praia do Titanzinho. Contudo, a proposta nunca saiu do papel. Disse ainda que muitos moradores se posicionaram contrários à proposta, pois seriam removidos das casas deles e relocados para um lugar até então indefinido. Dessa forma, os diálogos não avançaram, e nada foi definido quanto a projetos para o Farol.

O segundo entrevistado foi Silas de Sousa Sobrinho, 26 anos, professor de surf e morador da comunidade desde que nasceu. Ele contou a história do prédio, falando que

---

<sup>40</sup> O vídeo das entrevistas, realizadas no dia 30 de outubro de 2017, pode ser conferido através do link [https://drive.google.com/file/d/1Z0p6Gb19VcJrvCTTBCWmwbsPzK\\_69Lew/view](https://drive.google.com/file/d/1Z0p6Gb19VcJrvCTTBCWmwbsPzK_69Lew/view).

procurou conhecê-la por ser morador da comunidade, destacando o fato do Farol ter sido erguido com mão de obra e escrava e a escada interna, feita de ferro, que foi importada da França, hoje necessitando de manutenção. Disse ainda que o Farol foi um importante ponto turístico da cidade na época em que lá funcionava o Museu do Jangadeiro.

Ele frisou a necessidade de o Farol do Mucuripe receber mais visibilidade, não só devido à importância histórica do prédio, mas também por ser uma forma de ampliar o acesso à cultura para a comunidade. Disse que faltam áreas de lazer na comunidade, como praças e campos de futebol, e o Farol seria um ótimo espaço se estivesse em perfeitas condições para utilização. Ressaltou ainda a importância de a população ocupar os espaços públicos e que isso está sendo feito no Farol, através de coletivos, com saraus, grafite, peças teatrais etc. “Somos poucos, mas resistência é o que há, né?”, dessa forma, Silas Sobrinho finalizou a entrevista.

Em seguida, entrevistei o senhor José da Silva, 72 anos, pescador e morador da comunidade há 62 anos. Perguntei como era na época em que o Farol funcionava como museu. Com um pouco de dificuldade de expor o pensamento, ele disse que, quando chegou à comunidade, haviam apenas seis casas no Serviluz, ou seja, poucos moradores. “Hoje, tem mais de sete, dez mil casas aí”. Disse que o prédio do Farol não deveria ter sido abandonado, precisa ser restaurado e voltar a ser utilizado. Indicou que deveria voltar a ser um museu como era antes. “Todo mundo que vem de lá pra cá [turistas] quer olhar, quer ver, né?”, afirmou Seu José da Silva. Quando perguntado acerca de problemas da comunidade, ele falou da falta de escolas públicas de qualidade e a necessidade de mais postos de saúde, uma vez que, segundo ele, faltam medicamentos nas unidades que já existem.

Foi entrevistado também Pedro Fernandes, líder comunitário bastante conhecido no Serviluz. Ele é marceneiro e mora lá desde que nasceu. Com saudosismo, lembrou diferentes fases da história do Farol. Durante a infância e a adolescência dele, o prédio funcionou como museu. “Esse porto aqui do Mucuripe sempre foi um porto de passageiros, né? Um terminal de passageiros... Os navios transatlânticos vinham, e sempre vinham as excursões. Era tipo uma parada obrigatória desse roteiro do turístico da cidade”.

Pedro Fernandes frisou que, atualmente, mesmo com o abandono do poder público, os moradores têm ocupado o Farol, realizando atividades lá dentro. “Total abandono, e mesmo assim a comunidade se apropriou dele”. Disse ainda que não adianta o Governo restaurar o prédio e trazer gente de fora pra trabalhar lá. Falou que é preciso que os moradores do

Serviluz estejam lá dentro gerindo, trabalhando... “Porque só assim a gente vai ter um senso de cuidado pelo local”.

A comunidade nunca deixou de usar o Farol, só que ele poderia ser bem melhor aproveitado, né? Bem melhor usufruído por mais pessoas. A gente aqui sempre frequentou, a galera do Servilost, da Associação de Moradores do Titanzinho, galera do entorno aqui. A gente nasceu e se criou aqui. É um ponto de encontro. Sempre foi e sempre será um ponto de encontro, assim, por ser um local alto, um mirante. A gente vai lá pra ver as estrelas. Isso é uma coisa bem natural do nosso dia a dia.<sup>41</sup>

O último entrevistado foi Manuel Pereira de Sousa, de 54 anos. Ele mora no Serviluz há cerca de trinta anos e, atualmente, trabalha consertando caixas de som. Contudo, quando chegou à comunidade, trabalhava como fotógrafo e relatou que, na época, tinha muita demanda por serviço devido à quantidade de turistas que vinham à localidade para visitar o museu do Farol. Hoje, ele lamenta o estado de abandono e ressalta o perigo de o prédio vir a desabar podendo vitimar alguém. “Isso aí pode se tornar até uma bomba. Pode cair a qualquer hora porque essa estrutura dele está comprometida, a ferragem está toda corrompida”. Dessa forma, ele frisou que, antes de tudo, é necessário pensar a reforma do Farol. “A gente espera e a gente acredita ainda que possa ser que tenha algum cidadão de coragem, desses que cheguem lá no poder, que possam fazer algo assim”, concluiu Manuel de Sousa.

Depois das entrevistas, fui até o Farol do Mucuripe e fiz imagens do estado de abandono do prédio e da paisagem no entorno dele.<sup>42</sup> A escadaria do morro que dá acesso ao prédio, em muitos trechos, quebrada; o entorno mal cuidado, onde deveria haver um jardim ou, ao menos, um gramado; a fachada deteriorada; muitas pichações internas; a falta do piso do segundo andar, a escada interna completamente enferrujada; a falta de janelas e portas que foram extraviadas e paredes com rachaduras são algumas das constatações que as imagens mostram. Apesar de tudo isso, as imagens também mostram, dentre outros, surfistas na Praia do Titanzinho, o terminal de passageiros do Porto do Mucuripe, o conjunto de prédios, mais ao longe, da Avenida Beira Mar e, no bairro vizinho, os dois faróis que sucederam o dado patrimônio.

As imagens, compiladas e editadas, resultaram num vídeo de pouco mais de 10 minutos que foi exibido em sala de aula. Conforme os alunos assistiam, eu comentei acerca do que eles estavam vendo, uma vez que tive a experiência em loco. As filmagens foram feitas

---

<sup>41</sup> Morador Pedro Fernandes em entrevista para este trabalho realizada no dia 30 de outubro de 2017 no Serviluz. Transcrição completa da entrevista na parte de anexos.

<sup>42</sup> As filmagens podem ser conferidas pela internet através do link <https://drive.google.com/file/d/1fwTjUtlOwSfvmWjV3cNF0tppJSIDXPiB/view>.

com a preocupação em detalhar diversos aspectos da situação de abandono, de forma que eles passassem a ter uma dimensão bem maior do problema. O acesso ao vídeo foi disponibilizado aos alunos através do site da Escola para que, posteriormente, pudessem visualizar as imagens a hora que quisessem e até mesmo baixa-las, tendo, assim, o registro à disposição deles.

Na mesma aula, exibi outro vídeo, dessa vez com uma edição das entrevistas realizadas no Serviluz. Da mesma forma que o anterior, esse vídeo também foi disponibilizado a eles no site da Escola. Através dessas entrevistas, eles puderam ter a percepção dos moradores da comunidade, o que eles esperam que o poder público faça em relação ao prédio, de que forma o mesmo, uma vez restaurado, poderia beneficiar aos que ali vivem. Além disso, nas falas dos entrevistados, é possível perceber a relação sentimental dos moradores com o Farol, ou seja, a memória em torno do prédio. Dentre os relatos, houve aqueles que falaram que era o local onde, anos atrás, iam namorar, brincar e, até mesmo, trabalhar.

Como forma de comunicação social, a educação patrimonial precisa de interlocutores diversos com funções de disseminar a história, os valores e os sentimentos de pertencimento decorrentes dos bens patrimoniais como passado vivo no presente. Tanto na educação formal como na não formal, esses interlocutores servem de mediadores na abordagem do patrimônio cultural como memória viva das identidades coletivas, envolvendo valores cognitivos, históricos, estéticos, afetivos e simbólicos. Somente por meio desses valores será possível desenvolver a compreensão e justificar a importância da preservação de nossos bens culturais. (FIGUEIRA; MIRANDA, 2012, p. 66)

Como já mencionei, o ideal seria que os próprios alunos entrevistassem os moradores, numa conversa e contato diretos. Porém, como tive a impossibilidade de levá-los até o Serviluz, esse empecilho foi desvencilhado através dos vídeos. Foi uma solução improvisada, contudo não inviabilizou a conclusão do projeto como um todo. Mesmo não tendo sido *in loco*, eles viram e ouviram acerca da situação do prédio e interpretaram aquela realidade.

### **3.4 Terceira etapa: Valorização**

Por fim, de volta à escola e já na terceira etapa do projeto (valorização do bem cultural), é sugerido passar em sala de aula uma atividade aos estudantes, conforme já antecipei anteriormente de forma eventual.

De acordo com as historiadoras Cristina Figueira e Lílian Miranda (2012), os projetos de Educação Patrimonial devem estimular o aluno a fazer uma leitura crítica da realidade e, dessa forma, torná-lo capaz de propor soluções para os problemas patrimoniais. Uma vez que, nas duas etapas anteriores, o aluno analisou o patrimônio em questão, agora, ele está apto a compreender as múltiplas relações entre o passado e o presente do Farol, entre memória e História.

Jörn Rüsen afirma que a terceira dimensão da aprendizagem em História é a orientação histórica, ou seja,

O aprendizado histórico acarreta aumento da *competência de orientação*. Essa competência diz respeito à função prática das experiências históricas interpretadas e ao uso dos saberes históricos, ordenados por modelos abrangentes de interpretação, com o fito de organizar a vida prática, com sentido, em meio aos processos temporais, ao longo dos quais os homens e seu mundo se modificam. A interpretação humana do mundo e de si possuem sempre elementos históricos específicos. Esses elementos referem-se aos aspectos diacrônicos internos e externos da vida prática, ao quadro de orientação do agir e à identidade dos sujeitos. (RÜSEN, 2007, p. 116)

Devido a todo o conhecimento que formulou até aqui, o aluno poderá, a partir desse momento, orientar o comportamento dele em relação ao descaso patrimonial com o Farol do Mucuripe, pois foram criadas condições para que se posicionem diante da situação. E, dessa forma, faz-se a pergunta a ele: O que deve ser feito com o Farol? “A competência histórica de orientação é a capacidade dos sujeitos de correlacionar os modelos de interpretação, piores de experiência e saber, com seu próprio presente e com sua própria vida, de utilizá-los para refletir e firmar posição própria na vida concreta do presente” (RÜSEN, 2007, p. 116). Afinal, de nada adianta um conhecimento que terá utilidade nenhuma, o que não é o caso do Ensino de História.

Sendo assim, os alunos podem fazer uma redação em que vão propor, ao poder público, uma solução para a situação de abandono do Farol do Mucuripe, na qual irão elucidar a seguinte pergunta: O que deve ser feito com aquele prédio? Como critério para a produção dos textos, os alunos deverão levar em consideração as informações que foram levantadas ao longo das duas primeiras etapas. São elas: a importância histórica do patrimônio (analisada na primeira etapa), a situação atual vista in loco para que possam refletir acerca das possibilidades de restauração (O que pode ser aproveitado dali?) e os anseios da comunidade que mora no entorno, que são as pessoas que serão mais afetadas com qualquer intervenção que aconteça no prédio.

Ou seja, eles deverão se valer de toda capacidade de experiência e interpretação históricas que construíram ao longo do processo. Naturalmente, tudo isso vai se somar às concepções pessoais de cada aluno, à visão de mundo deles, noções que vão acabar repercutindo pelo texto. Levando em consideração o fato de que estamos falando de adolescentes de 13 ou 14 anos, acredito que os resultados serão propostas bem diversas e criativas para solucionar o problema do Farol.

Dessa forma, é possível afirmar que a terceira etapa de um projeto de Educação Patrimonial

[...] é a culminância da apropriação da experiência vivenciada, é neste momento que se faz a interpretação e comunicação de todo percebido e registrado. É nesta etapa que se manifesta a capacidade criativa e se retoma o conhecimento adquirido com um julgamento de valor. (GRUNBERG apud SCHIAVON; TORRES, 2015, p. 522)

Terminadas as redações, a escola pode reunir todas essas propostas e encaminhar para órgãos responsáveis, como Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, secretarias de Cultura e Turismo, Secretaria do Patrimônio da União (atual detentora do Farol), gabinetes de governo municipal e estadual, dentre outros. Dependendo da preferência da escola e do professor que estiverem aplicando o projeto, é possível ainda adotar critérios de seleção das redações, podendo fazer com que as turmas elejam as propostas mais criativas e plausíveis de serem colocadas em prática para, depois, serem encaminhadas às autoridades.

O direito político, indo muito além do direito de votar e ser votado, está relacionado com a inserção plena do conjunto de indivíduos nos processos decisórios que ocorrem nas diferentes esferas da vida pública. Implica, ainda, o reconhecimento de que os cidadãos, mais do que portadores de direitos, são criadores de novos direitos e de novos espaços para expressá-los. A educação é, portanto, também um direito político porque a real participação na vida pública exige que os indivíduos, dentre outras coisas, estejam informados, saibam analisar posições divergentes, saibam elaborar críticas e se posicionar, tenham condições de fazer valer suas reivindicações por meio do diálogo e de assumir responsabilidades e obrigações, habilidades que cabe também à escola desenvolver. (BRASIL, 2013, p. 105)

A Educação Patrimonial e suas intervenções estão previstas em lei. Dessa forma, a participação dos estudantes em tomadas de decisões para a finalidade de um bem cultural não fere a atuação dos poderes públicos e as responsabilidades que a eles são destinadas.

O princípio da educação patrimonial encontra seu amparo nos arts. 215, *caput* e §2º, 216, *caput* e §§1º e 3º, e 225, §1º, inc. VI, da Constituição Federal, na Lei 9.759/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, e nos diversos documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Com a compreensão da importância do bem, a comunidade pode exercer direito à participação nos processos decisórios que influenciem em diversos aspectos de sua vida, não somente em matéria cultural, mas especialmente em aspectos socioeconômicos estritamente ligados ao seu desenvolvimento. (SOARES, 2009, p. 149)

De acordo com a teoria de Rüsen, explicada no primeiro capítulo, as narrativas históricas são constituídas por três elementos: conteúdo, forma e função. As redações solicitadas aos alunos no final deste projeto não deixam de ser narrativas históricas e, por isso, reflexo da consciência histórica construída por cada estudante. Através da análise desses textos, o professor poderá mensurar o tipo de consciência histórica dos docentes e constatar se alcançou o objetivo do Ensino de História. Se o aluno atingiu um nível de consciência histórica do tipo genética, então, muito provavelmente, temos ali um cidadão. Acontecendo isso, o professor pode ter convicção de que cumpriu com o seu papel.

Como qualquer texto, as redações dos alunos (as narrativas históricas deles) possuem conteúdo, forma e função. Os conteúdos dessas redações evidenciarão a competência dos estudantes para a experiência histórica, pois vão estar com informações e conhecimentos adquiridos por eles nas primeiras etapas do projeto. A forma, por ser um texto dissertativo-argumentativo (afinal eles vão ter que defender no texto por que o prédio do Farol deve receber dada destinação) evidenciará a competência dos alunos para a interpretação histórica, afinal os argumentos que eles vão utilizar são reflexo da interpretação que eles fizeram de toda a situação. Por fim, a função do texto do aluno (apontar uma solução para o problema do Farol) evidencia a competência dele para orientação histórica, para tomar posicionamento diante da realidade.

Dessa forma, pode-se afirmar que o projeto aqui proposto trabalha todas as três dimensões da aprendizagem histórica e contribui significativamente para que o estudante construa uma consciência histórica genética, ou seja, para que o estudante tenha consciência que é um sujeito histórico, um cidadão. Durante a minha experiência prática, no segundo semestre de 2017 (período em que estávamos trabalhando o conteúdo de Brasil Império), apliquei este projeto com os alunos de oitavo ano de duas turmas, cada uma com cerca de 40 estudantes.

Foi explicado, em classe, o que era esperado da redação que eles deveriam escrever. Para sintetizar, escrevi as instruções no quadro: “Elaborar uma redação onde você irá propor uma utilização para o prédio do antigo Farol do Mucuripe nos dias de hoje levando em consideração os seguintes critérios: 1. A importância histórica do prédio. / 2. As necessidades

pelas quais passam atualmente a comunidade do Serviluz”. No total, me foram entregues 48 redações, o prazo estabelecido para a elaboração dos textos foi de duas semanas.

Dentre os trabalhos, dez deles propuseram uma utilidade para o prédio que fosse voltada prioritariamente para os moradores da comunidade, como escola de artes ou esportes (alguns propuseram uma escola de surf argumentando a proximidade do prédio com a praia e o fato de esse esporte ser tradicional na localidade) e até mesmo a abertura de um posto de saúde esteve dentre as propostas. Exemplifico a seguir com trechos de algumas redações.

deve ser feita uma reforma no prédio, algo que preserve todos os valores ali existentes. Faz-se necessário que instâncias como o Governo Federal e Ministério da Educação promovam a construção de um espaço de ensino, que tenha aulas regulares e escolas de música, esporte – como o surf, que chama a atenção dos turistas e aproveita a Praia -, oficinas de artes e cursos bilíngue, visando uma melhor formação de indivíduos e a valorização de aspectos culturais brasileiros e internacionais.<sup>43</sup>

Quando os turistas vêm para Fortaleza, muitos querem ver esse farol, porque em foto ele está lindo. Mas, quando chega pessoalmente, é uma decepção tanto aos turistas quanto aos moradores.

Portanto, esse Farol do Mucuripe deveria se transformar em uma escolinha para os moradores que vivem lá, pois, já que foi criado outro farol, esse não tem mais necessidade, então o Governo Federal poderia reconstruir o Farol tornando uma escolinha de surf ou, até mesmo, de grafiteagem.<sup>44</sup>

Sendo de tamanha importância para o estado, logo é um motivo de vergonha e desrespeito, por parte do Governo Cearense, deixar o farol nas condições atuais. Mas, também não se pode fazer qualquer coisa, pois, ao longo dos anos, algumas comunidades de pessoas carentes foram se estabelecendo nos arredores do farol. Como a população dessa região não possui áreas de lazer, exceto a praia, o Governo, ou alguma empresa, um grupo grande de pessoas que se tornem voluntários para criar um projeto de lazer, principalmente para as crianças da comunidade. Uma boa opção seria a de, primeiramente, reformar toda a estrutura do prédio, mas sem retirar os traços da arquitetura histórica presentes nele. Secundamente, convocar os professores de surf da região. Dentro do prédio, organizar uma escolinha de surf e, nas escadarias que dão acesso ao farol, pode ser feita uma mini praça de lazer para os adultos. Isso traria alguma forma de lazer para a comunidade e ainda manteria o patrimônio “vivo” na história do estado do Ceará, conservando aspectos da cultura antiga do Brasil Império.<sup>45</sup>

Vinte e cinco redações sugeriram que o antigo farol deveria ser transformado em um centro com finalidades turísticas para a cidade, como museu, mirante, dentre outros. Contudo, de uma forma geral, esses alunos argumentaram que o que estavam propondo beneficiaria os moradores da comunidade. Dentre os argumentos, foi colado que o entorno do prédio passaria por revitalização com construção de praças ou calçadões; que a localidade seria valorizada

---

<sup>43</sup> Trecho da Redação 01. Ver anexos.

<sup>44</sup> Trecho da Redação 09. Ver anexos.

<sup>45</sup> Trecho da Redação 17. Ver anexos.

devido à presença do equipamento, e dessa forma a comunidade passaria a ser vista com outros olhos, recebendo atenção da sociedade; as possibilidades econômicas para os moradores que poderiam explorar o mercado consumidor que se formaria com a presença dos turistas. Esses textos, de uma forma geral, ressaltaram que o prédio é um patrimônio histórico não só dos cearenses, mas do país como um todo e que, dessa forma, a utilização dele deve ser retomada de forma que toda a população possa usufruir.

“Seria muito interessante que o farol fosse consertado e virasse um mirante, pois a vista da parte de cima dele é maravilhosa, e criassem também uma praça e uma quadra perto do farol para a população do Serviluz também aproveitar”<sup>46</sup>. “Visto que o Farol do Mucuripe é um importante monumento para a cultura cearense, conclui-se que o Governo Federal deve transformar o Farol do Mucuripe em um observatório, pois a sua vista é muito bonita e pode ser um ponto turístico”<sup>47</sup>. “Então, eu faço essa redação com o intuito de que o Governo (que tem a obrigação de manter tal patrimônio) zele por esse prédio, pois ele não tem importância só para nós, mas para todo país, ele faz parte da nossa história e deve receber atenção”<sup>48</sup>.

Portanto, para realçar a importância do prédio que era o Farol do Mucuripe, pode ser feito o Centro Cultural do Porto do Mucuripe, CCPM, sendo que o Governo Estadual deve investir na reconstrução do prédio, podendo fazer em seu interior ambientes de artes e um pequeno observatório, utilizando projetos em parceria com algumas escolas para serem realizadas excursões, ampliando novamente o turismo e elevando o IDH da região, entretanto é necessário maiores fiscalizações na região proporcionando segurança de qualidade<sup>49</sup>.

Na minha opinião, o Farol do Mucuripe deveria ser utilizado para ser um museu, e o Governo Municipal deveria fazer um calçadão para que desse uma valorizada no território. Mas, como provavelmente iria pegar parte das casas populacionais, o Governo deveria pagar uma indenização para os donos dessas casas.<sup>50</sup>

Onze redações apontaram diferentes possibilidades de utilização para o antigo Farol após uma reforma, contudo não se posicionaram, de forma específica, em relação a qual seria a melhor opção dentre as apontadas. Entretanto, cobraram das autoridades a necessidade de restauro. Como exemplo, seguem trechos de algumas delas: “A população que convive perto do Farol do Mucuripe só tem lazer com o surf, pois lá é perto da Praia do Titanzinho, e a população está maior comparado a antigamente, então o Farol deve ser reconstruído”<sup>51</sup>.

---

<sup>46</sup> Trecho da Redação 08. Ver anexos.

<sup>47</sup> Trecho da Redação 14. Ver anexos.

<sup>48</sup> Trecho da Redação 37. Ver anexos.

<sup>49</sup> Trecho da Redação 11. Ver anexos.

<sup>50</sup> Trecho da Redação 16. Ver anexos.

<sup>51</sup> Trecho da Redação 06. Ver anexos.

As pessoas que se encontram na região perto do Farol colaboram com o recolhimento do lixo dentro do monumento e com outras coisas, mas, sem a ajuda do Governo, a situação fica cada vez mais difícil.

Tendo em vista os argumentos expostos, o Governo do Ceará deve investir mais na infraestrutura do Farol, isso ajudaria na construção de mais um lazer para a população da região e colocar o Farol reformado como um dos principais monumentos de Fortaleza.<sup>52</sup>

Apenas duas redações não apontaram qualquer finalidade que poderia ser atribuída ao prédio. Entretanto, todas as 48 redações lamentaram o estado de abandono do Farol e ressaltaram, de alguma forma, a importância histórica do mesmo. Nos anexos deste trabalho, estão as 48 redações digitalizadas que podem ser conferidas na íntegra. Por se tratar de estudantes de menoridade, optei por ocultar os nomes deles nas imagens.

O farol está fechado por falta de segurança e conservação. É revoltante o estado em que ele se encontra, o chão do segundo andar caiu, o monumento foi cercado por pichações. Nos arredores, há grande quantidade de lixo e entulho [...]. Além desses problemas no farol, a comunidade ao redor, Serviluz, é carente em serviços, dispondo apenas de um pequeno comércio. Ainda assim, o farol poderia ajudar a comunidade.<sup>53</sup>

Dentre as propostas para utilização do Farol do Mucuripe, chamou atenção a sugestão da criação de um posto de saúde. Provavelmente, os alunos que se posicionaram dessa forma tomaram como base a fala do morador José da Silva, senhor de 72 anos que foi entrevistado para o projeto no vídeo exibido em sala. Dessa forma, nos textos, eles colocam as necessidades da comunidade em primeiro lugar sem esquecer o valor histórico do prédio. Além disso, esses alunos levaram à risca o critério estipulado de levar em consideração as necessidades pelas quais passam os moradores. “O Farol deve ser restaurado e deve-se implantar um posto de saúde no local, para que a população tenha um lugar para se tratar quando estiver doente e também porque deve haver alguma utilidade para esse monumento”<sup>54</sup>.

O Farol do Mucuripe é rodeado pela humilde comunidade Serviluz. O Farol deveria ser usado em prol da comunidade, como um posto de saúde, que atenderia necessidades básicas e geraria empregos.

Com uma nova utilização para o Farol, ele seria preservado e sairia da situação precária em que encontra hoje, tendo sua importância histórica, cultural e social sendo notada novamente.<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Trecho da Redação 15. Ver anexos.

<sup>53</sup> Trecho da Redação 02. Ver anexos.

<sup>54</sup> Trecho da Redação 47. Ver anexos.

<sup>55</sup> Trecho da Redação 28. Ver anexos.

No que diz respeito ao projeto de Educação Patrimonial, a explicação do mesmo termina aqui. Contudo, ainda cabem algumas sugestões. No intuito de continuar a orientação dos alunos quanto à participação cidadã, eles podem ainda (dependendo do quanto se mostrarem envolvidos e motivados com a causa) serem estimulados a criar uma campanha pública em favor da preservação do Farol, procurar os canais de comunicação abertos, criar páginas na internet, perfis nas redes sociais etc.

## CONCLUSÃO

Com base em tudo que foi exposto, constata-se como o Ensino de História, em pleno século XXI, está bastante defasado e o quanto é urgente superar o ensino tradicional nessa disciplina, visto que, no Brasil, pelo menos desde 1996, está determinado por lei que a Educação tem o objetivo de formar o cidadão. Para isso, foi observado o quanto é importante valorizar a construção da consciência histórica, ou seja, levar o aluno a compreender que é um sujeito histórico e que as ações dele interferem na realidade. Para isso, é necessário superar não só as aulas meramente expositivas, a ideia de que a disciplina é “decorativa”, como também a concepção do livro didático como determinador, através dos conteúdos, do que vai ser trabalhado em classe.

Conforme os teóricos analisados ao longo deste trabalho apontam, não é a aula que deve estar em função do livro, mas sim o livro que deve estar em função da aula. Dessa forma, as aulas podem produzir conhecimento significativo, partir do conhecimento prévio do aluno, fazer com que ele se identifique (perceba que aquela é a história **dele**, e não de personagens remotos) e, assim, se perceba enquanto sujeito histórico. Consequentemente, os estudantes irão não só lutar por direitos, mas também assumirão responsabilidades perante a sociedade, ou seja, vão adquirir consciência (histórica) de que são **cidadãos**.

A Educação Patrimonial pode ser uma grande aliada para romper o tradicionalismo no Ensino de História. Para isso, conforme o próprio Iphan reconhece nos documentos oficiais que publicou, as escolas precisam adotar projetos dessa natureza. Acredito que o projeto de intervenção apresentado nesta dissertação é um possível caminho a ser trilhado no intuito de contribuir com o Ensino de História e os objetivos que este tem. A mesma metodologia, por pertencer à Educação Patrimonial, pode ser aplicada tendo como objeto outros bens culturais e até mesmo ser desenvolvido em outras cidades. O importante é que, com a Educação Patrimonial, o professor estará, de toda forma, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da qualidade da consciência histórica dos alunos e, consequentemente, estará formando cidadãos.

Como habitante de Fortaleza, percebo, cotidianamente, o descaso em relação aos bens patrimoniais, em relação ao exercício da cidadania. Então, me pergunto: Como chegamos a essa situação? Onde estão os cidadãos dessa cidade? Provavelmente, o Farol do Mucuripe é o bem patrimonial do Ceará que precisa de restauração mais urgentemente. A inexistência dele

pode acontecer hoje, amanhã, agora, a qualquer momento. São mais de dez anos ininterruptos de abandono e depredação, e os moradores do Serviluz não têm condições de reverter a situação sozinhos. Por tudo isso, procurei elaborar o projeto aqui apresentado. Ele tem falhas e, sozinho, não é a salvação do Farol, mas é uma tentativa (uma participação cidadã), afinal é observado que a solução do problema demanda um esforço conjunto.

Ao aplicar a proposta com os meus alunos e, posteriormente, analisar os textos das redações elaboradas, foi possível constatar, satisfatoriamente, que existem ali, mesmo que ainda bastante jovens e com mais anos de escola pela frente, pessoas com atitudes cidadãs, conscientes que são sujeitos históricos, que as ações delas impactam na realidade e que, por isso, têm responsabilidades perante a sociedade.

Sendo assim, reitero que a cartilha, produto final desta dissertação, é apenas uma sugestão de caminho para o trabalho do docente de História em Fortaleza. Através dele, os alunos contemplados, além de aprender sobre história do Brasil e do Ceará do século XIX, estarão, direta ou indiretamente, contribuindo para o bem estar social, para solucionar um problema urbano e patrimonial (o abandono do histórico Farol do Mucuripe), ou seja, estarão agindo como cidadãos ativos que analisam os fatos, propõem e cobram soluções.

# REFERÊNCIAS

## Bibliografia

ABUD, Katia. **Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária**. In: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2015.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático**. Natal: EDUFRRN, 2015.

BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (org.). **Comunicação Para a Cidadania: Temas e Aportes Teóricos-Metodológicos**. São Paulo: Intercom, 2010.

BARBALHO, Alexandre; PAIVA, Raquel (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

BARCA, Isabel. Investigar em educação histórica: da epistemologia às implicações para as práticas de ensino. **Revista Portuguesa de História**, tomo XXXIX. Coimbra, p. 53-66, 2007.

BENEVIDES, Fernando Vasconcelos. **A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano - projeto de intervenção em Educação Patrimonial**. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. Anais Anpuh, 2017.

BENEVIDES, Fernando Vasconcelos. **LACE: o uso da Comunicação para a Educação**. Monografia – Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2015.

BOULOS Júnior, Alfredo. **História sociedade & cidadania**. São Paulo: FTD, 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei 9.394/96.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília, 2016.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: Manual de aplicação: Programa Mais Educação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial**: orientações ao professor. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: História. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a história**: Metodologia de Ensino da História. Curitiba: Base Editorial, 2012.

BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de. **Fortaleza**: uma breve história. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 11, p. 27-42, 2006.

CAINELLI, Marlene. **O que se ensina e o que se aprende em História**. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). História: Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010, v. 21.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Coord.). **Coleção: A Reflexão e a Prática de Ensino – História**. São Paulo: Blucher, 2012.

CAPELO FILHO, José. **Patrimônio Edificado de Fortaleza**. In: CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (org.). Ah, Fortaleza! Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CHAVES, Gylmar; VELOSO, Patrícia; CAPELO, Peregrina (org.). **Ah, Fortaleza!** Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

ESPÍNOLA, Rodolfo. **Caravelas, jangadas e navios: uma história portuária**. Fortaleza: OMNI, 2007.

FAGUNDES, José Evangelista; ANDRADE, Joel Carlos de Souza. **Pensando a História: Noções introdutórias**. In: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). Reflexões Sobre História Local e Produção de Material Didático. Natal: EDUFRN, 2015.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Fortaleza: os lugares de memória**. In: SOUSA, Simone de. Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Memória e Ensino de História**. In: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2015.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **O direito à memória**: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREITAS, Itamar. **Reformas Educacionais e os Currículos Nacionais para o Ensino de História no Brasil Republicano (1931/2009)**. Cadernos de História da Educação – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013.

FREITAS, Itamar. **Valores como objeto de aprendizagem histórica**. II Simpósio eletrônico Internacional do ensino de História. Anais... União da Vitória: Unespar, 2016.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial**: a produção de saberes educacionais. Pro-Posições, vol. 24, nº 1, pp. 93-107, 2013.

GEVEHR, Daniel Luciano. **A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade**: questões para o Ensino de História. Revista Brasileira de Educação – v. 21, n. 67 – out./dez. 2016.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **A docência em História**: reflexões e propostas para ações. Erechim: Edelbra, 2012.

GIL, Carmen Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (org.). **Patrimônio Cultural e Ensino de História**. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **As transformações do patrimônio**: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela Maria; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 64-71.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LE GOFF. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LEE, Peter. Por que aprender História? **Educ. rev.**, Curitiba, n. 42, p. 19-42, dez. 2011. Editora UFPR.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. **Teoria e Filosofia da História**. Contribuições para o Ensino de História. Curitiba: W & A Editores, 2017.

MUNAKATA, Kazumi. **Da didática da História à história da História ensinada**. Revista História Hoje, v. 2, nº 3, p. 251-167 – 2013.

NEVES, Joana. **Educação no Brasil**: o que há de novo? In. OLIVEIRA. Margarida M. Dias de. **Contra o Consenso: LDB, DCN, PCN e reformas no ensino**. João Pessoa: Sal e Terra, 2000.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. São Paulo: Revista Projeto História, ed. da PUC, 1993, v. 10, p. 7-28.

OLIVEIRA, Margarida Dias de; FREITAS, Itamar. **História do Ensino de História: memória e possibilidades de construção de um domínio.** [S.1.: s.n.], [2016?]. No prelo.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: Ensino Fundamental.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010, v. 21.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Os tempos que a História tem. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (Coord.). **História: Ensino Fundamental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio.** In: Cadernos do CEOM – Ano 22, nº 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas.

PAIM, Elison. **Lembrando, eu existo.** In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **História: Ensino Fundamental.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2010, v. 21.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. **Matrizes curriculares de referência para o Saeb.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. **Cidade e Processos Museais: Saberes sobre os tempos e seus arranjos nas metrópoles contemporâneas.** In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; MACIEL, Maria Eunice (org.). **Diálogos Antropológicos: Diversidades, patrimônios, memórias.** Belém: L&A Ed, 2012, p. 15-33.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: UnB, 2007.

SALVADORI, Maria Ângela Borges. **História, Ensino e Patrimônio.** Araraquara: Junqueira&Marin, 2008.

SCHIAVON, Carmem Burgert; TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. Educação Patrimonial: a cidade como recurso para o ensino de história. In: **Revista do Lhiste**. Porto Alegre, nº 3, vol. 3, julho/dezembro de 2015.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago Fonseca dos. **Patrimônio, ambiente e ensino em Rio Grande**: elementos para interpretação e valorização de bens culturais. Vol. 2. Rio Grande: Editora da FURG, 2013.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Construindo conceitos no Ensino de História: “a captura lógica” da realidade social. **História, Ensino**, Londrina, v5, p. 147 - 13, out. 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 60, p. 17-42, June 2016. Editora UFPR.

SILVA, José Borzacchiello da. **A cidade contemporânea no Ceará**. In: SOUSA, Simone de. Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, Marco Antônio; PORTO, Amélia. **Nas trilhas do Ensino de História**: teoria e prática. Belo Horizonte: Rona, 2012.

SILVA, Marcos A. da (org.). **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1992.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOUSA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

VIANA, Hélder do Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Cidade e diversidade**: itinerários para a produção de materiais didáticos em História. Natal: EDUFRN, 2012.

VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa. **Educação Patrimonial e Ensino de História**: Diálogos. In: Encontros – Ano 11, nº 20, 1ª Semestre de 2013.

# ANEXOS

## Entrevistas

Todas as entrevistas utilizadas neste trabalho foram realizadas na manhã do dia 30 de outubro de 2017 nas ruas da própria comunidade do Serviluz.

- Gleison da Silva de Sousa, 41 anos, diretor de teatro. Mora na comunidade há 34 anos.

Pesquisador: Como era o bairro, a comunidade, na época em que funcionava um museu no Farol do Mucuripe?

Gleison: Esse museu era bastante frequentado pelos turistas de fora, moradores também da comunidade Serviluz. Passou um bom tempo ativo, sendo visitado. Contava um pouco da história do Cais do Porto, da Praia Mansa, um pouco aqui da imediação do Serviluz antes de se construir a comunidade do Serviluz no entorno. Tem, inclusive, uma história bem interessante que, antes de ser museu, tinha um guarda que ficava lá tomando de conta. Num determinado momento, por conta de mágoas, de amores e tal, ele suicidou-se dentro do prédio do Farol. Aí, algumas pessoas que frequentavam lá, depois que o Farol ficou sem vigia, sem vigilância, dizem que ficou um prédio mal assombrado. São boatos. Mas, são uma das histórias interessantes que a criançada, inclusive, brinca muito com isso. Hoje, o Farol infelizmente está desativado no sentido de museu, mas ele está sendo ocupado por coletivos locais, da Cidade também fazem parceria com o pessoal aqui, e a gente tem uma cena artística muito forte, e o pessoal está ocupando o espaço com arte e cultura, levando saraus para lá, eventos desse porte, festivais, exposições, mostra de filmes, peças teatrais, bandas de músicas da Cidade... E o Farol está sendo ocupado dessa forma atualmente.

Pesquisador: Na época do museu, a Cidade tinha um olhar diferente, no sentido de valorização, da região?

Gleison: Sim, de certa forma, né? Digamos que o foco era mais ali [aponta para o Farol] devido à simbologia do próprio prédio. O Farol está, inclusive, na bandeira do estado do Ceará. Tinha sim esse olhar mais direcionado para lá. Para esse entorno aqui, nem tanto, sempre foi uma coisa mais de descaso mesmo. O pessoal nunca teve essa visão do poder público voltado para cá. Mas, o Farol, ele teve sim o momento dele, momento forte, grande,

de reconhecimento, de visitas. E tem uma história muito bacana, forte, por trás disso tudo. Hoje, não. Hoje, tá dessa forma aí.

Pesquisador: O que a comunidade gostaria que fosse feito com o Farol hoje?

Gleison: Existem várias especulações de projetos, de desenhos de projetos do poder público. Até então, nada foi feito. Andaram fazendo, inclusive, uma limpeza no entorno do Farol, pessoal da Prefeitura. Não sei com qual intuito de fato. A expectativa dos moradores, principalmente de quem mora mais próximo do Farol, é que esse Farol seja de fato ocupado com alguma coisa que dê retorno pra comunidade também, e pra Cidade, é lógico. E que torne a ser não somente um museu, mas um centro de eventos, cultural... Pra que tenha, digamos até... Aproveitar os moradores do entorno para que eles mesmos tomem de conta do espaço.

Pesquisador: A Comunidade tem conversado com o poder público? O poder público tem ouvido vocês?

Gleison: Sim, a gente já tentou por algumas vezes, né? Porém, fica naquela promessa de papel: “Não, a gente já está com o projeto desenhado e tal”. Chegaram a mostrar uma planta pra gente de como poderia ser esse Farol, inclusive pegando a parte aqui das ruas do Serviluz. Iam fazer uma espécie de calçadão, tipo Praia do Futuro. Mas, aconteceu aí uma certa resistência da Comunidade, porque eles não queriam mexer apenas com o Farol, queriam mexer com a comunidade que mora ali na proximidade. Nessa questão, as pessoas sairiam de suas casas, né? Para serem removidas para um espaço que até então ninguém sabe onde seria. Nessa briga, nesse conflito, surgiu nada de dissolução, de reforma, de projeto concreto mesmo. E estamos aí na expectativa.

- Silas de Sousa Sobrinho, 26 anos, professor de surf. Mora no Serviluz desde que nasceu.

Pesquisador: Faltam espaços de cultura e de lazer na Comunidade? O Farol deveria ser restaurado?

Silas: Com certeza. Além da história, não só porque ele... Eu acho que precisa de uma visibilidade grande. Entendeu? Pra gente poder dar uma enfatizada a mais e nos instigar mais com a parada de arte e de cultura. A gente faz essas ocupações sempre no Farol. A gente vê que o equipamento precisa de um olhar diferente. Está entendendo? Porque, infelizmente, aqui a gente não tem uma quadra dentro da Comunidade pra bater um rachinha que seja, uma quadra legal. Não temos uma praça. A gente precisa ocupar os espaços. Ocupar com arte, ocupar com leitura, ocupar com cultura, com música... É a melhor coisa que se faz. A gente, como coletivos, procura desenvolver esse trabalho também no Farol com a nossa ocupação...

Com cultura, com grafite, com peça teatral, com sarais. E a gente procura desenvolver esse trabalho também na nossa Comunidade. Somos poucos, mas resistência é o que há. Né?

- José da Silva, 72 anos, pescador e morador da comunidade há 62 anos.

Pesquisador: Como era o movimento na época em que o Farol funcionava como museu?

José da Silva: O pessoal subia de pé. Encostava o carro lá em frente ao Farol e subia de pé, descia... A vida era essa aí.

Pesquisador: Para os moradores, era boa a época em que o Farol estava funcionando?

José da Silva: Rapaz, nessa tempo o morador era pouco. Não era desse jeito aqui. Quando eu cheguei aqui, só tinha seis casas no Serviluz. Aí foram crescendo, crescendo, crescendo... Hoje estão aí. Hoje, têm mais de sete, dez mil casas aí.

Pesquisador: Na opinião do Senhor, o prédio deveria voltar a ser utilizado?

José da Silva: Ali era pra ser utilizado. Não é voltar, é pra ser. O Farol do Mucuripe é aquele dali.

Pesquisador: O que os moradores esperam que o poder público faça em relação ao prédio?

José da Silva: Tem que restaurar, né? Exatamente.

Pesquisador: Mas o que deveria funcionar ali?

José da Silva: Ali tem que funcionar tipo um museu. Porque o outro farol já está estabilizado lá, né? Então, tem que ser aí um museu.

Pesquisador: O Senhor acha que isso vai ser bom? Vai atrair turista?

José da Silva: Tem que atrair, né? Porque todo mundo que vem de lá pra cá quer olhar, quer ver, né?

Pesquisador: O que falta de melhorias urbanas no entorno do Farol?

José da Silva: Saneamento... É... Assim, essas coisas, né? Aqui, não tem uns colégios que preste. As escolas daqui são tudo de terceira. Não tem um posto, não tem posto de saúde... Você chega num posto de saúde e vai atrás de um remédio: não tem. A UPA é pior que os postos. Até hoje, graças a Deus, a gente está vivendo do jeito que Deus quer.

- Pedro Fernandes, marceneiro e líder comunitário. Sempre morou no Serviluz.

Pedro Fernandes: [Entusiasmado, ele já começou a falar antes mesmo da primeira pergunta.]

A gente pegou várias fases do Farol. O Farol tem mais de cem anos. Desse período pra cá, tiveram várias fases. Eu me lembro bem da minha infância, que eu peguei uma fase em que ele era um museu, que era o Museu do Jangadeiro. Minha infância, minha adolescência... O

Museu do Jangadeiro funcionou durante um bom tempo. Eu acho que quem coordenava era o pessoal da Emcetur [Empresa Cearense de Turismo] na época, que era a Secretaria de Turismo do estado. Vinham excursões! Vinham excursões do... Aqui, esse porto aqui do Mucuripe sempre foi um porto de passageiros, né? Um terminal de passageiros... Os navios transatlânticos vinham, e sempre vinham as excursões. Era tipo uma parada obrigatória desse roteiro do turístico da cidade nessa época. Passou por um abandono, por uma depredação na minha adolescência. Aí, fizeram uma restauração, fizeram outra restauração...

Pesquisador: Era bom para a Comunidade na época em que funcionava um museu?

Pedro Fernandes: Sim, na época era bom. Só que na época vinham pessoas de fora, mas o Farol não tinha aquela apropriação da Comunidade estar dentro dele fazendo as coisas, né? Hoje em dia, a gente está dentro dele fazendo as coisas, apesar do abandono do poder público na atual situação. Total abandono, e mesmo assim a comunidade se apropriou dele.

Pesquisador: O que os moradores esperam que o poder público faça com o prédio? Restauração? A volta de um museu? Qual a necessidade da comunidade em relação a esse prédio?

Pedro Fernandes: A gente entende que a restauração passa pela questão da Comunidade estar dentro ocupando e fazendo as coisas. Eu acho que não adianta o governo vir e fazer um museu e trazer as pessoas de fora para trabalhar. Eu acho que as pessoas que estão na Comunidade tem que estar dentro dele gerindo, trabalhando dentro. Porque só assim a gente vai ter um senso de cuidado pelo local.

Pesquisador: Além do Farol, precisaria cuidar do entorno também?

Pedro Fernandes: Claro, claro... Eu acho assim... Eu sempre estou falando aqui pro pessoal que a gente paga o mesmo imposto lá da Beira-Mar, paga o mesmo imposto lá... Tem a questão do IPTU que aqui tem... A gente está lutando pela regularização fundiária aqui do local. Mas, vai vir tudo isso, então a gente tem que melhorar o entorno porque a gente também trabalha pra pagar, pra sustentar esse país, não é só os ricos... Tá entendendo? Eu acho que tudo tem que melhorar.

Pesquisador: E o prédio restaurado seria um espaço a mais para a Comunidade utilizar?

Pedro Fernandes: Sim, sim... A comunidade nunca deixou de usar o Farol, só que ele poderia ser bem melhor aproveitado, né? Bem melhor usufruído por mais pessoas. A gente aqui sempre frequentou, a galera do Servilost [coletivo urbano], da Associação de Moradores do Titanzinho, galera do entorno aqui. A gente nasceu e se criou aqui. É um ponto de encontro. Sempre foi e sempre será um ponto de encontro, assim, por ser um local alto, um mirante. A

gente vai lá pra ver as estrelas. Isso é uma coisa bem natural do nosso dia a dia mesmo, do nosso cotidiano.

- Manuel Pereira de Sousa, 54 anos, técnico de caixas de som. Há 30 anos na comunidade.

Pesquisador: Como era na época em que o Farol funcionava? Vinha muito turista?

Manuel: Vinha. Inclusive, eu era fotógrafo, antes. Tinha a profissão de fotógrafo. Tinha bastante turista.

Pesquisador: Então isso era bom porque gerava renda?

Manuel: Ótimo, né? Gerava renda, a presença das pessoas. Tudo isso era bom.

Pesquisador: Como o Senhor avalia a situação do prédio hoje?

Manuel: É ruim. É péssimo porque isso aí pode se tornar até uma bomba. Pode cair a qualquer hora porque essa estrutura dele está comprometida, a ferragem está toda corrompida.

Pesquisador: O que os moradores esperam que o poder público faça com o Farol? Qual seria uma boa utilização para esse prédio?

Manuel: Eu acredito que primeiro seria a reforma. A gente espera e a gente acredita ainda que possa ser que tenha algum cidadão de coragem, desses que cheguem lá no poder, que possam fazer algo assim, importante.

Pesquisador: E depois de restaurado, como o prédio poderia ser aproveitado?

Manuel: Fazendo fotos, como a moçada gosta... Visitar, essas coisas. E olhar a visão. Contemplar a visão panorâmica da praia, né? Tudo isso. O por do sol. Todas essas coisas lindas que a natureza oferece.

Pesquisador: Só restaurar o prédio seria o suficiente? Teria que pensar o entorno?

Manuel: Não. Eu acho que tem muito mais do que isso, né? Isso aí seria o pontapé inicial.

Pesquisador: Então as pessoas gostariam que voltassem turistas para cá?

Manuel: Sempre as pessoas que falam sobre o assunto é nesse mesmo sentido, nesse mesmo objetivo.

## Redação 01

0 2 7 9 0 1 7

data 14/11/17  
S T 0 0 S S 0

O segundo andar do monumento histórico da made de Zoriel de Mucuripe encontra-se destruído, deixou de néguas o quarto e prédio está abandonado, tanto pelo governo atual quanto por grande parte da população. O Zoriel foi construído há décadas atrás, quando o Brasil ainda era um Império, com o objetivo de guiar os navios que chegaram no caso da praia. Após a construção de outro farol, o monumento foi esquecido e poucos lembram de seu valor histórico.

É fato que o Zoriel de Mucuripe, além de seu valor histórico, também tem — linha, antes de ser abandonado — seu valor econômico, uma vez que turistas de todo o mundo se alojam na cidade para desfrutar da praia e do tal monumento.

Além disso, a situação de tal monumento põe em risco a população e os turistas, tendo em vista o prédio quase que completamente destruído, que a qualquer momento pode desabar. Se alguém estiver por perto ou dentro do Zoriel, caso isso acontecesse, seria uma grande tragédia.

Diante disso, demanda-se que deve ser feita uma reforma no prédio, algo que preserve todos os valores ali existentes. Faz-se necessário que instâncias como o Governo Federal e Ministério da Educação promovam a construção de um espaço de ensino, que tenha aulas regulares e escolas de música, esportes — como o surf, que chama atenção dos turistas e aproveita a Praia —, oficinas de artes e cursos bilíngue, visando uma melhor formação de indivíduos e a valorização de aspectos culturais brasileiros e internacionais.

## Redação 02

O farol do Mucuripe foi o primeiro farol de Fortaleza, construído pelos engenheiros Júlio Albino Teixeira de Macedo e Luiz Manoel de Albuquerque Galvão, é inevitável destacar sua importância histórica para a cidade. Ele foi construído a mando de Dom Pedro I para ajudar na localização das embarcações em alto mar, com uma arquitetura simples e rusticada, sua luz era visível a 24 km de distância, piscando a cada minuto.

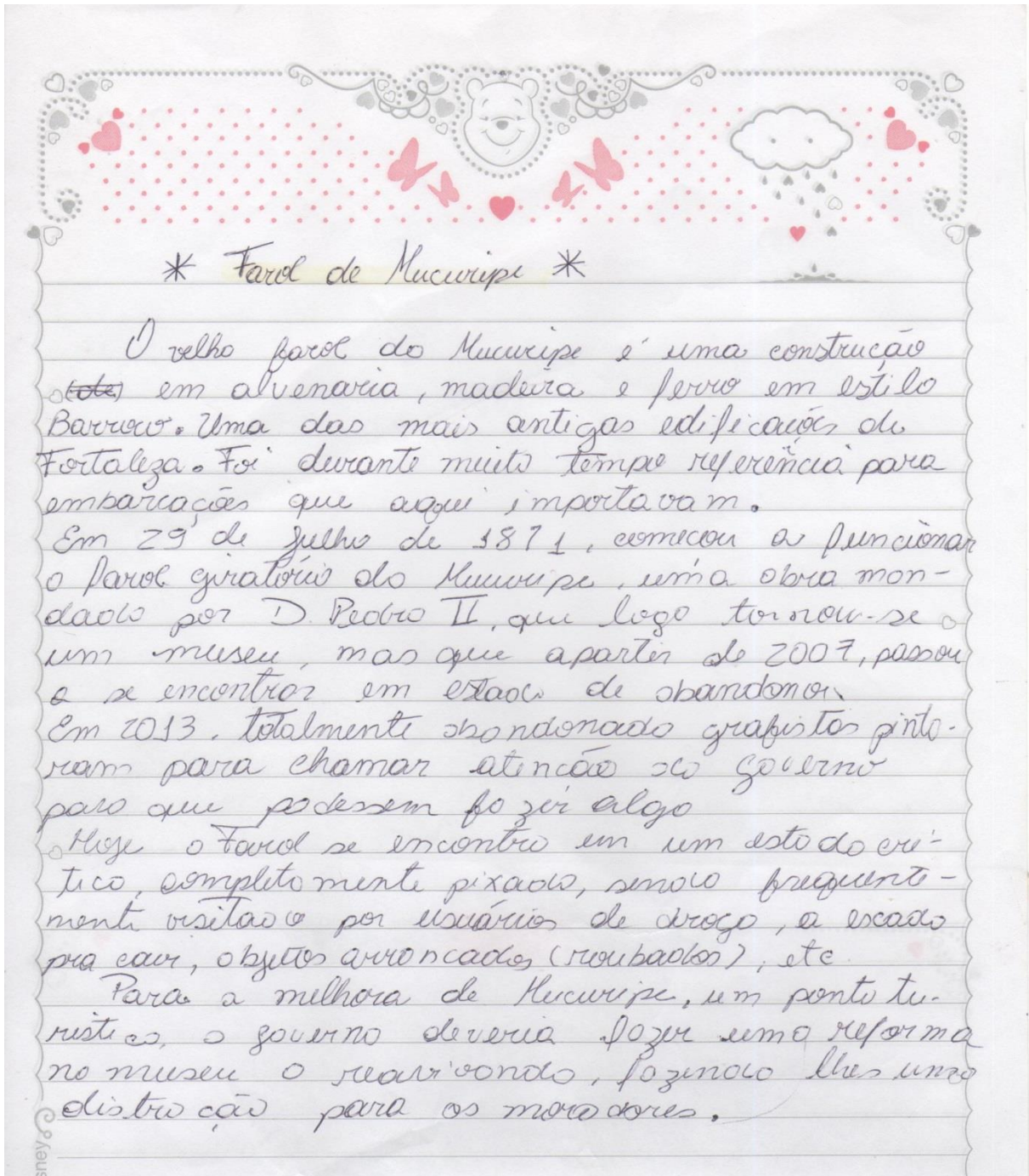
Com a modernização das embarcações tornou-se necessário a criação de outro farol, mais moderno, no qual a luz alcançasse uma distância maior. Assim, o Farol do Mucuripe teve seu primeiro índice de abandono, contudo, no ano de 1971, o prefeito promoveu a revitalização do farol, construindo o Museu do Jongadeiro, que atraiu muitos turistas para a localidade. Todavia, outro prefeito no poder abandonou o farol novamente e assim, continua até hoje.

O farol está fechado por falta de segurança e conservação, é visível o estado em que ele se encontra, o chão do segundo andar caiu, o monumento foi cercado por pixações, nos arredores há grande quantidade de lixo e entulho e a escada, um presente da rainha da França está em um estado precário. Além desses problemas no farol, a comunidade ao redor, Serviluz, é carente em serviços, dispendo apenas de um pequeno comércio, ainda assim, o farol poderia ajudar a comunidade.

Com o intuito de revitalizar o Farol do Mucuripe, um patrimônio cultural, medidas devem ser

remada. Portanto, vale a prefeitura de Fortaleza, destinando recursos para a constituição de um novo museu do jangadeiro, levando em consideração a interação da pesca com a comunidade Serviluz, para atrair mais turistas e estabelecer um reservatório onde ficava a Iluz do Farol, para que possam apreciar a vista do local, por fim deve revitalizar o redon, promovendo um espaço para que a comunidade renda valores produtivos e consiga obter uma renda extra. Desta forma, com o conjunto destas ações, o Farol ficará devidamente valorizado.

### Redação 03



## Redação 04

### *O farol do Mucuripe*

O farol do Mucuripe foi construído entre os anos de 1840 e 1846 por escravos. Ele é feito de alvenaria, madeira e ferro. Ele é um dos prédios mais antigos da cidade de Fortaleza. Nele já funcionou o museu de Fortaleza que mostrava a história da cidade, porém com o passar dos anos, a movimentação turística foi diminuindo. Assim o museu foi fechado e o prédio abandonado.

O fechamento do museu acabou deixando sem cuidados e precário o prédio, que ficou sem utilidade e cuidados. Hoje em dia, ele está com suas portas e janelas quebradas, seus muros pichados e grafitados e serve de abrigo para animais selvagens. A escada que foi um presente da rainha francesa está sem apoio e pode cair a qualquer momento. O terreno em torno dele está servindo de depósito de lixo para a população da comunidade em volta. Está há anos abandonado e sem reformas que precisão ser urgentes, já que seu estado é grave porém a prefeitura está deixando que o prédio se deteriore sendo que ele poderia ter muitas outras utilidades que não seja a de um museu, como ser transformado em centro cultural juvenil, para construir um futuro melhor e com mais oportunidades através da dança, música, artes para os moradores da comunidade próxima, ou transformando ele em escola de surf para as pessoas que querem aprender a surfar.

Se a prefeitura de Fortaleza fizesse uma reforma no prédio utilizando verba pública, ele poderia ter inúmeros fins educativos ou até lucrativos pois ajudaria a população mais carente que vive nas redondezas a ter mais oportunidades e ao mesmo tempo, o prédio não se deterioraria ainda mais.

## Redação 05

### 11

### Junça de casa - Redação (Favela)

O Museu de Fortaleza (estava localizado no favela de Inuaçupe, em tundo entre 1840 a 1846, pelas escovas atualmente, o favela está em péssima situação, sem investimentos de governo.

O favela deveria ser uma das atrações principais de Fortaleza, porém não se apresenta e prevalece a deterioração do lugar. O favela foi criado no tempo de D. Pedro II, foi o primeiro favela a ser feita no estado.

O Turismo em Fortaleza é bem apresentado, mas, em outros pontos o favela é muito conhecido, em todo o Brasil.

Com tudo isso, o governo deveria investir no favela, para passar a ser um ponto turístico bastante visitado e conhecido.

Favela Muricupi

nº 6

O Favela Muricupi localizada em Fortaleza Ceará um grande lugar histórico encontrado nessa cidade, porém não está sendo ~~mais~~ cuidado está acabando, desse modo o Favela de Muricupi deve ser reformado.

Segundo o jornal o Povo foi apurado que o Favela de Muricupi é o sexto maior do mundo com 71,1 metros sendo assim o maior das américas, porém precisando ser reformado.

A população que convive perto do Favela de Muricupi não tem lazer com o que pois lá é perto da praia do Titânzio e a população está maior comparado a antigamente então o ~~favela~~ deve ser reformado.


Tendo em vista os argumentos expostos o Favela de Muricupi está em péssimos estados sendo assim as autoridades devem colocar em prática o que fica apenas no papel ajudando a população com outros meios de lazer.

## Farel do Mucuripe.

O Farel do Mucuripe que está localizado em Fortaleza no Ceará é um monumento histórico e cultural, porém ele está em más condições por conta da grande falta de cuidado das pessoas nesse lugar. Deste modo, o monumento deve ser reconstruído para a boa utilização das pessoas.

De acordo com uma reportagem realizada pelo Jornal CETV, aborda como estão as condições de uso do monumento nesse momento pelas as pessoas. Assim, as pessoas devem fazer bom uso de um centro histórico que é o Farel do Mucuripe.

O Farel do Mucuripe, nos últimos anos, se encontrou numa situação de abandono entre as pessoas a não fazer bom uso do local. O Farel deve ser reconstruído para voltar a ser um centro turístico para os indivíduos do próprio local e especialmente para turistas.

Tendo em vista os argumentos expostos, é notável a má utilização que se encontra o Farel. O Governo Estadual juntamente com a Prefeitura de Fortaleza deveria fazer mais campanhas, palestras, propagandas por meios de comunicação, enviar equipe de limpeza para tentar amenizar e tirar a poluição dentro do monumento. As pessoas devem se conscientizar e se socializar e conservar o monumento com a prefeitura ar-  cando com todos os prejuízos necessários.

Redação sobre o Farol do Mucuripe

O velho Farol do Mucuripe é uma das construções mais antigas de Fortaleza, foi por muito tempo uma ajuda para embarcações que por lá navegavam, porém o farol está em péssimo estado, ele está quebrado e abandonado por bastante tempo.

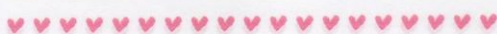
Este local que é um patrimônio histórico é um dos mais belos locais de Fortaleza encontra-se abandonado e destruído, as plantas do lado de fora estão gigantes, as paredes estão desbotadas e fritadas e a escada que leva a parte superior do farol está enferrujada e salta da parede.

A comunidade Severiluz que fica bem próxima do farol, passou a levar adolescentes para serem os guias, as pessoas também passaram a pegar objetos que ainda estavam em um bom estado para vender ou para ficar na própria casa.

Contudo seria muito interessante que o farol fosse concertado e virasse um mirante, pois a vista da parte de cima dele é maravilhosa e criassem também uma praça e uma quadra perto do farol, para a população da Severiluz também aproveitar.

© ABRIL COMUNICAÇÕES S.A.

\*



# Fareol do Mucuripe

Os fareos estão equipados para orientar a chegada de barcos ou navios, para determinar sua posição no mar. O fareol do Mucuripe é importante pois, ele está na bandeira do Ceará e também em várias canções.

O fareol do Mucuripe atualmente está passando por situações graves, ele está caindo, problemas de funcionalidade, abandonado e esse fareol é um patrimônio e ninguém está cuidando dele.

Quando os turistas vem para Fortaleza, muitos querem ver esse fareol, porque em foto ele tá lindo, mas, quando chega pessoalmente é uma decepção tanto aos turistas quanto aos moradores.

Portanto, esse fareol do Mucuripe deveria se transformar em uma esculinha para os moradores que vivem lá, pois já que já foi ~~criado~~ criado outro fareol esse não tem mais necessidade, então o Governo Federal poderia reconstruir o fareol tornando em uma esculinha de ~~arte~~ surf ou até mesmo de grafiteagem.

© Disney



## Redação 11

O farol do Ilucuripe foi planejado, no caso, idealizado em 1826 por Dom Pedro I, porém sua construção apenas foi confirmada no período regencial e realizada entre 1840 e 1846, período no qual o governante era Dom Pedro II, percebendo-se assim que a construção de tal farol transiteu entre as 3 épocas do Brasil império. O farol do Ilucuripe possui uma suma importância histórica, visto que, até a década de 50 serviu como um instrumento para guiar navios, entretanto nesta época ele foi abandonado, devido a construção de um farol maior e mais moderno. Contudo, em 1988 ele foi tombado pelo governo, no caso, pelo Patrimônio Histórico e transformado no Museu do Sangadeiro, com isso, a população do bairro de Deriviluz, região onde encontra-se o Porto do Ilucuripe, obteve uma renda elevada devido a grande concentração de turistas nessa área, que aumentaram a venda de produtos artesanais, por exemplo. Porém, atualmente, com o descaso do governo, o farol foi novamente abandonado e a comunidade de Deriviluz que tinha uma renda que em sua maioria dependia do turismo originado da existência do Museu do Sangadeiro, foi prejudicada o que fez com que a população desta região dependesse da pesca e do pequeno comércio, além de que este bairro possui o menor IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Portanto para realçar a importância do prédio que era o farol do Ilucuripe, pode-se ser feito o Centro Cultural do Porto do Ilucuripe, CCPM, sendo que o governo Estadual deve investir na reconstrução do prédio, podendo fazer em seu interior, ambientes de artes e um pequeno observatório, utilizando projetos em parceria com algumas escolas para serem realizadas incursões, ampliando novamente o turismo e elevando o IDHM da região, entretanto é necessários maiores fiscalizações na região proporcionando segurança de qualidade.

## Redação 12

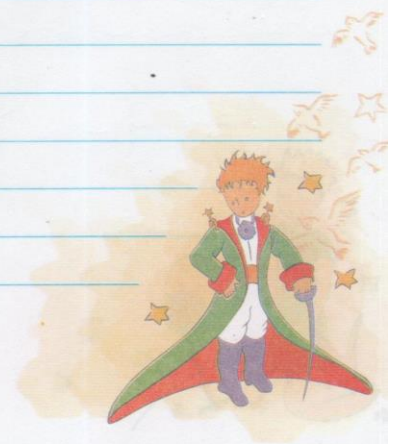
Redação: Farol do Município.

O farol do Município, localizado na cidade de Fortaleza já foi suficientemente grande para ser um grande centro turístico, porém hoje em dia é um antigo farol abandonado e quase destruído.

Muitos moradores que moram ao redor do antigo farol reclamam da falta de responsabilidade do governo com o farol, pois o farol está em estado crítico e a beira da destruição, mas mesmo assim o governo não o reforma.

O farol poderia ser um grande centro turístico, como por exemplo um restaurante temático, com o tema de navegação. O que serviria como um meio de diversão para os moradores.

O Pequeno Príncipe



FAROL DO MUCURIBE

111

No tempo o farol de Mucuripe foi criado em  
o objetivo de ligar a cidade Brasileira e  
lineares reais, só que com o passar dos anos  
ele se tornou um monumento histórico, mas  
este monumento se desgastou com o tempo e até  
atualmente nem se trata um monumento de importância  
histórica ele não foi totalmente restaurado.

Antigamente este ponto abriga o farol em  
museu que servia para orientar a população  
sobre a importância desse monumento, só que após  
o fechamento do museu todos desistiram de impor-  
tar isso o farol.

O farol atualmente se encontra cheio de pilótopos,  
totalmente destruído e não, o que os reparos-  
relatam de que não se pode fazer que isso se torne  
um este monumento importante para a his-  
tória Brasileira.

Com base nos fatos muito mais resta - se que  
é necessário que o governo recupere o farol utilizando  
verbas e utilize ele como museu nacionalmente  
para demonstrar a população sobre a  
sua importância.

03/11/19

## Farol do Mucuripe!

O farol do Mucuripe tem uma grande importância histórica, pois foi o primeiro farol do Estado do Ceará, e foi o que fez ~~fortaleça~~ crescer economicamente e virar a capital do Ceará. No mandato de D. Pedro I o farol foi posto em papel; no mandato de D. Pedro II foi arrecadada a dinheiro para a construção, e já na regência ele foi construído e inaugurado.

Atualmente o edifício está tabando pela guerra, porém o prédio está abandonado desde 2009 e o governo não restaura e nem cuida da propriedade, fazendo com que o farol do Mucuripe seja abrigo para vários gossos em condições de ruína, além de estar perto a deslevar.

Visto que o farol do Mucuripe é um importante monumento para a cultura cearense conclui-se que o Governo federal deve transformar o farol do Mucuripe em um observatório, pois a sua vista é muito bonita e pode ser um ponto turístico. A sociedade que ~~está~~ vive o resor do farol reclama de falta de saneamento básico

## Redação 15

Redação: FAROL

O farol do Mucuripe é um monumento histórico de Fortaleza muito importante por ser muito antigo, mas infelizmente o farol vem sendo esquecido e descuidado tanto pela população quanto o governo da Ceará.

Artistas (Grafiteiros) fizeram desenhos de grafites no farol com a tentativa de chamar atenção e o deixalo mais bonito mas, o governo continua o deixando de lado ficando muito destruido.

Depois as pessoas que se encontram na região ~~na~~ perda do farol colabora com o recolhimento de lixo dentro do monumento e com outras coisas mas, sem a ajuda do governo a situação fica cada vez mais dificil.

Tendo em vista os argumentos expostos o governo da Ceará deve investir mais na infraestrutura do farol isso ajudaria na construção de mais um lazer para a população da região e colocar o farol reformado como um dos principais monumentos de Fortaleza.

## Redação 16

Na Redação Fenda de Mucuripe

O Foz de Mucuripe foi inicialmente criado em 1896, mas no ano de 1958 ele foi desativado, e em 1983 foi inaugurado o Museu de Jangadeiros. Como monumento de memória o local ficou sem uso, até 2017, sem sentido de produção.

O Foz de Mucuripe é importante por estar presente em lugares no centro, a beira-leira de fortalezas, e está presente também na cultura, tendo sido inventa ligada em famílias como terras de Edmundo.

As pessoas que moram na comunidade perto do Foz de Mucuripe acham que lá deveria ter vários locais como um museu, Praça de Saúde, um espaço para eventos culturais, e até um campo de futebol. Mas o governo não está sendo participativo.

Minha minha opinião é que o Foz de Mucuripe deveria ser utilizado para ser um museu e o governo municipal deveria fazer um trabalho para que esse local seja valorizado no território mas como principalmente isso pega parte de economia populacional e governo deveria pagar uma indenização para os demais interesses locais.

13 / 11 / 17


## Farej do Mucuripe: Qual a sua importância?

Localizado na Av. Vicente de Castro, dentro do território de uma comunidade carente chamada Derziluz, o Farej do Mucuripe (hoje conhecido como Farej Velho) encontra-se abandonado, em péssimas condições de conservação, mesmo sendo um dos patrimônios históricos mais importantes do Ceará para os historiadores, mas não para o governo, que o deixou nesse estado.

E por que esse farej é tão importante para o Ceará? Para se ter uma ideia da importância histórica dessa construção, deve-se voltar no tempo, na época do primeiro Império, Dom Pedro I comandou o Brasil Império e foi exatamente esse personagem tão importante para a história do país, que aprovou o plano do Farej do Mucuripe em 17 de agosto de 1826. Além desse fato, o próprio farej encontra-se desenhado na bandeira do Estado do Ceará. Desde o primeiro farej, ele possibilitou a utilização do porto, trazendo a importação e exportação para dentro da economia estadual.

Desde de tamanha importância para o estado, logo é um motivo de vergonha e desrespeito por parte do Governo Cearense deixar o farej na condições atuais. Mas também não se pode fazer qualquer coisa, pois ao longo dos anos algumas comunidades de pessoas carentes foram se estabelecendo nos arredores do farej. Como a população dessa região não possui áreas de lazer, exceto a praia, o Governo, ou alguma empresa, um grupo grande de pessoas que se tornem voluntários para criar um projeto de lazer, principalmente para as crianças da comunidade. Uma boa opção seria a de primeiramente reformar toda a estrutura do prédio, mas sem retirar os traços da arquitetura histórica presente nele. Segundamente, convocar os professores de surf da região, dentro do prédio, organizar uma escadinha de surf e nas escadarias que dão acesso ao farej, pode ser feita uma mini praça de lazer para os adultos. Isso traria alguma forma de lazer para a comunidade e ainda, manteria o patrimônio "vivo" na história do Estado do Ceará, conservando aspectos da cultura antiga do Brasil Império.

## Redação 18



Tarefa de casa

O farol da mucuripe é um importante monumento histórica e cultural da Ceará, localizada na cidade de Fortaleza. O farol foi abandonada e tombada pela governa em 2007. Atualmente esse importante monumento histórica está caindo aos pedaços e servindo como abrigo para moradores de rua.

O farol da mucuripe passou por três períodos, foi elaborada e aprovada a construção na impéria de D. Pedro I, foi arrecadada dinheiro para sua construção no período regencial, foi construída por mão escrava na impéria de D. Pedro II. Sua construção auxiliou no crescimento econômica de Fortaleza, tornando-a assim a mais nova capital do estado da Ceará.

A comunidade da Sereviluz é uma comunidade que habita as regiões ao redor do farol da mucuripe. O farol da mucuripe deve se transformar em um mirante, para que sirva como ponto turística e como um ponto de lazer para as pessoas da comunidade da Sereviluz.

COMUNICAÇÕES S.A.

## Redação 19

ata

data

Q Z Q D P T Z

S T Q Q S S D

### Carta-Relatório-Fatal do Mucuripe

O jornal do Mucuripe representa uma das mais antigas e importantes instituições, nele era fundado o Museu do Largo de São Marcos e depois de onde foi largado seu poder, com as coisas mudando ao redor dele, porém com uma vida ruim, com fome e miséria.

O jornal fez com que a capital do Ceará fosse conhecida para Fortaleza, por causa dos portos, assim um momento de glória, ele foi abandonado e ali hoje está largado, abandonado em uso.

Isso fez com que ele seja propriedade principal para outros estados, e com o novo jornal, ele é abandonado mesmo, poderia ser usado para outros estados, e assim ali hoje está, um país de papel.

De acordo com o espírito do Estado, com a cultura que a população e a Marinha de um momento a glória para o futuro, com muitos outros e outros, melhorando a qualidade e o jornal.

O farol do Mucuripe é um grande monumento histórico de Fortaleza e é uma das mais antigas construções de Fortaleza, durante muito tempo foi referência para embarcações que aportavam nele.

Ele já foi usada como várias coisas, primeiro como o Museu do Gangadeiro, depois Museu do Farol e Fortaleza Colônia.

Logo, o farol foi e é de extrema importância, pois é um monumento que passa por várias datas históricas, mas não está sendo bem cuidado, por isso deve haver uma reforma nele e o transformem em um museu, pois isso o valorizaria muito mais, pois seria um ponto turístico, onde muita gente irá procura-lo pra visitar.

## Redação 21

Podemos ver que o local do museu tem uma grande importância histórica para a Cidade de Fortaleza. Também aparece no Centro da cidade da Capital, também na cultura da população, ~~(porém)~~ ajudando na chegada dos navios. Porém o local foi ~~lançado~~ desativado em 1958. Em 1983 inaugurado Museu do Tangadeiro e então após o seu fechamento o local ficou sem uso desde o ano de 2007 e sendo degradado. É ao redor desse local surge a comunidade do Serreluz que se instalou ao redor do local mas com isso elas passam por dificuldades como o descaso do governo. ~~Para~~ Para que a comunidade do Serreluz não passe por mais necessidades o local pode se tornar um local para mercado, mirante, pode se tornar um abrigo para necessidades ou uma escola pública.

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom

1 / 1

Ristônia - redação

O farol da municipality é um prédio que dem Pedro mandou construir no Brasil para avisar os navios que vinham de fora do Brasil atualmente o prédio está abandonado e completamente devastado.

Como o prédio está abandonado o governo deveria fazer um observatório ou até mesmo um museu pois esse prédio é muito importante para a cidade de Fortaleza.

Houve uma época em que o farol da municipality foi o museu dos jangadeiros mas logo depois ele foi desativado mas o prédio atualmente é propriedade da prefeitura e ninguém pode destruí-lo.

O governo deveria criar um projeto que reformasse o farol criassem um observatório para que o farol tivesse alguma função pois ele é um marco Ristônico e é um prédio muito antigo.

**FOLHA DE REDAÇÃO**

C-I	C-II	C-III	C-IV	C-V

O farol do Ilhucuripe representa um marco na história da capital e do país, por ser uma das mais antigas edificações de Fortaleza. Já foi utilizado para diversos fins, mas encontra-se em estado deplorável no momento.

Durante muito tempo, o farol foi referência para embarcações que se portavam em Fortaleza. Em 1957, porém, o velho olho do mar, como era conhecido, foi desativado.

Entre 1981 e 1982, o farol recebeu sua mais significativa reforma a fim de abrigar o Museu do Fongodeiro, atual Museu do Farol, cujo acervo faz referência a Fortaleza Colônia e o Ceará província do Brasil Império.

Tempo depois pelo IPHAN, o farol também fazia parte do Patrimônio Histórico, tendo sido um dos mais belos pontos turísticos da cidade de Fortaleza.

Atualmente, porém, o farol encontra-se em uma situação de abandono total, com mata alta, pirado e com impossibilidade de visitação segura. O que deveria ser um cartão postal para a cidade, está em ruínas.

O bairro é uma espécie de aldeia de pescadores, onde a atividade de destaque e de principal lazer é o surfe. A comunidade, portanto, pode ser uma escola de surfe no atual Farol do Ilhucuripe.

Sendo assim, devido ao abandono e mal estado do farol do Ilhucuripe, faz-se necessário a restauração e possível revitalização do mesmo, além da construção e transformação do local em uma escola de surfe.

pesquisa do papel      história

o O velho papel do ~~município~~ <sup>na municipal</sup> é uma construção em alvenaria, madeira e ferro, em estilo barroco.

3 Uma das mais antigas edificações de Fortaleza, foi durante muito tempo referências para embarcações que aqui aportavam. Foi desativada em 1957, em 1981 e 1982 foi reformada para abrigar o Museu do Zango Negro. Construído em 1890 hoje está abandonado há 8 última reforma foi 1952 e ~~hoje está~~ e hoje resta apenas as telhas pintadas.

1 Por isso torna o papel um centro de artes e um museu para que não seja abandonado novamente pelo governo e que haja alguém responsável para que não seja alho de picheiro.

O farol de Mucuripe foi criado na era colonial no período de Dom Pedro II que fez para aumentar a economia de necessite para que os barcos atracassem no porto. hoje em dia ele se encontra em pessimo estado abandonado.

Uma das causas por ele está abandonado é que a prefeitura não tem o que fazer com o prédio de tal importância com isso a população que se encontra ali perto é a mais prejudicada com aquilo tudo

com o abandono é sem refugio para as pessoas com risco de doenças e a criminalidade só aumenta ao longo de tempo, as pessoas da tal comunidade precisam de uma ajuda de alguma forma do governo.

Diante do que foi escrito acima, precisa-se que o governo Municipal recupere fazendo projeto para o lugar ou uma escola de ~~surf~~ surf ou microntes.

01/11/77

Redação, Farol do Mucuripe.

- 1- O velho farol do Mucuripe é uma construçã-
- 2- ção em alvenaria, em estilo barroco. Uma das
- 3- mais antigas edificações da Fortaleza. Foi durante
- 4- muito tempo referência para as embarcações
- 5- que aportavam. Foi desativado em 1957, foi
- 6- reformado em 1971 a 1982 para abrigar o Museu
- 7- Sangadinho, depois Museu do Farol. Faz parte do
- 8- Patrimônio Histórico, sendo um dos mais belos
- 9- pontos turísticos da cidade. Infelizmente está fora-
- 10- do a visitação e o pior, em péssimo estado.
- 11- Naquela época, no entanto, o farol no Sere, luz,
- 12- cuja construção foi autorizada por Dom Pedro
- 13- II em 1826, ou seja é um fato histórico para a
- 14- cidade de Fortaleza. O antigo farol do Mucur-
- 15- ipe com condições precárias, dá sinais de
- 16- abandono do edifício, está precisando e não
- 17- dá sinal de nenhum tipo de manutenção.
- 18- Sem dúvida, o velho farol é de grande importância
- 19- para a cidade, mas não é mais incluído por
- 20- visitantes, e já está praticamente esquecido.

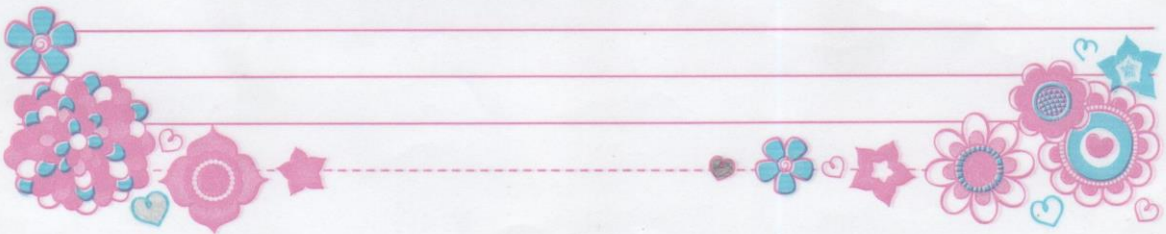
## Redação 27

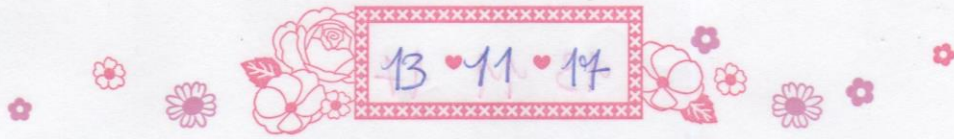
Diante da falta de conservação e descuido do Genor-  
me de Ceará, o Solar de Mururipe está a beira do desabam-  
to. Tal fenômeno precisa ser interrompido, pois esse monumen-  
te além de apresentar importâncias históricas, pode vir a ser  
utilizado pela população como modo de lazer e educação.

Localizado em um dos pontos mais conhecidos de Sertão-  
lago, parte da Praia de Sacrema, o Solar de Mururipe é um dos  
símbolos do estado, presente até na Bandeira de Ceará, apresen-  
tando também uma vasta história por trás de sua construção.  
Contudo, mesmo apresentando tal importância, esse monumento  
encontra-se em estado de abandono, impossibilitando, até  
mesmo, a visitação ao local.

Antigamente, o Solar de Mururipe era utilizado como  
museu e representava uma fonte de lazer e conhecimento para  
população. Com a reforma, essa construção poderia ser reap-  
roveitada como centro turístico ou como centro educacio-  
nal para a população presente nas localidades.

O Solar de Mururipe, mesmo apresentando importan-  
cia histórica, apresenta-se em estado de abandono e de decadência.  
Tendo isso em vista, é necessário que haja uma mudança, para  
isso é preciso que a Secretaria de Cultura tome providên-  
cias e reforme a construção, apresentando também formas  
para reutilizar os prédios para beneficiar a população.





## Redação sobre o Panel de Mucuripe

O antigo Panel de Mucuripe é uma construção alvenaria, madeira e ferro. Foi ponto de referência durante muito, até cartão-postal da cidade já se tornou, mas já fazem alguns anos que ele vem sendo esquecido, do mesmo modo que com isso a cidade está perdendo seus históricos e culturais.

O Panel de Mucuripe é rodeado pela humilde comunidade Derivilluz, o Panel deveria ser usado em prol da comunidade, como para um posto de saúde, que atenderia necessidades básicas e geraria empregos.

Com uma nova utilização para o Panel, ele seria preservado, e sairia da situação precária em que se encontra hoje, tendo novamente sua importância histórica, cultural e social sendo notada novamente.

O Panel de Mucuripe precisa de uma nova utilização, mas para o governo construir necessariamente o que é necessário, o Povo precisa chamar a atenção, por meio de passeatas e até mesmo protestos, para que tudo volte a ter melhores condições.

## Redação 29

### FOLHA DE REDAÇÃO

C-I	C-II	C-III	C-IV	C-V

O farol do Mucuripe, foi criado em fortaleza no Reinado de Dom Pedro primeiro, foi feito para alertar os navios negreiros mas começou a funcionar no Reinado de Dom Pedro segundo. Em pleno século XXI o farol está abandonado, foi vítima de pirações e é um lugar sujo.

Na região onde o farol se encontra, existem miradins. A população, conta em 2003 tinha um projeto para reformar o farol antes era feito para visitante, mas nesse momento não está em condição.

Em 2013, o CETU (programa exclusivo brasileira clearance), fez uma enquete na região de qual seria o futuro do farol e resolverem fazer uma enquete e a população queria fazer um lazer cultural.

Com base os fatos apresentados o farol do Mucuripe não está sendo preservado para que isso, diminua o governo deve reformar o farol, e deve ocorrer palestras e ONGS para a população preservar o farol.

### História - casa (pesquisa)

• ~~Redação~~ sobre Elaborar uma redação onde você irá propor uma utilização para o prédio do antigo Farol de Mucuripe nos dias de hoje, levando em consideração os seguintes critérios:

1. A importância histórica do prédio
2. As necessidades pelas quais passam atualmente a comunidade de Seruizuz.

► Para que serve os patrimônios e relíquias históricas de um país? O Farol de Mucuripe é um marco e um patrimônio do Brasil desde construção, entre 1840 e 1846, porém, atualmente ele é um lugar esquecido pelos brasileiros e está em ruínas assim como o local onde está erguido, Comunidade de Seruizuz em Fortaleza e é preciso mudar essa situação, tanto para o farol quanto para a própria comunidade.

O Farol de Mucuripe é uma das mais antigas edificações de Fortaleza e teve grande importância marítima para o estado e logo após isso veio um museu da história dos navegadores, porém hoje está completamente destruído e abandonado, o que é algo realmente triste para a história de Fortaleza.

Os patrimônios históricos contam a história de um (estado) local, é um marco, tem importância artística, cultural, religiosa ou documental. A Comunidade de Seruizuz em Fortaleza está em um estado extremamente ruim e necessita e precisa de atenção governamental para o bem-estar da população.

Levando em vista os fatos expostos, é notável a importância histórica e a precariedade do Farol de Mucuripe, de Seruizuz.

O Governo Federal poderia reformar o farol e fornecer a atenção para que as pessoas visitem o mar, assim como melhorar a qualidade da Comunidade de Seruizuz.

Redação 31

REDAÇÃO

O papel do município é um papel que sempre deu  
to por muito importante hoje em dia isto sim estrutura  
e o governo trabalha totalmente dele, mas ~~claramente~~ li-  
xante e depois de ~~população~~ população que mesmo ~~em~~ ~~algumas~~  
algumas ~~do~~ ~~apudam~~ ~~constantemente~~ ~~de~~

no mundo temos ~~algumas~~ ~~de~~ ~~algumas~~ ~~de~~  
um lado temos a estrutura local que ~~apudam~~ ~~dele~~ ~~em~~ ~~de~~  
2013 mas atualmente ~~to~~ ~~isto~~ ~~muito~~ ~~dele~~ ~~em~~ ~~um~~  
constituímos algumas ~~de~~ ~~governo~~.

Portanto o papel do município por ~~parte~~ ~~de~~  
muito tempo atrás no governo de J. Pedro II com  
uma ~~estrutura~~ ~~dele~~ ~~em~~ ~~de~~ ~~dele~~ ~~em~~ ~~de~~

Essa ~~parte~~ ~~de~~ ~~um~~ ~~alternativa~~, ~~para~~ ~~moderno~~ ~~em~~  
estrutura. o papel do município ~~de~~ ~~um~~ ~~estrutura~~  
com ~~parte~~ ~~de~~ ~~de~~ ~~algumas~~ ~~de~~ ~~um~~ ~~parte~~ ~~de~~  
dele, ~~em~~ ~~um~~ ~~de~~ ~~algumas~~ ~~de~~ ~~algumas~~ ~~de~~ ~~algumas~~  
e ~~dele~~ ~~em~~ ~~um~~ ~~de~~ ~~algumas~~ ~~de~~ ~~algumas~~ ~~de~~ ~~algumas~~.

8º 1º

DOM SEG TER QUA QUI SEX SÁB

### Redação sobre o farol de Macuripe

O Farol de Macuripe conhecida como "Farol velho" foi construído entre 1840 a 1846, e representa uma das mais antigas edificações de Fortaleza. A destruição do farol ocorreu em 1957, já que ele não era mais tão efetivo comparado com a tecnologia da época.

Embora o farol tenha sido desativado, em 1984 a 1982 ele foi reformado para abrigar o Museu de Jangadeiros, que guarda peças sobre os momentos que marcaram a capital cearense. Infelizmente o farol não teve mais abandonado novamente em 2007.

O farol se encontra na Avenida Vicente de Castro, S/N - Serra Luiz em Fortaleza no Ceará, onde existe uma comunidade carente morando perto dele, e da qual da na vigilância do farol, que se tornou alvo de resândalos e pixadores que o sujam e quebram.

A utilização do farol atualmente não existe, então a prefeitura poderia realizar uma reforma nele para utilizá-lo novamente como museu ou outro ponto de visita, de modo que também aumentasse a segurança, assim poderia ajudar pessoas da comunidade economicamente, pois seria um bom ponto de comércio.

### Redação 33

#### FOLHA DE REDAÇÃO

C-I	C-II	C-III	C-IV	C-V

O Farol do Mucuripe foi um farol mandado a ser construído no reinado do Dom Pedro primeiro e só foi realizada a obra no reinado do Dom Pedro segundo. O Farol teve seu uso por mais de 100 anos e foi abandonado. Após ser abandonado a prefeitura lhe deu uma reforma para virar um museu, logo após a abandonaram novamente e hoje ele está tombado e acabando.

A população que vive ao redor do Farol realmente necessita que tenha reformas no farol e que para isso também tenha reformas nas regiões para que as pessoas quando for visita-lo tenha estradas, assim o Prefeito de Fortaleza deve fazer tudo isso para que o Antigo Farol possa virar novamente um ponto turístico para cidade. Em 2013 o CETV (programa exclusivo da televisão brasileira cearense) fez uma enquete para ver que a população preferia para que se transformasse o farol e foi escolhido um momento, que é uma boa opção, porém se não tiverem reformas tanto no Farol quanto na comunidade ao redor dele.



Redação 35

13/11/17

Redação sobre Farol

O Farol é um importante ponto histórico de Ceará, sendo construído no Século 19. Porém, mais nada está sendo investido nele, deixando uma importante construção ser esquecida.

O Farol do Mucuripe se localiza perto do porto de Fortaleza, onde ocorreu um crescimento econômico. O Farol ficou em dois períodos abandonados e está assim atualmente um lugar visitado por milhões de pessoas, e histórico para o Ceará, está abandonado sem importância. Deve-se o governo Estadual restaurar o prédio e criar salas para que chame a atenção do público.

Redação

1 O farol do Mucuripe possui uma importan  
 2 te passado histórico na história de Fortaleza, mas  
 3 o farol hoje está em péssimas condições, pois o farol  
 4 estava com as paredes rachadas e paredes quebradas,  
 5 sendo que o governo devia reformá-lo.

6 O farol havia sido fundado por Dom Pedro  
 7 II, para orientar os marinheiros navegando há  
 8 noite, e com o tempo o farol do Mucuripe ganhou  
 9 menos importância ao passar do tempo, e atualmen  
 10 te o farol foi esquecido pela população adriana e pela  
 11 governa ~~de Fortaleza~~ de Fortaleza.

12 O farol de Mucuripe já foi o alvo de picha  
 13 ções dos vandales, mas ~~tem um espírito de~~  
 14 ~~alguns~~ alguns grafiteiros desenharam pelas  
 15 paredes do farol, com a permissão da prefeitura de  
 16 Fortaleza, que pelas redes chamou atenção.

17 A sociedade fortalezense havia se esquecido  
 18 de um monumento histórico importante, que hoje  
 19 ninguém mais se importa, mas ~~para isso~~ o go  
 20 verno devia reparar e reconstruir o farol e  
 21 deixá-lo novo, para que a população ainda possa  
 22 preservar um monumento histórico.

## Redação 37

1 O Farel de Mucuripe é muito importante  
2 para a história do nosso estado e cidade. Ele guar-  
3 da histórias e momentos ocorridos na nossa cidade, devido  
4 a ele Fortaleza se tornou a capital e no passado nos  
5 ajudou a manter a esta região de invasões.  
6 Depois que o farel deixou de ser farel, o  
7 Governo do Estado o reformou e transformou no mu-  
8 Museu dos fongadeiros, que também foi uma grande  
9 homenagem ao Diação do Mar, que contribui muito para  
10 a abolição da escravidão.

1 Porém após o fechamento do museu o governo  
2 abandonou tal patrimônio e hoje em dia ele es-  
3 tá deteriorado e entregue nas mãos da população do  
4 Serituz que assim como todos os outros sofre  
5 com a crise e não tem como "ajudar" a restaurar ou  
6 reformar o farel, embora a população o utilize pa-  
7 ra várias coisas.

8 Então eu faço essa redação com o intuito  
9 de que o Governo (que tem a obrigação de man-  
10 ter tal patrimônio) que zelasse por esse prédio, pois  
1 ele não tem importância só para nós, mas para to-  
2 do o país, ele faz parte da nossa história, e deve  
3 receber atenção.

## TRABALHO DE HISTÓRIA

O Farol do Mucuripe, era um dos museus mais antigos do Estado do Ceará, localizado na cidade de Fortaleza, fora construído por escravos entre 1840 e 1846. Recebeu diferentes significativas, era usado de referência para embarcações. Logo depois que foi desativado, foi reformado e marcou importantes momentos para a Província. Entretanto, hoje está abandonado, sendo vigiado por moradores carentes, que não possuem recursos para aprimorar o tão belo, Patrimônio Histórico.

Mesmo abandonado e sendo vigiado por uma população sensível, os moradores de vez em quando – e quando podem – celebram datas especiais, fazem palestras e se reúnem em grupo dentro do monumento. Por dentro, o Farol do Mucuripe se mantém em péssimo estado de conservação: paredes e escadas caídas, tintura acabada e rodeado por pichações. Artistas de rua, através do Festival Concreto, ficaram comovidos com as situações precárias que o museu se encontrava e decidiram usar sua arte para homenagear o mesmo que foi tombado pelo Governo do Estado a aproximadamente trinta anos.

A população que cuida do Farol dá o que pode para ajudar na possível reforma do monumento, contudo o Governo Estadual não impôs nenhum aprimoramento diante do estado preocupante que se encontra um dos mais antigos monumentos do Ceará. Ele representa a história de muitos da população, que têm intuito de reforma-lo e prioriza-lo.

Diante disso, tendo em mente que o Governo não ajuda na reforma do Farol do Mucuripe, através de palestras e campanhas-já que os moradores não tem como fazer muito pelo tão precioso monumento-deve ser transmitido para as pessoas e que a notícia onde diz que um precisa de ajuda, e que assim como os escravos, o povo pode reconstruí-lo, contribuindo sempre até chegar em seus objetivos, que no caso é salvar um especial Patrimônio Histórico que presenciou muitos momentos inesquecíveis para a história do Estado do Ceará.

TRF do ~~caso~~ (caso) rod do laral do mureupe d. 787

- O laral do mureupe, foi um laral no qual teve objetivos pra ajudar as ~~navios~~ navios a localizarem-se com sua luz de 20 metros. O laral do mureupe é muito importante para a cidade de Fortaleza e a cidade, pois ele tem um valor histórico grande que tem também no logo da prefeitura de Fortaleza.
- O laral do mureupe, é um farol com 71,1 metros de altura, tem 3 andares, tem um raio de luz tem 20 metros de distância e está localizado no bairro: Centro vizin, ~~na~~ na cidade de Fortaleza, construído entre os anos de 1840 a 1846 pelo engenheiro, em ~~o~~ ~~abril~~ madeira e ferro. O laral do mureupe representa uma das mais belas edificações de Fortaleza. Mas com o tempo, construíram um laral mais alto, e com um raio com o dobro de sua altura e foi demolido em 1957 e também por esta muita velha e entrecruçado nas partes que tem bico e está abandonado e as pessoas não o visitam mais.
- É necessário aplicar recursos para as reformas, reformá-las e conservá-las para serem como um laral depois e são importantes e tem valor histórico grande para Fortaleza.

## Redação 40

História, redação sobre o Farol do Mauveix.

O velho Farol do mauveix é uma construção em alvenaria, madeira e ferro, em estilo Barroco. Uma das mais antigas edificações de Fortaleza. Foi durante muito tempo referência para embarcações que aqui aportavam. No período de 1981 a 1982, foi reformado para abrigar o Museu de Jangadeiros, depois Museu do Farol, cujo nome fazia referência a Fortaleza Colonial.

Em 2013 o Farol já estava completamente abandonado, a Secretaria de Turismo do Estado pediu à Secretaria da Cultura do Estado uma avaliação, concluíram que o Farol precisava de uma reforma, porém não feita. Em 2014 após o Farol ser grafitado durante o Festival Concrete, a SPU assinou uma parceria com a Secult e Semulpor. A proposta seria pensar a gestão sobre o espaço porém, os órgãos divergiram a possibilidade da obra. Já em 2016, o Farol virou ponto para o consumo de drogas e de prostituição diante da falta de ação do poder público.

O Farol deveria ser reformado e virar um museu cultural, onde abordasse sobre a história de Fortaleza e também falasse sobre a Fortaleza antiga. Um museu seria uma boa ocupação também para a comunidade onde o Farol se localiza, onde muitas crianças terão o que fazer e adquirir mais conhecimentos históricos do que estão nas ruas.

TRF de São (Hist) Redação

X X

O velho ~~foi~~ <sup>foi</sup> o município de São Carlos, no Estado de Minas Gerais, um dos mais antigos do Brasil. Foi durante muitos anos o principal ponto de encontro para viajantes que aqui paravam. O velho São Carlos tem uma história interessante.

Foi elevada em 1817. No ano de 1881 e 1882, foi elevada para abrigar o Museu de Zoologia, depois ~~o~~ Museu de São Carlos, com uma longa história e tradição. Foi por do Patrimônio Histórico, sendo um dos mais belos pontos turísticos da cidade.

No dia 29 julho 1971, começou o funcionamento e a reabertura do município (São Carlos). O local foi marcado com o nome, em virtude do Lei nº 60 de 20/10/1833, sobre a lei e o nome, 29 km de distância, passando o tempo.

O São Carlos é uma das maiores cidades do Estado de São Paulo. Na cidade, a cultura de São Carlos é muito rica e a história de São Carlos é muito interessante. A cidade foi fundada e construída que hoje é um dos pontos de encontro de São Carlos.

## Fazal do Mucuripe - Tarefa de Casa

O Fazal do Mucuripe além de ser um "ponto Jurídico", ele é um monumento histórico, que tem alta relevância para a comunidade do Serroluz, porém está abandonado tanto pelo governo ~~quanto~~ quanto pelos Juristas, o que gera a má conservação desse monumento tão importante da história do Ceará.

Esse fazal é umas das edificações mais antigas de Fortaleza, foi construída em estilo barroco pelos escravos nos anos de 1840 e 1846, até 1997 era a única referência para ~~qualquer~~ qualquer embarcação. Na década de 80 foi ~~constituído~~ constituído um museu.

O fazal foi tombado pelo Instituto do Patrimônio ~~Nacional~~ Histórico e Artístico Nacional, entretanto a falta de segurança abasta os turistas, pois há assalto, e a estrutura do prédio.

Porém o prédio pode ser reutilizado como posto de saúde e posto de saúde "animal", pois como tem vários quartos, tem como ressarir as necessidades humanas, além de que os animais podem trazer ou gerar doenças nos seres humanos, ou como escola, ou como centro artesanal, entre outros modos. Ou seja o prédio tem toda a possibilidade de ser restaurado e utilizado.

## Redação 43

Redações sobre o Farol de Mucuripe.

O Farol de Mucuripe além de ser um ponto turístico, é um monumento histórico que tem alta relevância para a comunidade de Serroluz, porém, está abandonado tanto pelo governo, quanto pela população.

Esse farol, é uma das edificações mais antigas e importantes da História do Ceará. Acompanhou durante a sua edificação e existência, 3 períodos na história do Brasil: Governo de Dom Pedro I, Período Regencial e Governo de Dom Pedro II. Foi construído entre 1840 e 1846, tem como estilo o Barroco. Ele foi abandonado.

O Farol foi tombado e depois restaurado. Mas em 1997 parou de funcionar. Foi abandonado de novo.

O prédio ainda pode ser restaurado, pois é muito importante não só para a história do Ceará, mas também do Brasil. Como grande ponto turístico é importante ser restaurado.

tilibra

**CAPRICHÓ** YEAH

Redação: Farol do Mucuripe

O farol do Mucuripe é um monumento que faz parte não só da história do Ceará, mas também do Brasil, e as pessoas não dão devido valor a ele, por ter sido abandonado.

Em muito tempo toda a região ao redor do farol foi tomada por uma comunidade chamada Seviluz, uma comunidade humilde, mas que mesmo assim, cuidam do farol com tudo que podem, mas não é necessário, o governo não dá a devida atenção e valor a ele.

O farol faz parte da história brasileira e não dão valor, usam ele como representação internacionalmente, mostro ele todo deslumbrante em cartões, mas na realidade está todo acabado, precisando de ajuda.

O governo precisa montar o farol de forma que possa ser acessível para que pessoas possam visitar quando virem para Fortaleza, a comunidade contribuir e ajudar na urbanização da região para que não se torne um canto perigoso, e transformar o local em um museu no momento iria atrair muitas pessoas e assim não ficaria abandonado novamente, pois é um patrimônio histórico.

- História - farol do meauripe  
- Redação -

O farol do meauripe construído entre os anos de 1840 a 1846, pelos escravos, em alvenaria, madeira e ferro. Ele representava uma das mais adições de fortaleza e por muito tempo foi referência para as embarcações, porém foi desativado em 1957.

No período de 1981 a 1982 recebeu uma significativa reforma para ser o museu fangadeiro que faz referência a fortaleza colonial e o Ceará província do Brasil império. o museu abrigava desenhos, fotografias, documentos, ilustrações etc...

Tomado pelo IPHAN, o farol fazia parte de um ponto histórico turístico de fortaleza. Hoje o farol foi abandonado e foi alvo de pichagem.

Mas não faz muito tempo que ocorreu um grande evento de grafite cujo o farol foi alvo, ele foi usado para os grafiteiros pois eles querem chamar atenção justamente do governo.

Hoje o farol está totalmente instável e em ruínas sem previsão para uma reforma. Uma utilização seria um observatório ou uma biblioteca antiga, um museu etc... ISSO irá gerar renda e irá preservar o monumento.

Redação 46

425 009-90

1) O Jardim da Municipal é um monumento histórico de Fortaleza,  
2) cuja construção foi ordenada no governo de D. Pedro I, mas  
3) sua obra começou no reinado de D. Pedro II, mais ou menos um século  
4) depois, em 1958 quando o jardim já estava sendo construído.  
5) A secretaria de cultura tomou posse do jardim e a obra foi transferida  
6) para um novo museu, pouco tempo depois de fechada e o jardim está abandonado.  
7) O jardim da municipal hoje está abandonado com ruínas  
8) situadas desde a sua construção, e o local onde o jardim está  
9) local que é uma comunidade onde em alguns lugares há um perigo  
10) e o jardim oculto ainda tem parte do seu antigo encanto, mas de  
11) áreas, mas há pessoas na comunidade que dizem o jardim pouco bem.  
12) A situação do jardim é muito precária, pois há muitas obras  
13) que não são feitas, há uma construção de edifícios em Fortaleza, e de  
14) arquitetura e jardins para ser como uma grande metrópole, e o jardim  
15) também é importante principalmente para a história de Fortaleza, e  
16) para que o governo tenha cuidado com o jardim com uma preocupação maior e  
17) para que o bem da sociedade que fique mantido por esse jardim  
18) não seja abanado e se perca e sem cuidado.  
19) O jardim da municipal é muito importante para a história  
20) familiar e principalmente para a história de Fortaleza, pois em cada  
21) dia, dizem muitos para o governador e para o jardim pode ser uma  
22) obra para melhorar a cidade, mais especificamente manter isso para  
23) secretaria de cultura, e da deve decidir que não fazer com cuidado,  
24) há vários projetos e o jardim que são melhores não foram feitos em  
25) um ponto de vista, transformar em um jardim ou jardim de arte, e de arte,  
26) e pode ser um ponto histórico como um museu como era antigamente,  
27) porque a história não seja esquecida ao longo do tempo.





## Redação História

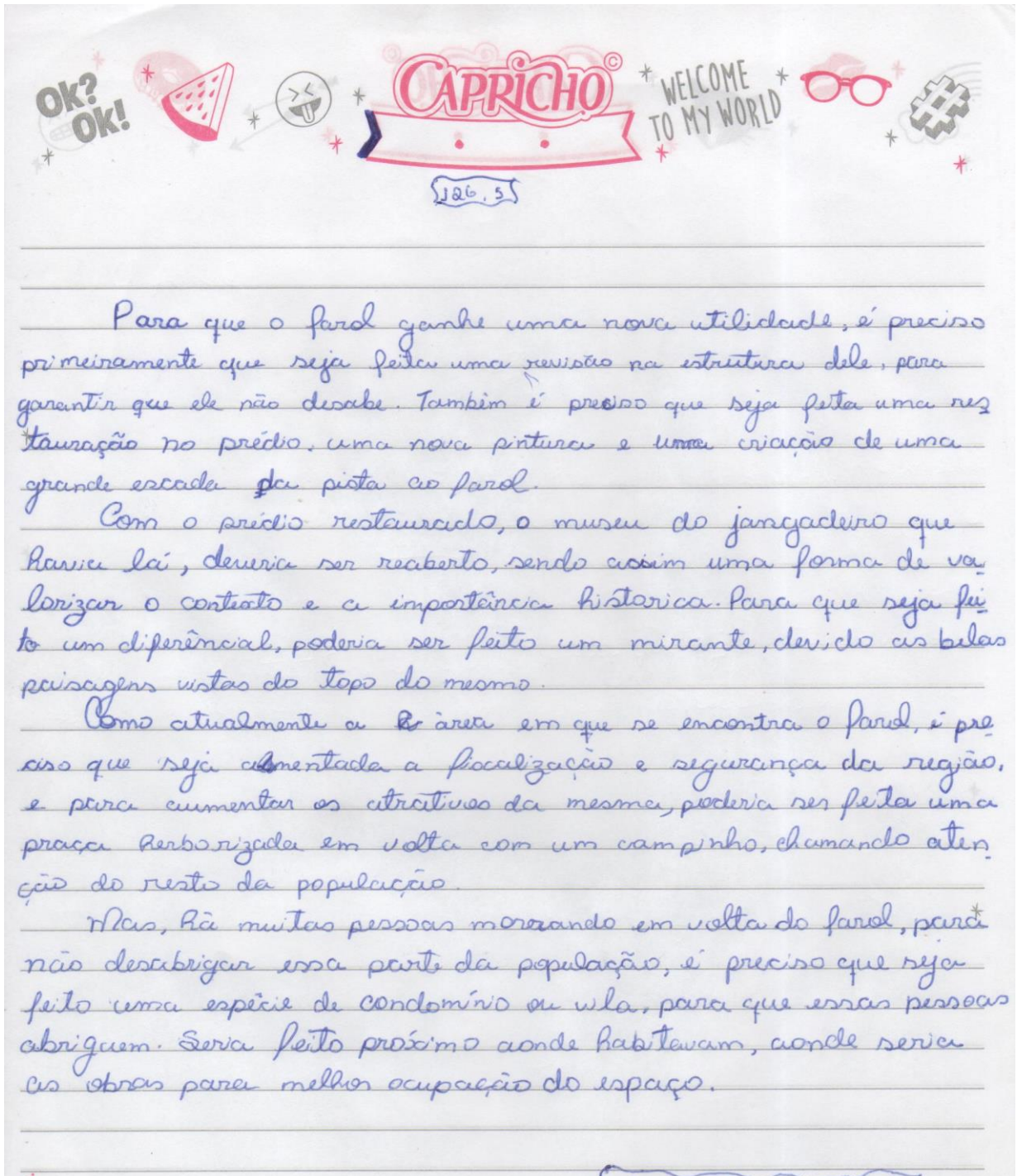
O farol do Mucuripe foi construído ~~em~~ entre os anos de 1840 a 1846, desativado em 1957 e hoje está em uma péssima condição, pois a estrutura interna ~~está~~ e externa ~~está~~ danificadas. É necessária uma obra para restaurar esse patrimônio cultural que fez parte da história do Brasil.

Na período de 1881 a 1882, recebeu sua mais significativa reforma a fim de abrigar o Museu do Langadeiro, atual Museu do Farol, cujo acervo faz referência a Fortaleza Colônia, e a leara província do Brasil império.

O museu abrigava peças e acervo sobre os principais momentos e acontecimentos que marcaram a capital cearense: desenhos, fotografias, documentos, ilustrações. Hoje o farol está abandonado e a parte interna ~~está~~ prejudicada.

O farol deve ser restaurado e deve-se implantar um posto de saúde local, para que a população tenha um lugar para se tratar, quando estiverem doentes, e também porque deve haver alguma utilidade para esse monumento.

## Redação 48



## **Projeto de intervenção**

Acompanha esta dissertação a cartilha intitulada *A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano - projeto de intervenção em Educação Patrimonial*.

# A recuperação do Farol do Mucuripe na visão de alunos do oitavo ano - projeto de intervenção em Educação Patrimonial



Fernando Vasconcelos Benevides

*O farol velho e o novo são os  
olhos do mar... O velho que  
apagado, o novo que espantado...*  
(Ednardo)

## APRESENTAÇÃO

Ao decidir trabalhar com Educação Patrimonial na escola, surgem, ao professor de História, desafios relacionados à execução desse tipo de atividade. Por exemplo, como trabalhar a memória? Como fazer com que o aluno valorize os bens culturais? Como desenvolver ações de Educação Patrimonial de forma sistemática na escola? Há diferentes caminhos, pois são diversas as atividades, as sequências didáticas e os projetos que podem ser executados. O surgimento dessas questões é comum uma vez que a maior parte das coleções de livros didáticos pouco ou nada prescreve acerca de atividades de Educação Patrimonial.

Pensando nisso, esta cartilha foi criada com o intuito de propor aos professores de História e às escolas de Fortaleza um exemplo de projeto de intervenção em Educação Patrimonial que pode ser aplicado, especialmente (mas não exclusivamente), com alunos do oitavo ano do Ensino Fundamental, pois está relacionado ao conteúdo de Brasil Império que eles aprendem em sala de aula. Indo além, o projeto fomenta a prática da cidadania, objetivo da educação básica brasileira de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Este material é o produto final da dissertação *O Farol do Mucuripe iluminando o ensino de História no caminho para a prática da cidadania em Fortaleza: projeto de Educação Patrimonial*, defendida no Mestrado em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2018. A proposta é trabalhar o antigo Farol do Mucuripe como recurso didático para o aprendizado sobre Brasil e o Ceará do século XIX. Apresento, a seguir, as etapas de aplicação do projeto.

Bom trabalho!

## PRIMEIRA ETAPA - IDENTIFICAÇÃO

Para a primeira etapa do projeto com o Farol do Mucuripe, o planejamento de uma aula expositiva, ministrada pelo professor de História em classe, na qual ele apresenta aos alunos a história do referido patrimônio e mostra fotos antigas do prédio, de forma que eles consigam situar o equipamento no tempo e no espaço. Ou seja, uma aula em que os alunos possam entender a origem do Farol, como ele foi construído, com que intenções e como chegou a atual situação de abandono.

Como bem sabemos, recomenda-se que as aulas de História partam de elementos do conhecimento prévio dos alunos, para que eles possam se identificar com a matéria e percebam que aquilo interfere na vida deles. Do contrário, eles ficarão com a impressão de que estudar História é conhecer sobre algo que aconteceu muitos anos atrás e que em nada tem a ver com vida deles hoje. Para superar esse tipo de obstáculo, a aula da primeira etapa do projeto pode começar assim: “sabe aquele farol abandonado no Cais do Porto...?”.

O professor pode ainda frisar a importância simbólica do Farol do Mucuripe, uma vez que ele é citado em canções populares, como a música Terral, do cantor e compositor Ednardo, e aparece representado no desenho do brasão de armas do estado que compõe a bandeira oficial do Ceará. De uma forma ou de outra, os estudantes, ou mesmo quaisquer outras pessoas que moram no Ceará, já se depararam com ele. Ou seja, mesmo abandonado, o Farol é uma edificação-símbolo do estado.

Ao contar a história do prédio para os alunos, o professor vai deixar isso mais evidente, uma vez que eles perceberão que Fortaleza começou a enriquecer, se tornar uma grande cidade, a partir do crescimento, em larga escala, da utilização do porto (naquela época na Praia de Iracema) para a exportação de algodão. Utilização essa viabilizada pela orientação para navegação proporcionada pelo Farol que, mesmo estando na região do Mucuripe, atendia toda a orla de Fortaleza devido sua localização estratégica. Ou seja, o Farol foi fundamental para o desenvolvimento da cidade, para a efetivação dela enquanto capital do estado, em outras palavras, para ela ter se tornado o que é hoje: a cidade em que eles (os alunos) moram. Afinal, os prédios, as ruas e tudo mais não surgiram do nada.

## SEGUNDA ETAPA - REGISTRO E EXPLORAÇÃO

Uma vez que o patrimônio foi apresentado aos alunos, que conheceram a relevância histórica do Farol, agora, a ideia é levá-los a avaliar a importância da edificação nos dias de hoje para a comunidade em que está inserida. Nesta segunda etapa do projeto, é proposta uma visita até o local para que eles percebam, *in loco*, a situação do prédio. A visita pode ser facilmente combinada, de forma segura, com líderes comunitários do Serviluz, que sempre ficam contentes em receber pessoas interessadas em contribuir no desafio de recuperar o Farol e devolvê-lo à sociedade. Normalmente, eles não mostram apenas o Farol, gostam também de realizar um *tour* mostrando as riquezas do bairro, como a Praia do Titanzinho. Contudo, essa extensão da visita fica a critério de cada executor do projeto.

Estamos falando de associações de moradores, líderes comunitários, ONGs e demais entidades que atuam na localidade. Elas são várias. Associação de Moradores do Titanzinho, Coletivo Servilost, Coletivo Audiovisual do Titanzinho, Núcleo Base do Serviluz e Projeto de Vida Titanzinho são alguns exemplos. Informações a respeito dessas entidades podem ser consultadas na internet, e os responsáveis por elas podem ser facilmente contatados.

Ir sozinho ou com poucas pessoas a um prédio abandonado, logicamente, há riscos à segurança. Contudo, ir em grupo e ainda mais acompanhado de moradores e lideranças locais é bem diferente. Além disso, a menos de trezentos metros do Farol, está localizada a 1ª Unidade Integrada de Segurança da Polícia Militar do Ceará. A área já é bem policiada, e, para que haja um reforço na segurança, a visita da escola pode ser comunicada antecipadamente às autoridades policiais. De toda forma, é necessário o apoio da escola para a execução de toda a questão logística do projeto.

Durante a visita, os alunos podem registrar o bem patrimonial e a visita como um todo através de um recurso bastante comum e usual: a câmera fotográfica do celular. Provavelmente, sequer será necessário que o professor os estimule a isso, só o fato de estarem vivenciando com os amigos e colegas uma experiência escolar diferenciada da tradicional sala de aula os levará a querer fotografar o momento.

Vale lembrar que o Farol do Mucuripe está localizado em cima de um pequeno morro de onde é possível avistar o cais do Porto, a Praia do Titanzinho, o conjunto urbano formado pelos prédios do Mucuripe e Beira Mar, parte da Praia do Futuro, dentre outros, além da comunidade do Serviluz. Portanto, durante a visita, os alunos poderão fotografar a paisagem, o entorno do Farol e o equipamento em si. Em posse desses registros fotográficos, eles terão material para que, posteriormente, possam analisar não só o estado do prédio, mas também o contexto no qual ele está inserido.

A escada interna do Farol está com a infraestrutura comprometida, por isso não é possível acessar o andar superior do prédio. Contudo, do térreo, é possível ficar a par de toda a dimensão de abandono interno e externo, até porque o piso do andar de cima já não existe mais, o que permite, do primeiro andar, ser visualizada a situação das paredes e janelas do segundo. Entretanto, a segunda etapa deste projeto não se detém apenas a visitação e registro fotográfico do Farol do Mucuripe.

Em seguida, ainda de frente ao bem cultural, os estudantes podem entrevistar moradores da comunidade. O professor pode selecionar dois ou três representantes previamente, entrando em contato com lideranças comunitárias ou demais moradores. Como foi falado, o ideal é que a visita como um todo seja previamente combinada com entidades sociais que atuam no local. Outra possibilidade é dividir a quantidade de alunos presentes na atividade de campo em grupos, de forma que cada grupo entreviste um morador diferente.

Para as entrevistas, é importante que os alunos sejam previamente orientados a fazer perguntas sobre como era na época em que o prédio estava em utilização (enquanto museu) e a necessidade que esses moradores têm hoje de rever o bem cultural em funcionamento. O que eles gostariam que fosse feito ali? Um novo museu? Um centro cultural? Um mirante com fins turísticos? De que forma a comunidade espera que o poder público intervenha naquele local? Essas orientações podem ser passadas em sala de aula ou mesmo durante o trajeto da escola até o Farol. Não precisam ser entrevistas longas, podem ter um caráter mais de conversa, o importante é que os alunos passem a ter uma percepção do que o Farol representa para aquela comunidade atualmente e o que representava num passado recente.

Ao serem conduzidos a observar o Farol de forma diferenciada e a realizar entrevistas, indiretamente os alunos estarão sendo levados a utilizarem a capacidade interpretativa deles. Inconscientemente, eles vão acessar as informações que aprenderam sobre o Farol (na primeira etapa) para direcionar o olhar deles e também formular questionamentos. Em outras palavras, estarão interpretando aquela realidade. Com base no que irão ver e ouvir, eles não só aumentarão a experiência histórica em relação ao Farol, mas também passarão a ter condições (argumentos tanto do ponto de vista histórico quanto social) para sugerir uma utilização para aquele prédio nos dias atuais, e a terceira etapa do projeto propõe que eles sejam cobrados em relação a isso.

Caso a visita ao Farol não seja autorizada pela escola, o projeto pode ser executado de outras formas, sendo a etapa de registro realizada em sala de aula mesmo. A execução perde em qualidade, mas, ainda assim, não deixa de ser uma experiência relevante tanto para o ensino da História quanto para o estímulo à cidadania. Enfim, é possível levar representantes da comunidade à própria escola para conversar com os alunos. Já o estado de deterioração do Farol pode ser mostrado através de vídeos e fotos disponibilizados pelo próprio professor.

## TERCEIRA ETAPA - VALORIZAÇÃO

Por fim, de volta à escola e já na terceira etapa do projeto, é sugerido passar, em sala de aula, uma atividade aos estudantes. Projetos de Educação Patrimonial devem estimular o aluno a fazer uma leitura crítica da realidade e, dessa forma, torná-lo capaz de propor soluções para os problemas patrimoniais. Uma vez que, nas duas etapas anteriores, o aluno analisou o patrimônio em questão, agora, ele está apto a compreender as múltiplas relações entre o passado e o presente do Farol, entre memória e História. Devido a todo o conhecimento que formulou até aqui, o aluno poderá, a partir desse momento, orientar o comportamento dele em relação ao descaso patrimonial com o Farol do Mucuripe. Em outras palavras, ele deverá “tomar partido”. E, dessa forma, joga-se a ele a pergunta: O que deve ser feito com o Farol?

Sendo assim, os alunos podem fazer uma redação em que vão propor, ao poder público, uma solução para a situação de abandono do Farol do Mucuripe, na qual irão elucidar a pergunta: O que deve ser feito com aquele prédio? Como critério para a produção dos textos, os alunos deverão levar em consideração as informações que foram levantadas ao longo das duas primeiras etapas. São elas: a importância histórica do patrimônio (analisada na primeira etapa), a situação atual vista em loco, para que possam refletir acerca das possibilidades de restauração (o que pode ser aproveitado dali?), e os anseios da comunidade que mora no entorno, que são as pessoas que serão mais afetadas com qualquer intervenção que aconteça no prédio.

Ou seja, eles deverão se valer de toda capacidade de experiência e interpretação históricas que construíram ao longo do processo. Naturalmente, tudo isso vai se somar às concepções pessoais de cada aluno, à visão de mundo deles, noções que vão acabar repercutindo no texto. Levando em consideração o fato de que estamos falando de adolescentes de 13 ou 14 anos, podemos convir que os resultados serão propostas bem diversas e criativas para solucionar o problema do Farol.

Terminadas as redações, a escola pode reunir todas essas propostas e encaminhar para órgãos responsáveis, como Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, secretarias de Cultura e Turismo, Secretaria do Patrimônio da União (atual detentora do Farol), gabinetes de governo municipal e estadual, dentre outros. Dependendo da preferência da escola e do professor que estiverem aplicando o projeto, é possível ainda adotar critérios de seleção das redações, podendo fazer com que as turmas elejam as propostas mais criativas e plausíveis de serem colocadas em prática para, depois, serem encaminhadas às autoridades. A equipe de língua portuguesa da escola pode ser uma grande parceira na aplicação desta terceira etapa do projeto.

## O FAROL DO MUCURIPE

Situado na comunidade do Serviluz, bairro Cais do Porto, o Farol do Mucuripe é uma das mais antigas edificações da Cidade. Idealizado ainda no governo de Dom Pedro I, para ampliar a segurança no litoral, a construção - de alvenaria, madeira e ferro - começou em 1840 e foi concluída seis anos depois. Por mais de cem anos, orientou navegações na costa de Fortaleza.

Em 1958, foi abandonado devido à construção de um novo farol. No início da década de 1980, foi restaurado e tombado pela Secretaria de Cultura do estado e passou a servir de instalação para o Museu do Jangadeiro, este desativado em 2007. Abandonado novamente, o prédio hoje está em ruínas, com objetos extraviados, escadas enferrujadas, pichações e paredes quebradas.



Georges Wambach – Farol de Mucuripe (1957)  
Aquarela sobre papel, acervo Banco Itaú.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao projeto de Educação Patrimonial, a explicação do mesmo termina aqui. Contudo, ainda cabem algumas sugestões. No intuito de continuar a orientação dos alunos quanto à participação cidadã, eles podem ainda (dependendo do quanto se mostrarem envolvidos e motivados com a causa) serem estimulados a criar uma campanha pública em favor da preservação do Farol, procurar os canais de comunicação abertos, criar páginas na internet, perfis nas redes sociais etc.

O projeto como um todo é um possível caminho a ser trilhado no intuito de fortalecer o Ensino de História e os objetivos que este tem. A mesma metodologia, por pertencer à Educação Patrimonial, pode ser aplicada tendo como objeto outros patrimônios e até mesmo ser desenvolvido em outras cidades. Tudo o que foi exposto aqui tem o caráter apenas de sugestão. O importante é que, com a Educação Patrimonial, o professor estará, de toda forma, contribuindo significativamente para a formação de cidadãos.

## BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Memória e Ensino de História**. In: BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2015.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação Patrimonial no Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012.

SCHIAVON, Carmem Burgert; TORRES, Tatiana Carrilho Pastorini. Educação Patrimonial: a cidade como recurso para o ensino de história. In: **Revista do Lhiste**. Porto Alegre, nº 3, vol. 3, julho/dezembro de 2015.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

VIANA, Iamara da Silva; MELLO, Juçara da Silva Barbosa. **Educação Patrimonial e Ensino de História**: Diálogos. In: Encontros – Ano 11, nº 20, 1ª Semestre de 2013.

Toda a justificativa, o embasamento teórico-metodológico e o completo referencial bibliográfico deste trabalho podem ser conferidos em:

**BENEVIDES, Fernando Vasconcelos. O Farol do Mucuripe iluminando o ensino de História no caminho para a prática da cidadania em Fortaleza:** projeto de Educação Patrimonial. Dissertação – Mestrado em Ensino de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

### **Sobre o autor**

Fernando Vasconcelos Benevides é professor de História da rede particular de ensino de Fortaleza, licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará, bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará e autor de trabalhos acadêmicos nas áreas de Comunicação, História e Educação.

Fontes das imagens

- Capa: <http://www.pbase.com/alexuchoa/image/40342332> e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Farol\\_do\\_Mucuripe](https://pt.wikipedia.org/wiki/Farol_do_Mucuripe), acessados em 24 de julho de 2018.
- Página 8: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra33117/farol-de-mucuripe>, acessado em 24 de julho de 2018.
- Contracapa: <https://www.facebook.com/festivalconcreto>, acessado em 22 de novembro de 2013.

